

R E V I S T A
— DO —
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

— DO —
RIO GRANDE DO NORTE
(Fundado em 29/3/1902)
VOLUME — LIV — 1961

COMISSÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo
Raimundo Nonato da Silva
Tarcisio da N. Medeiros



Tip. CENTRO DE IMPRENSA S. A.
N A T A L
1 9 6 1

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria e Comissões permanentes, eleitas no dia 30 de abril
de 1961, para o biênio de 1961-1963.

Presidente	— Prof. Dr. Aldo Fernandes Rapôso de Melo
1.º Vice-Presidente	— Des. Antonio Soares de Araújo.
2.º Vice-Presidente	— Des. Silvino Bezerra Neto
1.º Secretário	— Prof. Manoel Rodrigues de Melo.
2.º Secretário	— Dr. Enélio Lima Petrovich
Adjunto do 2.º Secretário	— Dr. Rômulo Chaves Wanderley
Orador	— Prof. Dr. Luis da Câmara Cascudo
Vice-Orador	— Prof. Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros
Tesoureiro	— Prof. Dr. Manoel Varela de Albuquerque
Adjunto de Tesoureiro	— Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo	— Dr. João Eptácio Fernandes Pimenta
Adjunto de Diretor de Biblioteca, Museu e Arquivo	— Prof. Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão
Comissão de Fazenda e Orçamento	— Des. Luiz Lyra, Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho e Des. João Vicente da Costa.
Comissão de Revista	— Prof. Dr. Luis da Câmara Cascudo Dr. Raimundo Nonato da Silva Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros

O PADRINHO DA SERRA DO LIMA

LUIS DA CAMARA CASCUDO

Antônio de Lima Abreu Pereira em 1755 era Coronel Comandante do Regimento de Ordenanças das Varzeas do Apodí, grande proprietário, poderoso em mando e posses.

A SARRA DO LIMA, nos arredores da cidade do Patú tem este nome porque pertenceu ao Coronel.

A família tinha certa prosápia. O terceiro Bispo de São Paulo, na época da Independência, era um Abreu Pereira.

Patú é um dos municípios de História mais escondida nos arquivos ou parcialmente desfeita pelo desaparecimento dêle. Creio que com muita dificuldade será reconstruída mas não em sua narrativa completa.

A mais antiga menção que conheço da SERRA DO PATÚ é uma Data de Sesmária do Padre Francisco Pinto de Araújo, em 19 de agosto de 1718.

Tradução: — na segunda década do século XVIII a região do Patú já estava sendo povoada.

A figura mais sugestiva é a do Coronel Antonio de Lima Abreu Pereira simplesmente porque era devoto de Nossa Senhora dos Impossiveis. Dizem que foi á Lisboa e trouxe o "vulto" da Santa que já fizera milagres na Serra.

Em 1758 fez construir uma Capelinha no alto da serra e dõou patrimonio de meia légua em quadra.

A excelentissima esposa do Coronel tinha o nome de Dona Paula Moreira Braba.

Apesar da brabeza, ou por isso mesmo, não deu filhos ao marido. Num registo de batismo que Vingt-Un Rosado publicou (BOLETIM BIBLIOGRAFICO, 35, p-4 Mossoró) apparece a senhora do Coronel como madrinha.

“e Paula Moreira Braba, mulher do Coronel Antonio de Lima Abreu Pereira, morador na Serra dos Impossiveis, representada por Maria da Assunção Melo, moradora no Canto Grande, desta freguezia de Mossoró”

O batizado realizou-se no SITIO SANTA LUZIA em 15 de março de 1766 pelo Padre João de Paiva.

O padrinho da Serra do Lima estava, como se vê, vivo, oito anos depois da Capela construida. Não morrera quando da primeira Missa, como contam. Historicamente, é sua última noticia.

Morreu sem filhos, e não se sabe quando e nem onde.

Na forma do costume, criava um sobrinho, afilhado e herdeiro, Manoel da Cunha Camelo, falecido em 1866. Este Camelo remodelou a Capela e adquiriu a atual imagem da Santa que ali se venera na mais lógica das hiperdulias. Do “vulto” primeiro ninguém dá noticia.

A Santa que devotamente visitei em maio de 1935, é nitidamente de Lisbôa. A roupagem barrôca envolve-a num panejamento largo, predominando o azul lavado. Um pequenino diadema de ouro velho serve de corôa. Aos pés surgem cabecinhas de anjos. Terá uns 50 a 60 centímetros de comprimento.

Há dois séculos que gerações e gerações sertanejas desfilam e oram diante do altar humilde e acolhedor, derramando as graças da tranquilidade, da confiança e da fé.

É lugar das romarias fiéis. As salas cobrem-se de “ex-votos” materializações das promessas satisfeitas. Acumulam-se e, vez por outra, são retirados para dar lugar ás novas demonstrações da divina intervenção.

Não esqueço a emoção ao deparar “ex-votos” de madeira, arredondados, hemi-esferoidais, abundantes e misteriosos. Representavam seios. Eram os votos de mães que não tinham leite para os filhos e que a Santa atendera. Cada um daqueles objetos testemunhava uma criança, farta de alimento materno, adormecendo ao som da cantilena embaladora.

* * *

A serra, maciça, clara, com nodos de vegetação, apruma-se numa verticalidade impressionante. Durante a noite

ainda brilham os olhos verdes e magnéticos das onças famintas.

De um alcantilado um homem despenhou-se, gritando por Nossa Senhora, e ficou, rente á rocha, inexplicavelmente suspenso, até que o retirassem do abismo. Mostram o local assustador.

Quando, em 1758, o Coronel Antonio de Lima apontou o cimo da serra onde a Capelinha ia erguer-se, disseram: — Impossivel dos impossiveis! . . .

— Pois é possível á Nossa Senhora dos Impossiveis! . . .

E construiu o santuário cuja fama santificadora se espalha em duzentas léguas ao derredor.

Nonato Motta conta uma viagem de Antonio de Lima Abreu Pereira (que ele chama apenas O LIMA) á Lisbôa onde sua eloquência e maneiras conquistaram o Principe D. João.

Lenda ou verdade? No Patú a tradição é que êle fôra buscar a imagem. Como a Capela é de 1758, deduz-se que a jornada verificar-se-ia nesta data e não depois. Neste tempo não havia Principe D. João governando e o Rei de Portugal era D. José. O futuro D. João VI nasceu nove anos depois desta visita do Coronel á Lisbôa.

Se a viagem de Antonio de Lima Abreu Pereira é num tempo em que D. João administrava o Reino, seria depois de 1792, quando a Rainha-Mãe enlouquecera.

A capela tinha trinta e quatro anos de construida .

Vamos pensar que o Coronel tinha postos de comandante de Ordenanças já em 1755. Em 1792 estaria orçando os oitenta anos, idade pouco favorável a uma aventura de atravessar o Atlantico.

Tenho estas viagens, muito possivelmente, como tradições orais sem a menor prova.

Mas Nonato Mota liga Antonio de Lima Abreu Pereira a uma divisão de fronteiras entre as Capitais do Rio Grande do Norte e da Paraíba e daí o interesse em divulgar a versão.

O LIMA e o capitão Geraldo Saraiva disputavam-se por causa de terras no Patú, onde ambos residiam. Saraiva ga-

nhára a questão e o Lima apelou para El-Rei e viajou para acompanhar o feito.

“O Lima era um dos advogados mais notáveis naquele tempo” informa Nonato Motta.

Obtida audiência, recebido por “El-Rei D. João VI” (seria Rei em 1816) fez “tão bela alocação ou defesa” que o Soberano o nomeou Capitão General do Brasil!

A própria Rainha-Mãe (D. Maria Primeira) aconselhou ao Filho distinguir “o Lima que corta tão macio” com maiores honrarias “O Capitão-General Lima” voltando a presença do Rei disse que apenas desejava a divisão do Rio Grande do Norte com a Paraíba.

—E tudo se fez como o LIMA desejava.

Para vingar-se do capitão Geraldo Saraiva, deixou as fazendas dêle e da família em Riacho dos Porcos (Brejo do Cruz e Catolé do Rocha) para a Paraíba.

Expulsára do Rio Grande do Norte o adversário mas presenteando a Capitania vizinha do sul com uma excelente faixa de terra. Por isso “era necessário dar alguma tortuosidade á linha, ficarem os limites sinuosos que se vêm”.

Nonato Motta publicou este ensaio na Revista (Vols. XVIII- XIX) do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, 1920-1921.

É, visivelmente, uma tradição oral e local.

O certo é que deu nome à uma Serra do Patú e sede a uma devoção cheia de ternura...

* * *

As tradições locais, pesquisadas por mim em 1935, pouco conservavam sobre a origem do carater histórico da devoção.

Vimos que Nonato sabia apenas dizer O LIMA, quando se referia ao Coronel Antonio de Lima Abreu Paiva.

Em Patú disseram-me que um caçador encontrára, onde está a Capela de Nossa Senhora dos Impossiveis, um “vulto” de uma Santa e trouxera carinhosamente para a povoação que começava sua existência.

Na manhã seguinte a Santa desapareceu e nas buscas

repetidas foi deparada no sitio primitivo, no cimo da serra. Conduzida pela segunda vez á povoação do Patú, novamente fugiu e se foi collocar no sitio onde o caçador a vira pela primeira vez.

Terceira condução da Santa para o Patú a terceira fuga, apesar dos cuidados em conservar a iniciante Capelinha bem fechada.

Esta lenda não inclui o nome do Coronel Antonio de Lima Abreu Pereira. É muito comum no Brasil, Portugal, Espanha, França, Itália, estas tradições de Santos ou Santas que se evadem dos lugares escolhidos pelos homens e obrigam seus devotos á construção do santuário onde foram vistas inicialmente.

Seria uma simples convergencia de motivos temáticos que são muito conhecidos no resto do Brasil e América latina e também Europa cristã. O historiador Luis Fernandes (Desembargador Luis Manuel Fernandes Sobrinho, 1865-1935) nascido em Caraúbas, grande sabedor da região, ainda pôde colher na então Vila do Patú as lendas que estavam mais vivas na memória do povo.

Publicou n“A REPUBLICA”, de 20 de dezembro de 1906, um registro evocando a origem devocionária.

Não somente encontrou a lenda do caçador como a da presença do fundador da Capela, ANTONIO DE LIMA, como êle anotou.

Desenvolvendo-se a povoação, cogitavam os moradores na ereção de uma Capela e os dois proprietários mais abastados eram inimigos pessoais irreconciliáveis; o ANTONIO DE LIMA e o Capitão SARAIVA DE MOURA, que deve corresponder ao Capitão GERALDO SARAIVA, da versão que o cronista Nonato Motta conseguiu recolher.

Cada um possuía seus amigos e apaniguados e os dois bandos disputavam lugares diversos para a construção.

O Coronel Antonio de Lima de Abreu Pereira, ouvindo dizer que o seu plano era “impossível”, respondera “não haver impossíveis” para êle.

E construiu a Capela no alto da serra, indicando-a com

uma frase de orgulhosa suficiência: **AI ESTÁ A IGREJA DOS IMPOSSIVEIS!** . . .

Colocou na Capela uma imagem de Nossa Senhora do Rosário mas tantas vezes repetira êle a vaidosa afirmativa que a evocação popular fixou um **NOSSA SENHORA DOS IMPOSSIVEIS**, difundindo-se rapidamente a devoção.

O Des. Luis Fernandes, em setembro de 1906, ainda viu um “ex-voto” constando de um quadro representando a cura milagrosa operada pela **SENHORA** na pessoa de um Felipe Néri Cardoso, no ano de 1760.

A Capela é dois anos anterior mas sua fama taumaturgica já se espalhava de serra em serra, por todo oeste, ganhando as Capitánias vizinhas.

Esta é a origem do que se conserva, viva na Fé, nas cimeiras da **SERRA DO LIMÃO**, em confiança e amor á **NOSSA SENHORA DOS IMPOSSIVEIS**.

* * *

A figura do Coronel Antonio de Lima de Abreu Pereira não é uma sombra vagando indecisivamente e flutuante nas reminiscências populares dos patuenses.

Deixou rastro no chão da História local. Seu nome aparece nos arquivos. Parece que, morador na interminável Ribeira do Apodi setecentista, buscou situar-se ao derredor da serra do Patú, com fazendas de gado e manadas equinas.

Depois é que requereu os títulos de propriedade, legalizando as posses.

Em 4 de janeiro de 1756 recebe a Data de Sesmaria do **OLHO D'AGUA DA SERRA DO PICOS**.

Já era Coronel e se afirmava “morador na Ribeira do Apodi na Serra do Patú”.

Em 28 do mesmo janeiro e no mesmo 1756 tinha a Data do **RIO GROSSOS** entre os providos da Maniçoba, riacho das Piranhas, Serra das Duas Cabeças e Crauatá.

Em 24 de fevereiro do ainda 1756 era senhor de sesmaria entre os providos do riacho Salgado, Crauatá, terras de Bento Alves e as do sítio Diuari (?) pelo Riacho e Olho d'agua.

Estas três Datas de Sesmaria no mesmo ano denunciavam

implicitamente a posse antiga e a negligência documental do direito. Com o avanço de outros sesmeiros é que o Coronel de Ordenanças da Ribeira do Apodi apressou-se em requerer os diplomas que lhe garantiam a terra, imensa região que assombra o espírito limitado do que hoje possuímos. Três sesmarias. Cada uma com três léguas de comprimento por uma de largo, 250.905.600 metros quadrados! . . .

E o grande adversário do Coronel? Que se sabe do Capitão Geraldo Saraiva de Moura? Sabe-se pouco mas o bastante para fixar-lhe a personalidade no tempo.

Apenas parece que o verdadeiro nome era LEANDRO SARAIVA DE MOURA e não Geraldo.

Já em 2 de abril de 1742 o Capitão André de Souza Sepulveda, nas confrontações de sua Data de Sesmaria, concedida naquele dia, cita o "PATÚ DE DENTRO DO CAPITÃO LEANDRO SARAIVA"

Noutra Data de Sesmaria, de 8 de julho de 1755, concedida a Manuel Alves da Costa, morador na Vila de Goiana, afirma o requerente ter adquirido o SÍTIO CHAMADO BOQUEIRAM ao CAPITÃO LEANDRO SARAIVA DE MOURA, na Ribeira do Apodi.

Do Capitão GERALDO Saraiva de Moura não deparei vestígios.

Quem se denuncia proprietário, e coerentemente, também rico e senhor de latifúndios, é o Capitão LEANDRO e para este até expressa prova em contrário, entrego a responsabilidade das disputas ao redor da nascente povoação do Patú.

São homens do século XVIII. Não chegaram ao XIX.

Foram os povoadores da região, abatendo onças, abrindo picadas, plantando mourões de porteiras, espalhando o gado. Muito o Rio Grande do Norte deve a estes velhos sesmeiros.

E o Coronel Antonio de Lima Abreu Pereira, Padrinho da SERRA DO LIMA, deixou a doce herança devocional à Nossa Sombra dos Impossíveis.

Almino Afonso

José Augusto

A 15 de setembro de 1890 realizou-se em todo o país a eleição dos Senadores e Deputados que deveriam elaborar a Constituição da República.

No Rio Grande do Norte a escolha popular recaiu para Senadores nos candidatos José Bernardo de Medeiros que obteve 7.895 votos, José Pedro de Oliveira Galvão com 7.847 e Amaro Cavalcanti com 7.428 e para Deputados em Almino Álvares Afonso com 9.861 votos, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão com 8.457, Miguel Joaquim de Almeida Castro com 8.276 e Antônio de Amorim Garcia com 8.202.

Como se vê, Almino Afonso foi o candidato que maior número de sufrágios obteve, muito embora nunca houvesse participado pessoalmente das pugnas partidárias no novo Estado e antiga Província nordestina, a cujas urnas comparecera apenas uma vez, isto já em 1889, pleiteando um lugar de Deputado pelo Partido Conservador. Não residia no Rio Grande do Norte, de onde se retirara muito moço, e as suas atividades políticas exerceram-se até 1889 principalmente no Ceará e no Amazonas, onde exercia a advocacia e lutara bravamente na imprensa e em comícios pela libertação dos escravos.

A sua votação, superando a de todos os seus colegas da representação do Estado na Constituinte, deve-se a que não recebera apenas os votos do situacionismo vencedor, mas também os do oposicionismo e os do pequeno partido católico que então tentava organizar-se.

Mas cabe indagar: que títulos possuía Almino Afonso para triunfalmente se apresentar e projetar na vida política de sua terra natal?

O relato de suas atividades progressas, a narração de sua vida, a história das campanhas em que sempre andou empenhado, a sua intrepidez na luta pelos seus ideais, o seu idealismo, a sua inteligência, a sua cultura explicam perfeitamente o seu êxito político.

Almino nasceu a 17 de abril de 1840 no sítio Coroatá, encravado no Município de Patu, na região oeste do Rio Grande do Norte, sendo seus pais Francisco Manoel Álvares Afonso e Luíza Cândida Teles de

Menezes. Quando atingira apenas 8 anos de idade, faleceu seu pai, assumindo D. Luiza as responsabilidades do sustento e direção do lar, para o que contava com recursos modestíssimos. Seu padrinho de crisma, o português Francisco Emiliano Pereira, fêz Almino aprender, o que conseguiu com facilidade, dada a vivacidade da criança, reveladora de uma inteligência privilegiada, não só a língua nacional, como rudimentos de francês e latim. Com os conhecimentos adquiridos, e com a ânsia de mais saber e avançar, em pouco Almino se fez professor e passou a ensinar aos meninos sertanejos, ora em fazendas, ora em vilarejos. Aos 11 anos de idade já instalava o seu professorado na vila de Caraúbas, ainda no Rio Grande do Norte, até que resolveu transportar-se para Catolé do Rocha, na Paraíba, onde continuou a ensinar, já agora patrocinado por seu tio José Torquato de Sá Cavalcanti, advogado ali militante e que iniciou o sobrinho nas atividades forenses.

Em pouco tempo, Almino fêz-se advogado nas sessões de juri dos sertões paraibanos, salientando-se pela sua eloquência, pelos seus dons oratórios, pela força e vigor da sua argumentação.

Entusiasmado com os sucessos do sobrinho, Sá Cavalcanti fê-lo ingressar na Faculdade de Direito do Recife, pela qual bacharelou-se em 1871.

Nomeado promotor de Guarabira, ali casou com D. Abigail de Souza Martins, pouco demorando-se naquela cidade paraibana.

Algum tempo depois transportou-se para o Ceará, onde ocupou vários cargos públicos e onde entregou-se de corpo e alma à campanha abolicionista.

A sua paixão pela causa da libertação dos escravos fê-lo viajar para o Rio de Janeiro com o fim de conhecer de perto o Visconde do Rio Branco, governante que tão avançados passos dera para a almejada vitória da causa que Almino ardorosamente abraçara.

O encontro entre o peleador nordestino e o estadista determinou fortes laços de simpatia e amizade entre os dois.

Um dos que fizeram a biografia de Almino, Dioclécio Duarte, assim descreve a admiração que Almino Afonso inspirou a Rio Branco: "O Visconde se deixou encantar. Não tardou em se tornarem os dois amigos íntimos. Rio Branco estimava a companhia de Almino e a todos alegrava a mentalidade do rústico nordestino. E, quando interrogavam ao eminente homem de Estado o que várias vezes acontecia, onde havia descoberto aquêlê selvagem, contestava prontamente: "Esse selvagem é um classico que, conversando, não me obriga a leitura." E acrescenta Dioclécio Duarte: "O Imperador também solicitava ao Visconde notícias do selvagem, desejando recebê-lo no Palácio de São Cristóvão, mesmo porque, sabendo dos seus conhecimentos de latinista, tinha interêsse de obter a tradução de

um trecho que lhe mandara o Lucindo, e no qual não pudera meter o dente. Apesar da distinção imperial e da insistência do convite, Almino recusava, mesmo porque, dizia êle, “não queria tornar-se um jacobino sanguinário conhecendo de perto um soberano”. Quanto ao trecho latino, enviou ao Imperador a tradução, declarando, entretanto, ao seu amigo Visconde, que “qualquer discípulo seu do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, traduziria aquêle latinzinho tão depressa quanto êle”.

Regressando ao Ceará, Almino redobrou de atividade e ardor na defesa da causa abolicionista.

Participou ativamente da Sociedade Libertadora Cearense, que congregava um grupo de entusiastas da grande campanha, dirigiu o jornal *O Libertador*, percorreu vários municípios da então Província do Ceará, penetrou no Rio Grande do Norte, atingindo Mossoró, onde batalhou tenazmente, falou e discursou, com a sua voz retumbante e a sua formidável eloquência, por onde passou, em uma palavra revelou-se, afirmou-se como o advogado intemerato e o apóstolo incansável dos ideais redentores.

A pregação libertadora no Ceará contagiou tôdas as camadas da população, atingindo até os quartéis, sendo que uma unidade militar sediada em Fortaleza, o 15^o. Batalhão de Infantaria, impregnado das idéias livres, e por causa delas, foi transferido para o sul do país, recebendo ruidosa manifestação popular no momento de embarcar para a sua nova séde.

Almino foi um dos oradores, talvez o mais extremado, dentre quantos levaram a palavra de solidariedade aos soldados que eram transferidos, porque eram contra a escravidão.

Recebeu Almino castigo imediato, sendo demittido do cargo de Procurador da Tesouraria da Fazenda, que então ocupava no Ceará, mas não esmoreceu nem entibiou a sua fé, respondendo ao Governo que o escorraçava nestas palavras candentes, publicadas no seu jornal: “Há dez anos, resido nesta terra hospitaleira e generosa, e tenho a consciência de me haver sempre portado bem. Respeito a todos os homens, benevolência absoluta, tolerância com as faltas humanas e um desejo imenso de fazer bem a todo o mundo. Ninguém que me conhece negará isto. Porque, pois, malquerer-me e apedrejar-me, só porque no meu coração e no meu juízo há espaço para tôdas as dores e acalento para tôdas as vítimas da alheia soberba e da insaciável injustiça!

Os emprêgos públicos são alguma verba de testamento de alheia? Mas os patriotas do “Cearense” estão com medo de que perigues a ordem pública, porque o procurador fiscal é um dos sócios ardentemente chamados “Libertadora”. Pois descansem. Garantam a fazenda pública, protejam os amigos da ordem e... tomem o lugar;

mas não pensem que desta vez a fome seja boa conselheira. Eu não proferi discursos insultuosos. Fiquem, portanto, certos de que conosco só se podem haver a honra, o brio, a justiça e as boas maneiras.

A Constituição do Império e o Código Criminal permitem a liberdade de pensamento e o direito de censura. Não pedi a ninguém que me nomeasse, não hei de pedir a ninguém de joelhos que me não demita. Demitam-me, mas não me injuriem, porque, além da tristeza dessa injustiça, a desordem moral não chama ninguém à ordem. Se pretendem fazer o deserto em tôrno de si, para dizer que há paz, fiquem convencidos de que há de haver sempre algum Almino que terá uma palavra de ferro ou de luz, defendendo os pequenos, para queimar na face a vileza dos grandes que não têm vergonha”.

A seguir escreveu um panfleto que teve grande repercussão nos meios políticos brasileiros e que intitulou — “Os Rodrigões do Império”, visando principalmente ao Conselheiro Rodrigues Júnior, Chefe político de grande prestígio na Província, atingindo também o Conselheiro Lourenço de Albuquerque e o próprio Imperador Pedro II.

Terminava o seu impiedoso ataque aos que tentavam baldadamente embarçar a marcha vitoriosa da grande causa, revelando as suas tendências que então já se inclinavam para a república com estas palavras bem significativas: **“A realeza é a negação absoluta da liberdade; libertemo-nos para melhorar os nossos destinos pela Cruz, pela grei, pela Pátria! Mocidade brasileira! Filhos do País do Sol: Viva a América Democrática!”**

O que caracterizava Almino Afonso era uma paixão ardente pela liberdade, uma imensa piedade pela sorte dos fracos e dos oprimidos.

Antes da campanha abolicionista no Ceará, já por volta de 1875, na Paraíba, onde passou algum tempo, empenhou-se em luta acerba contra o Presidente da Província, por ocasião do levante chamado do Quebra-Quilos, que êle considerava como a legítima revolta e o grito tumultuário dos padecimentos das populações avinhadas da lenta agonia que explodiam sem consciência nem forma.

Ao deixar o Ceará, Almino Afonso transferiu-se para Manaus, onde dedicou-se à advocacia, não esquecendo, porém, as atividades cívicas. Continuou a sua peleja pela redenção dos escravos e presidiu a Câmara Municipal da Capital Amazonense e foi redator de um jornal “O Rio Branco”.

Uma face do espírito de Almino Afonso não suficientemente conhecida é a dos seus pendores poéticos. No entanto, nesse domínio êle deixou variada produção, sendo que alguns dos seus poemas ainda hoje são declamados nos salões sertanejos do Nordeste, muito embora não saiba a geração presente quem haja sido o seu autor.

Deixo aquí um desses poemas, de fundo lírico e sentimental:

“ E U ”

Tive esperanças formosas,
Tive sonhos de ilusão...
Eram coroas de rosas
Cingindo-me o coração..
Minha boca era um sorriso
Minhalma um paraíso,
Por onde brincavam nus
Os anjos de minhas crenças,
Risonhas, lindas, imensas,
Orladas tôdas de luz.
Mas súbito entristeço,
Sinto a lágrima correr;
Busco amparar-me, estremeço,
Parece que vou morrer...
Chamo alguém — não me socorrem,
Sinto — dizem-me morre;
Ouço um grito e mais ais...
Depois vejo estendido
Sôbre um leito denegrido,
O cadáver do meu pai.

Chorei... o rosto enxuto,
Não deixava o coração
Mancebo que traje luto
Sempre inspira compaixão.
Davam-me beijos nos lábios,
De esmola molhada em fel,
Minhalma se revoltava
Meu desespero bradava
Mentira — Deus é cruel.

Chorei muito... minha mãe, coitada
Acercando-se de mim,
Chorava porém calada
Nunca vi chorar assim...
Tive medo que findasse
Que também me abandonasse
Então tremi de terror...
Abracei-a louco, ansioso
Junto ao cadáver do espôso
Era cadáver de amor.

Primavera sem fulgores
Ai! Mocidade sem flores.
Eis o que eu sinto,
O que sou...

Almino Afonso

Pelo que fica exposto, evidencia-se que Almino Álvares Afonso, desde a sua infância, foi bem uma expressão de vigor da gente que povoou e habita os sertões nordestinos.

Circunstâncias de sua vida impediram que êle se fixasse no Rio Grande do Norte, sua terra de nascimento, a que muito amava, mas a verdade é que nunca a esqueceu e sempre para ela voltava o seu espírito e o seu coração.

Por isso mesmo, o Rio Grande do Norte, uma vez proclamada a República, entendeu, e entendeu muito bem, que devia honrar os seus méritos e aproveitar os seus serviços, o que fez elegendo-o, mais votado entre todos, deputado à primeira Assembléia Constituinte, a que elaborou a Constituição de 1891.

A atuação de Almino naquela grande Assembléia foi das mais proficuas, tomando parte em vários debates relevantes e tendo a iniciativa de medidas que ficaram incorporadas à nossa carta máxima, sendo de sua autoria, por exemplo, a que consagrou o princípio da representação das minorias.

Ao assinar a Constituição, acrescentou ao seu nome a frase latina
— **pro vita civium proque universa republica.**

Tavares de Lyra, traçando-lhe o perfil, acentua que o bairrismo, por vêzes exagerado, era uma das facetas do seu espírito.

E aponta o episódio, ocorrido na Câmara, quando da votação de uma emenda de Almino Afonso, com parecer contrário da Comissão de Finanças, mandando consignar um auxílio para os serviços de abastecimento d'água na cidade norte-riograndense de Macau. A Comissão de Finanças firmara-se no princípio de inconstitucionalidade da medida, por ela considerada de caráter puramente municipal.

O deputado potiguar, com a veemência que era do seu feito oratório, afirmou: "**Se a Constituição proíbe que se dê água a quem tem sede é uma constituição irracional**". A Câmara cedeu aos argumentos de Almino.

Na primeira vaga que ocorreu no Senado da República, o Rio Grande do Norte mandou Almino Afonso como seu embaixador. Na alta Casa do Congresso a sua ação foi constante, sendo de notar que se tornou um dos mais combativos opositores ao Governo de Prudente de Moraes.

Faleceu em 1889, a 13 de janeiro, em Fortaleza, Capital do Ceará.

O Estado do Rio Grande do Norte continua a recordar os feitos e a cultivar a sua memória, dando o seu nome a um dos seus novos municípios.

O Colégio Santo Antônio

[Reminiscências]

Antonio Fagundes

Como são duradouras as recordações da infância!

São elas, por vezes, tão sadias e tão fortes que nos trazem um misto de alegria e de saudade. Longe estamos, entretanto, de poder medir-lhes a justeza e a duração.

Tenho comigo mesmo vivo exemplo das impressões deixadas pelas ocorrências próprias da idade em que o espírito manifesta a vibratibilidade dos colibris.

Quando conheci Natal, ou melhor, quando ela, carinhosamente, me acolheu em seus braços maternos, era realmente uma aldeia. Os seus limites não iam além da Avenida Deodoro e do Sítio da Bica, local onde hoje se encontra a Usina Elétrica. O mais era mato onde havia árvores de porte considerável.

No Monte Petrópolis, que estende o seu nome a um dos pitorescos bairros próximos à praia, erguiam-se quatro prédios de estilo colonial, três dos quais adquiridos pelo Governador Alberto Maranhão, que nêles instalou o Asilo de Mendicidade "Padre João Maria", convertido depois em Orfanato, a Casa de Detenção e o Hospital "Juvino Barreto", depois "Miguel Couto". O último, situado mais a leste, foi ocupado pelo saudoso Vigário João Maria quando adoeceu, tendo ali falecido. Demolido há poucos anos, está sendo erigida no local a Igreja de N. Senhora de Lourdes.

De 1904 a 1907 frequentei o Colégio Diocesano "Santo Antonio", situado, então, no atual Convento sob a mesma invocação e à rua de igual nome.

A torre da Igreja que serviu de capela para o Colégio

Santo Antonio, foi abalada por uma fiação elétrica, em 21 de junho de 1897, que destruiu um galo de metal colocado no zimbório.

Esse galo orientava, então, a volta dos afoitos pescadores que sumiam no oceano, logo ao raiar do dia, com a dúvida de tornarem ou não ao lar acolhedor. Divulgá-lo, à tardinha, na fimbria de horizonte, quando as esperanças estavam voltadas para o Todo Poderoso, era a tranquilidade para o coração, a certeza de que não tardaria que estivessem no lar pobre de haveres materiais porem rico de afeto, para contemplarem o riso dos filhos e abraçá-los meigamente.

Era o educandário confiado a padres seculares, alma devotadas aos misteres da Fé e à formação das crianças e dos jovens da época. Desconheciam os princípios da ciência-arte de educar, mas nem por isso deixavam de proporcionar a indispensável assistência aos alunos. Nisto consistia o maior mérito, talvez, — dêsse preceptores improvisados que votavam ao ensino a sua maior preocupação e o melhor dos seus esforços. E qual era o engenho de que usavam para alcançar o desejado êxito dêsse labor!

O amor e a brandura, entremeados com a disciplina austera do régime tradicional, iam operando o milagre da perfeita implantação dos bons hábitos de par com o cultivo daquelas inteligências em desenvolvimento.

Quantas reminiscências que fazem bem ao coração e despertam-nos inexplicável saudade e imorredouro reconhecimento àquelas almas plenas de infinita bondade, muitos dos quais distantes de nós outros, na eterna bem-aventurança!

O Cônego Joffily, — João Irineo Joffily — diretor, afetuoso e ao mesmo tempo astero e jovial, que havia de falecer no Rio de Janeiro, depois de exercer o Arquiepisopado de Belém do Pará. Para cada um de nós tinha êle uma palavra de estímulo, um aplauso ou um conselho. Conhecia um por um os alunos do Colégio, dispensava-lhes atenção especial mas era inflexível nos casos de disciplina.

Padre Milanez, — João Batista Milanez, — mais tarde Monsenhor. Ao assumir funções no Colégio era Diácono. Ordenado na Paraíba, sua terra natal, oficiou solenemente a primeira missa na Matriz de N. Senhora da Apresentação.

Muito amigo dos alunos, exercia bastante ascendência sobre eles pela delicadeza dos gestos, brandura nas atitudes e, não raro, pelas advocacias que realizava em favor dos indiciados das travessuras bem comuns da juventude. Era um *gentleman*. Exerceu funções de Vice-diretor passando à diretoria quando o Cônego Joffily foi reclamado para o Colégio Pio X, da cidade de João Pessoa.

Padre Calazens, — José de Calazans Pinheiro, — falecido há poucos anos, depois de receber os títulos honoríficos de Cônego e de Monsenhor. Professor do Ateneu Riograndense, no Colégio lecionava Latim à turma dos mais adiantados. Muito interessado pelos jovens sob os seus cuidados, era comum ouvirmos das suas aulas, diariamente e com insistência, quando ficavamos detidos por uma hora ou mais até, em virtude de uma lição mal sabida, as declinações do bello idioma de Virgílio.

Padre Mathias Freire, depois Cônego, vernaculista renomado, que seria docente de Português do Liceu Paraibano. Sua passagem pelo Santo Antonio foi rápida, mas, entretanto, bastante proveitosa. A visão esclarecida de D. Aduino, Bispo da Paraíba, confiou-lhe, com justiça, função mais importante na sede do episcopado.

Francisco Barroca, — seu Barroca, — professor leigo, inteligência viva, exímio desenhista, caligrafia maravilhosa assemelhando-se perfeitamente aos caracteres da imprensa. Vive ainda no Rio de Janeiro, tendo, desgraçadamente, perdido a visão, depois de haver exercido durante longos anos a clínica odontológica.

Pelo espírito empreendedor é elevadas qualidades de artista, tornara-se a alma das festas de encerramento do ano letivo. Pintava os cenários e armava o palco— improvisado para as encenações das revistas e novelas. Foi substituído nesse mister pelo ex-aluno Hostílio Dantas, que havia de especializar-se na Escola de Belas Artes, tornando-se esmerado desenhista, pintor e escultor. Em uma dessas oportunidades Hostílio pintou um pano-de-boca reproduzindo com muita propriedade a fachada da própria Igreja de Santo Antonio.

O Dr. João Soares de Araujo, hoje magistrado aposentado, que não nos tem proporcionado mais o calor de seu en-

tusiasmo contagiante. Parece-me que foi ontem que o vimos em frente à turma, ditando mui pausadamente trechos de precioso livro “O CORAÇÃO”, de Edmundo De Amicis:—“Primeiro dia de escola hoje. Nesta manhã fiquei logo gostando do meu professor...”

De baixa estatura, dedicou-se durante muitos anos ao ensino das crianças pobres de Natal. Abnegado, revelou-se possuidor de real vocação para os misteres do ensino.

Padre José Neves de Sá, — Padre Zé Neves, — espírito alegre, comunicativo, companheiro das brincadeiras do recreio. Era meu amigo predileto, tolerando-me as infantilidades e dispensando-me atenções especiais. Quando eu fugia da classe e me asilava no salão em que êle lecionava, assentava-me ao seu lado e, pouco depois, fazia-me regressar à classe, sempre acompanhado por um dos seus alunos com o recado para que o meu professor *não me castigasse, pois eu estava com êle.*

Diariamente quase, tinha um santinho ou uma medelha para mim, recomendando-me que me tornasse dia a dia mais estudioso e fiel cumpridor dos deveres escolares. A êle devo grande parte da minha formação através das suas palavras e dos seus conselhos.

Gostava de fazer pirraças aos colegas porem, certa vez, foi alvo de uma inocente pilhéria em que se deixou cair infantilmente:—

Habitado a criar pássaros em gaiola, possuía uma grauna, lindo pássaro, deveras cantador, canto estridente que ecoava em todo o Colégio. Acostumara-o a saltitar e estalar fortemente quando lhe falava ou corria os dedos para a direita e para a esquerda pelos palcos da gaiola. Por ultimo tornava-se mister somente ouvir a voz de Padre e já o pássaro, saltitante e eriçando as penas, soltava estalos estridentes.

Os seus colegas, solicitando a colaboração do Cônego Estevão Dantas, então Vigário da vizinha cidade de Macaiba, e bem assim a do Padre Calazans, que residia com a familia em Natal, traçaram os planos e deram-lhes execução. O cônego Estevão trouxera de Macaiba um anum que fora colocado sorrateiramente na gaiola, da grauna, enquanto esta fôra levada para a casa do Padre Calazans. Como era natural, o anum de

modo nenhum poderia aceitar a prisão e substituir a grauna: ficara tristonho, cabisbaixo, sem aceitar o alimento, vindo a morrer poucos dias depois. Qual não foi a desolação do Padre Neves! Lastimava frequentemente a perda da grauna estimada, enquanto todos o ouviam sem dar margem a que êle pudesse firmar qualquer suspeita em contrário. Quando o Cônego Estevão voltou de Macaiba, apenas com êle se foi defrontando, o Padre Neves, ainda bastante contristado, deu-lhe notícia do infausto acontecimento. Foi geral a hilaridade de todos os presentes, em consequência do que foi descoberta a farça. O “trote” irrompeu, desencadeou-se furiosamente sôbre o ingênuo Padre Neves que não soubera diferenciar um anum de uma grauna. Para a comprovação da verdade a grauna voltara a ocupar a mesma gaiola de então.

Depois dêsses bons tempos de Colégio, sòmente uma vez tive oportunidade de encontrar êsse meu grande amigo, quando eu, no interior do Estado, já aos vinte anos, sentia o peso das responsabilidades públicas e funcionais como preceptor de crianças. Trocamos abraços fraternais e, com alegria indescritível, fez-me êle uma *sabatina* nas minhas atividades posteriores à fase colegial. Tive, então, a impressão de que tornara à quadra infantil, tanto me senti criança diante das suas reflexões, sua bondade, coração sempre generoso e amigo. Afastando-se para o Rio de Janeiro, exerceu o paróquiato de São Francisco Xavier, onde faleceu

O Sr. João Batista do Nascimento, — *seu* Batista, — acadêmico de Direito, que regeu os cursos primários. Espírito sereno, amigo dos estudantes, interessado no ensino. Resolvia conosco, pacientemente, os problemas da Aritmética das nossas tarefas diárias. Revelando-se portador de qualidades recomendáveis para a missão de ensinar, manteve em Natal, depois de formado, por vários anos, um curso particular para rapazes, no qual sempre se fez recomendar pelo interesse em prol do aproveitamento dos alunos.

O Padre Pedro Paulino Duarte, que tinha sempre uma adivinhação para nós decifrarmos ou um quebra-cabeça para resolvermos. Foi curto o seu período entre os alunos do Santo Aontonio porque teve de seguir para Mossoró onde desenvolveu

atividades didáticas no Colégio Diocesano Santa Luzia.

O Sr. Pedro de Oliveira, que, vindo da Paraíba e destinando-se a Caraubas, sua terra natal, esteve por algum tempo no Santo Antônio lecionando nas classes primárias. Excessivamente bondoso, tinha sempre uma palavra de estímulo e a promessa de uma nota melhor para a lição próxima. Colocou-se na Fazenda Estadual. Ao tempo em que ocupava o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado, tive oportunidade de assinar, por designação do Interventor Federal, o expediente do Departamento da Fazenda e do Tesouro, durante cerca de 60 dias. Lá encontrei entre os funcionários dessa repartição pública estadual o antigo professor Pedro de Oliveira, que, mui gentilmente, se fez apresentar manifestando a sua alegria por me ver assumindo a chefia da repartição onde estava servindo. Verifiquei, portanto, que ainda era êle o mesmo *seu Pedro de Oliveira*, bondoso e afavel, generoso e amigo dos antigos tempos do Colégio.

Como esquecer nestas evocações a figura singular de velho Sinfrônico Barreto, — o Major Sinfrônico. Residindo no andar térreo da torre da Igreja, com ampla comunicação para a rua e, concomitantemente, para o interior do Colégio, ia distribuindo sobriamente com os pobres o pão para o alimento e a homeopatia para o combate às moléstias mais ligeiras, de par com o conforto dos conselhos de que sempre necessitam os desajustados na vida.

Alma que encarnava a caridade cristã, tanto ou mais do que seu irmão, o Major Juvino Barreto, dava tudo o que lhe vinha às mãos, somente não ficando de esmolas também, graças à assistência de Colégio e aos cuidados da família. Era o nosso advogado quando pilhados em travessuras. Tôdo o Colégio tinha-lhe particular admiração e estima. O próprio Diretor rendia homenagem à elevação daquêles sentimentos e dispensava-lhe notáveis deferências.

Em começos de 1906, * * * a Natal, pela Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, Bispo da Paraíba, a cuja diocese pertencia o Rio Grande do Norte. O Colégio foi recepcioná-lo. O Sr. Bispo paramentou-se na Capela de São José, da Fábrica de Tecidos do Industrial Juvino Barreto, situada no local fronteiro à atual redação do jornal "A Republica." Essa capelinha foi transferida para as

imediações do palacete da Viuva Barreto e é a mesma que serve ao Colégio Salesiano São José. A Viuva Barreto doara em disposições testamentárias o patrimônio da sua chácara à Ordem de D. Bosco, a fim de que ali se instalasse um estabelecimento de educação para crianças pobres.

O prestito desfilou pela rua Junqueira Aires, solenemente, constituindo-o associações religiosas, irmandades, escolas, etc., e sendo acompanhado pelas autoridades e pelo povo em geral.

D. Adauto hospedara-se no Colégio Santo Antonio. Lembro-me que ao sermos convidados para dêle nos despedirmos e oscular-lhe o anel episcopal, S. Excia. fez-me doação de um postal de D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti, então arcebispo do Rio de Janeiro e elevado ao cardinalato, recomendando-me que o guardasse com muito carinho porque era o primeiro cardeal do Brasil. Aproximando-se o natalício de minha saudosa mãe, achei de felicitá-la nesse postal. Depois que seus olhos não brilharam mais para o meu conforto, depois que ela deixou de derramar sôbre mim a sua benção, recolhi o cofre das suas relíquias, pequenos objetos que ela conservava carinhosamente, e lá encontrei, para surpresa minha e maior emoção, o postal de D. Arcoverde, tal como o havia enviado havia anos, onde se vê a mesma letra desalinhada e desigual de criança descuidada que levava para ela a mensagem do seu afeto filial no dia do seu natalício. Incorporei-o, desde logo, como dos mais preciosos achados, ao acervo de pequenos objetos de minha particular estima, para uma perene recordação de todo aquele afeto maternal.

No ano de 1906, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte prestou merecida homenagem à memória de Frei Miguelinho, involvidável potiguar trucidado na Bahia pelo crime de haver sonhado com a liberdade da Pátria.

No programa das comemorações estavam as representações das sociedades literárias, científicas e recreativas, instituições culturais, escolas, etc. O Colégio Santo Antônio compareceu. Missa campal em frente à Matriz, prestito cívico onde se fizeram ouvir diversos oradores, inauguração de uma lápide

comemorativa apósta no prédio situado no local em que nasceu o mártir do movimento republicano de 17, onde hoje se encontra a repartição do Distrito das Obras do Porto de Natal.

Foi observado e não passou despercebido que, por ocasião da missa campal, caíra ligeira chuvinha e se desenhara no firmamento belo arco-iris, simbolo da aliança que figurava tambem na bandeira organizada por aqueles republicanos para representar a aliança feita pelas três províncias insurrectas.

A' noite houve sessão cívica no Teatro "Carlos Gomes", hoje "Alberto Maranhão", na qual foi orador official o Dr. Francisco Pinto de Abreu, intelligência de escol e apreciado crador pela cultura e pelos dons oratórios de que era possuidor. Um coro de senhorinhas da fina flor da sociedade potiguar, representando os municipios do Estado, entoara o majestoso H no a Frei Miguelinho — "Surja em paz da penumbra da História..." "inspiração do Dr. Henrique Castriciano, príncipe dos poetas potiguares, musicado pelo exímio e festejado maestro L. Maria Smido. Natal não vira até então solenidade cívica de tamanho vulto. A Revista do Instituto Histórico registrou todas as ocorrências transcrevendo os discursos proferidos, entre os quais se encontra o do Dr. Manuel Olímpio dos Santos Vital presidente do Instituto, lido por ocasião da inauguração da lápide comemorativa.

A 8 de setembro de 1906 a turma de alunos de 9 a 11 anos de idade, a que eu pertencia, fez solenemente a primeira comunhão. A' festividade precederam os preparativos habituais de hoje, porem não comuns naquela época remota. Ensino de catecismo, prédicas preparatórias, ensaio de como haver-se na ocasião na missa, etc. Depois da cerimônia foi servido o café aos comungantes no próprio refeitório do Colégio. Trajavam todos uniforme de casemira preta, gravata branca tendo laço de fita desta mesma cor no braço esquerdo e conduzindo a vela que é exigida para o ato litúrgico. Lembro-me que fui escolhido pelo Cônego Joffily para representar a turma lendo alto, por todos os colegas, as orações preparatórias para a comunhão e os atos de agradecimento. Penso que o fiz a contente porque fui depois abraçado e cumprimentado pelo Cônego

Joffily. Não pude julgar do mérito que me foi atribuído, mas recordo-me que despertei certo ciúme em alguns colegas, pois que, nos dias subsequentes, tanto nos minutos furtivos de classe quanto nas horas de recreio, fui alvo de pequenas referências — indiretas em que me chamavam de *adulador*, qualificativo que a sociedade futura havia de substituir por *chaleira*, ou *peixinho*. Fazendo vista larga ante essas pequenas ciúmadadas, em breve os dias continuaram pacíficos e a cordialidade continuou ininterrupta.

Longe estamos de avaliar quão fortes impressões a sineta do Colégio causava em nossa sensibilidade. Parece-me até que ela traçava os próprios destinos da petizada em alvoroço por aquêles corredores ora solitários, ora em bulício infernal. Ao seu bimbalar sonoro é que nos movíamos nas lides do estabelecimento. Ora nos trazia notícias alviçareiras, ora nos afastava das delícias da liberdade chamando-nos aos deveres escolares. Anunciavam-nos o termo das atividades estudantis e do mesmo modo nos convidava para as refeições e para as merendas. As tristezas e as alegrias das turmas eram por ela anunciadas. Fazia gosto ver-nos tomando posição nas formas, silenciosos, atentos, apenas ela nos anunciasse o termo das horas de expansão, de liberdade, das brincadeiras. Habituaamo-nos, assim, a obedecer-lhe fielmente e a sentir que ela dirigia os nossos destinos.

Quando me iniciei nas atividades do ensino particular e tentei desenvolvê-lo organizando um externato e instalando-o em melhor cômodo que não a pequena sala da modesta residência, procurei adquirir por compra a sineta do meu Colégio Diocesano, a esse tempo já pertencendo ao Convento. Não me foi dado conseguir êsse intento pois que o Superior da Ordem informou-me, descupando-se gentilmente, de que não lhe era dado dispor daqueles bens. Cogitei ainda de permutá-la por outra adquirida no comércio. O destino, porém, não se encontra em nossas mãos. Exigido para o desempenho de outras funções públicas que me absorviam inteiramente, tive que desistir do meu externato.

O bimbalar da sineta do Colégio, entretanto, nunca se

apagou da minha recordação. Certa vez em que passava pela rua General Osório, proximo ao Colégio, fui surpreendido com o repique da sineta. Detive-me como que automaticamente, sem mesmo saber que o fazia. Somente após segundos, em consequência da reflexão natural, me apercebi que fôra dominado pela forte emoção daquelle bimbalar em ré suspenso maior, ecoando pelas ruas da cidade, outrora deserta e quase muda, agora agitada, febricitante, crivada de faróis ofuscantes das centenas de automóveis que lhe cortam as artérias. Tive saudades ainda dos tempos de colegial.

* * *

Que evocações dos colegas dessa jornada!

O meu primo Peregrino Junior, hoje clínico de nomeada, docente da Universidade do Rio de Janeiro, cronista e escritor de mérito, membro de várias instituições literárias e científicas do país e do estrangeiro, inclusive da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente, é um dos colegas que me trazem extraordinárias evocações.

Eu lhe ensinara errado a letra W do alfabeto contido no Primeiro Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho porque não a conhecia uma vez que não figurava na Carta de ABC de Landelino Rocha pela qual fôra eu iniciado na leitura. A minha ignorância determinara-lhe franca e importuna hilaridade, incontida mesmo, que, contagiando toda a classe, attingiu até *seu Barroca*, professor da turma, quando veio a tomar conhecimento do caso através da fiel explanação do novel estudante.

Parece-me presente na retina a figura de Omar Navarro, folgasão, de cabelo aparado à escovinha, apelidado por nós o *doidinho* em virtude do gênio irrequieto, borboleteante. Absalão Simonetti, ainda hoje portador da mesma jovialidade, que usara por iniciativa própria o papel pautado muito transparente, em decalque sôbre o traslado de letra modelar, feito por *seu Barroca*. Graças a esta descoberta do Absalão, todos nós passamos a usar o decalque por determinação daquede nosso professor.

Luiz Veiga Filho e Otávio, o primeiro industrial em Natal,

e o ultimo dedicado à música e que havia de formar-se em engenharia. Fábio Zambrotti, brincalhão e pilhérico ainda hoje, em companhia de quem cumpri o primeiro castigo de privação de recreio por não ter sabido a lição de leitura. Israel Nazareno de Souza, que se dedicaria ao estudo do vernáculo, revelando-se de mérito superior e substituindo o venerando Professor João Tibúrcio na cadeira de Português do Ateneu Rio-grandense. E o fez com particular superioridade e mérito inconstetável.

Otávio e Julio Tavares, o primeiro engenheiro da Prefeitura de Natal, tendo feito curso nos Estados Unidos. Jorge e Helly Câmara, o primeiro industrial no Ceará-Mirim, falecido há poucos anos, e o ultimo oficial de alta patente da Polícia de São Paulo. Luiz Potiguar Fernandes, — Poli, — que seria Bacharel em Direito porem abraçara a burocracia, conquanto tenha exercido as funções de Chefe de Polícia durante o Governo de seu primo Mário Câmara na Interventoria do Rio Grande do Norte. Antonio de Paulo Filho, funcionário aposentado da Fiscalização do Porto de Natal, a quem eu costumava comprar livretes de reclame do específico de Humphreys. Meus primos Arnaldo e Bartolomeu Fagundes, o segundo seria professor primário e depois advogado provisionado, aposentando-se nas funções de tabelião e escrivão de Natal, e o primeiro abraçara a burocracia, falecendo quando alto funcionário da Fazenda Nacional. João Idalino de Paiva, Waldemar Dias de Sá, hoje capitalista e proprietário no Ceará-Mirim. Gorgônio Jose de Carvalho Filho, possuidor de um relógio de ouro e cadeia de mesmo metal, o que nos causava admiração e talvez inveja mesmo. José Barreto, filho de industrial Juvino Barreto, que, ao falecer, deixara em testamento um donativo para o Colégio. Eugênio e Eitácio Lira, Romualdo Galvão Filho e seus irmãos João e José Monteiro Galvão, Leovigildo Barroca, — Leó na intimidade, Luiz Lopes Varela, grande industrial em Ceará-Mirim, Waldemar Vieira Barros, — (Didico) — Odilon e Odorico Vital, Aguinaldo Tinoco, Otávio, Sérgio e Mário Severo, filhos do malogrado aviador do "Pax", José e Manoel Romeiro, Raimundo Brígido Borba, — Borbinha, José Bordalo, sobri-

nho do Vigário Moysés Ferreira, João da Pratinha Câmara, de cabelos ruivos, residindo no sítio "Cucui", situado na atual rua Ulisses Caldas e em frente ao Colégio Imaculada Conceição. Sua residência era tão distante do Santo Antonio que êle fazia o percurso a cavalo. Vital e Jorge Barroca, Roque Maranhão, proprietário em Nisia Floresta. Gastão Câmara, engenheiro civil, Heroiso e José Potiguar Pinheiro, Dirceu e Dioclécio Duarte, Este ultimo acompanhava-me sempre, a mandado do Padre José Neves, quando eu ia de fuga para a classe dêle. Dioclécio foi Deputado Federal em diversas legislaturas, representando o Rio Grande do Norte. Jornalista e orador fluente, escreveu diversos livros sôbre assuntos de relevancia para o Estado.

José Mesquita Filho, João de Moraes Barbosa, — João de Epolinário, — Artur de Ataíde, que havia de falecer antes de concluir o curso do Colégio Militar, iniciado com brilhantismo, aliás. Otoniel Menezes, o festejado poeta de fulgurante inspiração, autor de diversos livros de poesia e que havia de irradiar a sua popularidade com o poema "Praieira", musicado pelo renomado violonista potiguar Eduardo Medeiros. Sebastião Marinho, (Piotinho), batizado depois de matriculado no Colégio. A cerimônia realizou-se na capela do Colégio em presença de todos os alunos, sendo oficiante o Padre Milanez e apadrinhando o batizando o Cônego Joffily.

Afonso e Plínio Saraiva, Pedro Velho Filho, Paulo, Camilo e Clovis Maranhão, seus irmãos, Ricardo Barreto, Ezequias Pegado, Eugênio Carneiro e João Rocha Filho, — Rochinha, Esta dupla muito dera o que fazer aos padres pelas sucessivas peripécias em prejuizos da disciplina do estabelecimento. José Felix Alves de Souza, João Nesi Filho, Milton Varela, capitalista e proprietário, João Ataíde, Amaro Barreto Sobrinho e seu irmão José Scipião. Amaro Barreto é poeta festejado, assinando-se Barreto Sobrinho.

Orlando e Mário Monteiro, Anibal Barata, Felipe Neri do Nascimento, Nelson Sales, Joaquim e José Alexandre da Silva, José Diógenes Maia, Lafaiete Maia, Raimundo Gurgel João Batista de Medeiros, João Galvão Filho, João Vieira, Artur

Teixeira, Mário e Artur Vilar de Melo, Joaquim Lustosa Filho, Cornélio Rocha, Nenenciano Melo, Armando Seabra, talento de escol, esttlista, tão cedo ceifado pela morte, quando ainda acadêmico de Medicina.

Joaquim Meiroz Grilo, Antidio Guerra, João Fagundes de Almeida, Artur Coelho, Olavo e Jaime Wanderley, Aureo Paiva, meu irmão, Amaro Fagundes, José Maria Cabral, que seria sacerdote católico e escritor de nomeada. João Fernandes de Almeida, espírito muito irrequieto, Carlos Vale, Joaquim de Freitas, Hostílio Dantas, Lauro Botelho Fagundes, o penultimo desenhista, pintor e escultor, tendo feito curso de aperfeiçoamento na Escola de Belas Artes, e o ultimo é hoje ferroviário aposentado, possuindo modelar folha de serviços.

Tantos outros me vêm à memória pela associação de ideias, alguns vitoriosos na vida, sob o bom signo e que agradecem a Deus e aos mestres bondosos o que hoje desfrutam normalmente, honradamente, enquanto outros, menos felizes, cedo tombaram para a eternidade, depois de haverem lutado com a vida e contra a morte, pagando, assim, bem cedo, o tributo a pesados juros.

Vale lembrar que de um dos colegas mais distintos não lhe guardamos o nome. É quase paradoxal mas perfeitamente explicável. Era inteligente, afavel, cordial e deveras interessado nos misteres das aulas, alcançando sempre e sempre notas muitas boas. O espirituoso Padre Neves denominara-o *Calouro*. Todos nós assim o conheciamos e tratavamos, apesar da proibição terminante de alcunhas no Colégio.

Estudavamos Histórias do Brasil seguindo o método de perguntas e respostas, de cuja disciplina era professor o próprio Padre Neves. Havíamos chegado à lição que fala de Diogo Alvares mas a turma vinha sendo massacrada com detenções após a aula por não haver aprendido essa lição.

Em certo dia, o Padre José Neves colocou-nos em forma de circulo em torno da sua mesa e começou a arguição. As respostas não satisfaziam ao professor. Em certo momento, dirigiu-se à turma:—

—Que aconteceu a Diogo Alvares?

Ninguém respondia. Chegada a vez de *Calouro* notamos desde logo que êle estava interessado na resposta e, sem perda de tempo, meio tímido e meio apressado, para não perder a oportunidade, expressou-se mais ou menos assim:—

— Diogo Alvares, tendo encontrado uma espingarda na praia, matou um passaro. Quando os índios ouviram o tiro gritaram amedrontados: *Camaruru! Camaruru...* Todos caíram em franca e incontida risada, inclusive o Padre. O colega havia feito o trocadilho levado pela grande preocupação de não deixar a pergunta sem a resposta correta. Nessa ocasião, o Padre Neves, mal contendo o riso, sentenciou que, daquele dia em diante, o colega não seria mais *Calouro* e sim *CAMARURU*. Guardo, entretanto, bem viva na memória a sua fisionomia e os seus triunfos escolares pela inteligencia forte que sempre revelara. Afastou-se do Colégio tornando ao interior. Com o decorrer dos anos nunca mais o encontrei na encruzilhada da vida, nem nos puderam chegar notícias suas. *Calouro* e *Camaruru*, era somente para os colegas do Colégio: para os demais tinha o nome verdadeiro que nós ignoravamos.

* * *

Êsse o Colégio Santo Antônio das nossas evocações, das nossas saudades e das nossas emoções, que emprestou vida a Natal dos tempos remotos de velho relógio da torre da Matriz presidindo os destinos dêsse povo laborioso, modesto e pacato, fraternal e amigo; Natal do Telégrafo Semafórico, da corneta das vinte e uma horas, — nove horas da noite — em toque de silêncio, acordes saudosos partidos dos quarteis das forças militares e ecoando docemente pelas ruas da cidade tranquila, dolentemente, ferindo as almas românticas em plena florescência; Natal das retretas nos jardins das praças Augusto Severo e André de Albuquerque, das valsas e das mazurcas, dos fox-strots e dos schots, dos cinemas mudos com orquestras famosas de melodia incomparáveis; Natal das valsas “Sôbre as Ondas” e “Royal Cinema”, doce inspiração de Antonio Dantas Tonheca.

Memoro o Colégio Diocesano Santo Antônio fundado em março de 1903 pelos Padre Moysés Coelho e Alfredo Pegado,

este que seria o Secretário Geral do Bispado de Natal e o segundo sagrada Bispo, havia de falecer no Sólido Arquiepiscopal da Paraíba. Esse o antigo Colégio, o primeiro que se instalou nesta cidade para a formação intelectual e social-católica do sexo masculino.

Nesta altura vale recordar um dos episódios que deixam patentes o espírito de tolerância e o zelo daqueles preceptores improvisados que tão hábeis se mostraram quando timoneiros das gerações que lhes iam sendo confiadas: —

Questões de ordem disciplinar levaram o Cônego-Diretor a suspender o recreio diário das dozes horas, substituindo-o pela récita de um terço na capela do Colégio. Dia a dia, pela ordem da caderneta da classe, era designado o aluno que havia de recitá-lo enquanto os demais o acompanhavam em coro. Chegara a minha vez. Displicente, entretanto, sem emprestar a devida importância à responsabilidade que me assistia, não fui, no momento oportuno, desempenhar o meu novo encargo, deixando-me ficar na forma, em meio dos colegas. Em breve surgiu o Cônego Joffily, que costumava participar daquelas orações. Surpreendido com a ausência de quem deveria orientar naquele dia o officio religioso, interpelou o prefeito:—

—*Seu* Bilro! Quem vai tirar o terço hoje?

Ao que respondeu o zeloso auxiliar de disciplina:—

—Não sei, Padre Joffily. Disseram-me que era o Fagundes. E logo o Cônego -Diretor Chamou-me:—

—Seu Fagundes! Não está aí seu Fagundes?

Respondi-lhe e marchei ao seu encontro.

—Você não sabia que tinha de tirar o terço hoje? perguntou-me.

Sabia, sim, senhor. Respondi-lhe atenciosamente.

—E por que não veio para cá? Tome. Vá ajoelhar-se ali. E, apontando-me o altar, passou-me às mãos o “terço” que retirara do bolso da sotaina.

Meio aturdido, meio acanhado, recebi o “terço” objectando-lhe:—

—Padre Juffily, eu não sei resar em “terço”, não.

É excusado dizer da reação. O cônego voltou-se para o auxiliar de disciplina exclamando:—

Ó ,*seu* Bilro! Que vergonha! Um aluno de um Colégio católico não sabe resar em terço!

E logo acrescentou:—

—Seu Bilro, mande estes meninos para o recreio.

Saimos todos contentíssimos. No dia seguinte martirizava-nos a expectativa: teríamos de voltar ao castigo ou estávamos absolvidos?

A alegria foi geral quando, ao bimbilhar da sineta, nos veio o emissário do Diretor com instruções para nos mandarem para o recreio. Nunca pudera eu supor, que, por não saber rezar em “terço”, havia de ocasionar o indulto da penalidade coletiva que nos fôra imposta pelo regime disciplinar.

Era assim o Colégio Santo Antônio de nossa tradição. A sua história traz-nos recordações indeléveis, fortíssimas. O velho casarão de atual Convento, conquanto um pouco remodelado, os mestres amigos e devotados, os funcionários humildes, os companheiros, na sua generalidade folgasões, com anedotas chistosas e inofensivas, para os quais pareciam muito longos os meses letivos enquanto excessivamente curtos os períodos de férias, tudo, finalmente, fala mais expressivamente à nossa alma do que as próprias palavras, porque são o testemunho vivo de uma fase de despreocupações das realidades da vida e ao mesmo tempo da cultura dos afetos, preencheram plenamente os nossos dias de felicidade maior, de incomparável felicidade, a única, talvez, que possa haver sôbre a terra.

Quando em nossos dias ouvimos falar nos ex-alunos do Colégio Santo Antônio, lembramo-nos que a nós caberia melhor e mais propriamente êsse honroso qualificativo, dada a primazia e a antiguidade do tirocínio escolar sob a égide do Taumaturgo de Lisboa, nós que fomos os seus primitivos alunos, os iniciadores das suas atividades, que lhe demos forma e tradição ao tempo em que parecia temeridade pensar-se em um estabelecimento de tal natureza para Natal, nós que desbravamos o terreno para a colheita dos frutos que vieram encher

de orgulho as fases imediatas do seu progresso.

Lamentamos que não tivéssemos tido oportunidade para nos vermos reunidos fraternalmente, a fim de comemorarmos a época remota de tão vivas memórias da quadra juvenil e adolescente.

Com alguns dêes cruzamos frequentemente as ruas de Natal ou nos encontramos fortuitamente em cidades vizinhas. De outros, recebemos notícias confortadoras de que desfrutam promissora situação social e financeira. Alguns, entretanto, a maioria, talvez, cumpriram o destino que lhes foi traçado e bem cedo partiram para a eternidade. Curvemo-nos ante os elevados designios da Providência e deixemos cair-lhes sôbre a lousa fria dos próprios túmulos uma prece reverente com as sentidas lágrimas de saudade.

FONTES DE UMA PESQUISA

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

— Espalhava-se o povo, e o recolhia, e em moinhos o moía, ou num gral o pisava, e em panelas o cozia, e dêle fazia bolos: e o seu sabor era como o sabor do azeite fresco—

(A BIBLIA SAGRADA — quarto livro de MOISÉS — chamado NÚMEROS, capítulo 11, versículo 8.º)

O pequeno registro fonte, motivo da história de alguns utensílios domésticos, mesmo os mais simples, ainda está todo por se fazer se não por se contar e apreciar nos aspectos da sua peculiaridade.

Nesse sentido, qualquer modesta tentativa de introdução ao seu estudo indica quanto esparso se encontra o material de fonte que o pesquisador tem de examinar para capacitar-se da importância que os trastes domésticos desempenharam, ainda continuam desempenhando, na organização da comunidade e da família brasileira, em seus aspectos mais definitivos, a do Nordeste, a dos aglomerados do sertão, sempre isolada, de hábitos conservadores tão rudimentares.

A casa sertaneja das pessoas menos arremediadas, ordinariamente, a mais modesta ou a mais pobre, desconhece, inteiramente, nas suas instalações, qualquer modalidade de conforto, não sabendo de bem estar, nem o que significa o luxo dos mobiliários, que sua condição econômica não permite sequer imaginar os nomes, e que sua gente se sabe da sua existência é através de algum retrato que aparece publicado nas revistas ou jornais.

Na organização de seu regime de vida rural, tôdas as suas utilidades se ajustam a um rol de poucas peças: a rêde de dormir, os tamboretos ou um banco, a vassoura, a panela, a lamparina, o pote de botar água de beber, a esteira e o pilão.

Nessa relação simplória se concentra tôda a riqueza, às vezes própria felicidade do lar pobre da gente do interior, onde a vida não conta com outras aspirações, nem pensa em outras belezas, além da resistência e da conformação com que é chamada para a luta dura e crua, que se renova de sol a sol e se sucede no mesmo ritmo.

Em trabalho importante de interpretação sociológica de um grande período da vida política, social e econômica do Brasil, que se estende dos últimos decênios do Império aos primeiros da República, no livro **ORDEM E PROGRESSO**, o polígrafo pernambucano Gilberto Freire aponta, entre outros, a importância marcante de alguns desses utensílios na sociedade e na família patriarcal brasileira, a exemplo típico dos que se configuram nos capítulos já tradicionais e famosos com que se referiu à organização e estrutura das casas grandes e dos engenhos de açúcar.

Dêses trens, alguns são pelo menos, indispensavelmente, asseguradores da sobrevivência dos grupos da família mais modesta, ex.: a panela, o pote e o pilão.

O papel desempenhado por êles na rotina doméstica é insubstituível na preparação e nas transformações, que sofrem os gêneros de primeira necessidade.

Tanto que, só muito mais tarde, depois dêles, e dirigidos para outra zona de influência, o progresso da vida moderna veio possibilitar o concurso de novos e poderosos agentes, a serviço das atividades da casa de família: o ferro de engomar e a máquina de costura. E para culminar, já na era revolucionária do caminhão, surgiu a era dispersiva do rádio, o mais impressionante dos meios de transformação do regime e da vida social, por sua capacidade de penetração e de alcance aos meios mais simples levando a tôda parte, indistintamente, à casa e ao povo, aos grandes centros e aos distantes povoados, o noticiário contagiante das três grandes sensações que arrancam o torpor do povo brasileiro: a política, o carnaval e o futebol, já agora acrescidos de um novo e surpreendente colaborador, a novela, essa nova forma de entorpecente barato, que o rádio transmite a todos os lugares e toma conta do lar, concorrendo para as reuniões e os ajustamentos de famílias, conhecidos e vizinhos.

FATORES DE PROGRESSO:

Pela predominância dos tipos influenciadores, o progresso linear se manifesta por duas ordens de elementos característicos:

a) **Fatores de aglutinação** de ordem doméstica, apreciados como elementos estáticos, predominantes no círculo das influências do lar, promovendo o seu desenvolvimento e tentando a melhoria das condições de vida. A sua ação pode ser observado na linha das forças conservadoras dos costumes. Nesse grupo, podem ser apreciadas as manifestações e o trabalho dos utensílios apontados como elementos aglutinadores das necessidades domésticas, e onde se apontam, em ordem cronológica:

- 1 — o pilão;
- 2 — O ferro de engomar;
- 3 — A máquina de costura;
- 4 — O rádio - fator preponderante de expansão na coletividade e força revolucionária na vida das instituições conservadoras.

b) **Fatores de propulsão**, representados pelos agentes e meios de locomoção, decorrentes das comunicações e dos transportes. Nesse setor se apresentam os elementos ordinários da tração representados, na atividade dos grupos sociais, pela força animal em que aproveitavam o cavalo, o burro, o boi e o jericó nordestino. Com o correr dos tempos, e mesmo séculos vividos nas atividades dos ciclos da civilização brasileira, surgiu a época do motor e da gasolina, conseqüentemente, da tração mecanizada.

Dos numerosos agentes aparecidos nesse período, o caminhão representa o tipo de transporte fura-mundo, que invadindo regiões do interior transformou de modo integral, todos os aspectos da vida e dos contactos sertanejos. Sua ação é de natureza dinâmica, e já agora, depois das modificações introduzidas nos transportes passada a última guerra, está contando com a concorrência vantajosa de um veículo menor e com condições especiais para pequenos transportes, que é o jeep, a princípio de origem americana, e hoje de fabricação brasileira.

MONOGRAFIA DO PILÃO:

Dos quatro elementos do primeiro grupo, destaca-se, para roteiro deste estudo, a monografia do pilão.

Para sua definição, basta repetir os dicionários, dos quais Caldas Aulete, citado em cheio pelo etnógrafo Câmara Cascudo, na sua famosa obra de pesquisa regional — Dicionário do Folclore Brasileiro — no verbete pilão, à pag. 502:

“Pilão — Espécie de gral ou almofariz de madeira rija, como sucupira, com uma ou duas bôcas e tamanhos vários, desde os pequenos para pisar tempêro até os grandes para triturar o milho, arroz, café, etc. O instrumento ou peça de madeira com que se pisa no pilão qualquer substância tem o nome de mão de pilão”.

“Pilões grandes c'e um metro mais ou menos de altura, e de duas bôcas, trabalham com duas mãos de madeira pesada e tamanho proporcional.”

Mais ou menos idêntica é a definição de Laudelino Freire no Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa:

“Pilão — 1 mão de gral. 2 - Peso com que se equilibra a balança romana. 3 - Cada um dos pesos de madeira calcado de ferro, de diferentes formas, empregados nos moinhos de pisar a casca de carvalho, o papel, a massa da pólvora etc. 4 - Pão de açúcar de figura cônica. 5 - Gral de madeira rija, onde se descasca e tritura café e milho etc. 6 - Orgão operador do bate-estaca. 7 - Lus, o mesmo que picadeiro. 8 - Lus, depósito que ladeia a tarefa, nos lugares de azeite, para receber o que sobrenada. 9 - Cavalo ou burro trotão. (pág. 3964).

Na casa do sertão, na fazenda ou no sítio o pilão é um traste grosseiro, pesado, sem maiores técnicas de fabricação. Fora do serviço normal de cada dia é encostado num canto de parede, ou rolado pelo chão sem nenhuma preocupação ou cuidado. Lá uma vêz, serve até de assento, na cozinha ou na latada.

O seu asseio não é coisa discutida, pois dentro da boca até o gato fica dormindo, sem ninguém pensar em incomodá-lo.

Há um curioso regime de cooperação dos trabalhos e serventia deste traste. O caso é que quando um vizinho não possui pilão leva o seu legume para casa de outro, onde vai pilá-lo sem qualquer constrangimento.

Às vêzes, porém, a situação se torna complicada, como ocorreu há alguns anos na cidade do Apodi, onde a mulher de um ex-deputado Estadual, aborrecida com aquelas amiudadas solicitações, não consentiu mais que se pisasse no pilão de sua casa, o milho para o mungunzá do padre Natanael Medeiros que era o vigário da freguezia naquela época.

Na sua mais simples conceituação, o pilão é utensílio de ação conservadora, cuja influência é permanente, no ambiente doméstico, sem que por tantos anos tenha sofrido indício de modificação apreciável.

FORMA DE UTILIDADE

Nas atividades da casa de família, no giro permanente da vida doméstica, o pilão é traste de primeira necessidade. São coisas que habitualmente se levam ao pilão: café torrado com ou sem rapadura, milho para pão, angú, fubá e xerem; crueira de mandioca (cureira); mangrioba misturada com caroços de café ou arroz para aumentar a quantidade do pó, sementes de gergilim com farinha e rapadura para fazer espécie; carne de gado assada com farinha (passoca); castanha de caju com farinha, milho torrado no caco para fazer aluá, perto da

noite de São João e da noite de Festas. Também vai ao puaio para desolhar, o milho sêco; o arroz da terra produzido nas vazantes dos açudes e lagoas para descascar; o milho para limpar e as sementes de café para despolar, em regiões onde o mesmo é produzido e apanhado; o côco da favela (para tempero) além do sal para se tornar fino e a semente de carrapateira para extrair o óleo. O exemplo do Brejo de Bananeiras e Brejo de Areia, donde vinha o conhecido café do brejo, que em grande parte era despoldado em pilão.

Nos casos das fazendas, onde ficam e trabalham muitos agregados, o serviço do pilão principia quando os galos estão amiudando, pisando milho para fazer o pão do primeiro café para o ajuntamento. Pão de milho é denominação que se dá no interior à massa assim cozida; nas cidades geralmente prevalece a denominação de cuscus, que é vendido muito, por homens e meninos, que conduzem as caixas na cabeça, em marcha acelerada, gritando pelas calçadas para acordar a freguezia.

No preparo do cuscús entra ordinariamente, o leite de côco, o que não acontece com o pão de milho do sertanejo, que é sêco de entalar.

A massa de macambira, também triturada em pilão, constitui parte da alimentação sertaneja como objeto de permanente utilização, sendo sempre empregado para resolver certos problemas relacionados com as transformações dos legumes e gêneros alimentícios.

MADEIRA E CONSTRUÇÃO:

De ordinário, o pilão é feito de madeira predominante na região. Varia pois, a que é empregada de ponto para ponto, dado que cada um se utiliza da que lhe fica mais fácil, não só na aquisição como na perfuração das bocas, que é trabalho demorado e operação em que se empregam ferramenta apropriados e a ajuda do fogo, que vai queimando a parte central, depois aperfeiçoada com o formão.

Assim, na zona do Seridó, há muito pilão de barauna. Na zona Oeste, especialmente, nas serras, predominam pilões de aroeiras, madeira de lei, muito forte. No agreste quem manda é o pau-ferro, utilizando-se também o tronco de cajueiro brabo. Na serra de Santana, emprega-se pau de caribeira. Por muitos outros pontos, usa-se mesmo o cumaru, que é madeira mole; mais no baixo Assú e em Macáu, o uso normal é o do mangue canoé. A experiência tem demonstrado que nas caatingas do agreste encontra-se um vegetal cuja madeira não se racha, quando usada em pilão, e que é chamada sombra de onça.

Não há, propriamente, oficina para fabricar pilão. O mestre de ofício é um madeireiro conhecedor da arte, e sua feitura obedece pro-

cesso mais rudimentar de carpintaria. Seu acabamento é tóscO, sem preocupação de estética ou linhas de embelezamento. Há, contudo, um tipo de pilão mais bem cuidado que é o oitavado, onde a madeira é trabalhada com pontos certos de corte e até mesmo algum polimento exterior. Há exemplo de um pilão de osso, feito de vértebra de baleia, de que falam os que conhecem lugares como Espírito Santo e Baía da Traição. Também há notícia da existência de um pilão de forma de cálice, com uma boca só e firmado em um pé, de que se utilizam habitantes do Brasil central, especialmente, de certas regiões de Mato Grosso. A madeira preferida para sua feitura é o bálsamo.

VARIAÇÕES DO TERMO:

O sentido regional da palavra alcança significados mais diversos. Assim, há certos aspectos curiosos de semântica conforme registros dicionarísticos:

Em S. Paulo: chama-se pilão a um cavalo ou jumento trotador.

Em Beira (Port.): espécie de picadeiro onde o picador adentra o cavalo a galope ou a passo, permanecendo no mesmo lugar.

Em Beira e Minho (Port.) quer dizer: pelinirão, miserável.

Em Gôa (Ind.) significa coias como pelã (balsa).

Trás Montes (Port.) intej. servindo para chamar o galo.

NOMENCLATURA E GENERALIDADE:

O pilão não possui classificação certa, e sua nomenclatura é dada pela sua forma, assim pois, muito variada.

PILÃO DE PEDRA — esse deve ser o tipo mais rudimentar. No Brasil já era encontrado um pilão entre os índios, devendo ser aquele que os primeiros registros fixam debaixo da denominação de INDUÁ. Sua citação estende-se a períodos mais remotos da civilização humana. Deve ser o pilão de pedra, utensílio precursor entre os da ordem doméstica nas descobertas do homem; é possível que seja um remanescente da própria idade da pedra. Já hoje é espécime rara, em uso comum, encontrando-se nos museus. No Museu Municipal de Mosoró há curioso exemplar.

PILÃO DE DUAS BOCAS — é o tipo mais comum, com cintura cavada na parte central. A altura varia de 40 a 80 centímetros, indo até a um metro. De ordinário, uma das bocas é reservada só para pisar café e a outra, para cereais. Nas casas de fazenda e nos engenhos,

onde o movimento é muito grande, existem pilões com grandes bocas, para a produção dar maior rendimento.

De modo geral, no círculo de ação das pequenas comunidades esse pilão de duas bocas nunca está parado, sempre tem o que pilar, pois quando finda o serviço da própria casa, chega o da vinhança, de um ou de outro que não possui o traste. Deste modo, em algumas moradias, o pilão quase não fica parado, trabalha o dia inteiro, pois quando termina a tarefa de um logo começa a do outro, que já se encontra esperando, com cuia de milho ou de arroz para malhar. A duração do pilão é sempre muito longa, e raros contam o caso de ter-lhe visto o fim. Se algumas avarias aparecem, pela constante atividade, essas decorrem de defeito da madeira que foi utilizada. Como seu complemento vem a mão de pilão construída de madeira muito forte. Quase sempre para cada pilão existem duas mãos, que trabalham e se estragam muito mais depressa.

PILÃO DE FOGUETEIRO — é ordinariamente o mesmo pilão deitado ou de cintura. Pelo seu trabalho de misturar os compostos da pólvora, explosivos, logo fica sem outra qualquer serventia. Os ingredientes que neles são triturados, como o carvão de carrapateira, o enxofre e o salitre deixam-no completamente inutilizado para outros serviços domésticos.

Quando há incêndio na casa do fogueteiro, e dele se salva alguma coisa, essa deve ser fora de dúvida, o pesado pilão. Isso sempre se verificava no tempo da festa da padroeira de Martins, quando o rancho do velho Estanislau, lá pelas bandas do Canto, ia pelos ares, depois do estouro de alguns fogos que êle preparava, ajudado pelo calor da cachaça. Em Mossoró, morava um conhecido pirotécnico, Mestre Anjo também não perdia tempo... Por um descuido verificado na fabricação das rodas da festa de Santa Lusia, lá corria na cidade a notícia aterradora: a casa do fogueteiro que ficava para o lado dos Pereiras, estava feito um vulcão, enquanto as esplosões atiravam por pontos distantes, as madeiras do teto, as portas e os restos de improvisada e alegre oficina dos fogos de artifício que eram encomendados pelas noites.

O pilão de fogueteiro ou pilão de pólvora é igual aos demais tipos apenas com finalidade diferente do doméstico.

PILÃO DEITADO — êsse tipo é feito de um toro de madeira baixo, grôssô, arreado no chão, com uma boca aberta ao meio, ou às vezes, duas bocas, perfuradas uma em cada extremidade do barrote. A particularidade dêsse modelo é que a pessoa pode pilar sentada, escanchada numa das pontas, com os pés apoiados no solo. Em certa zona do interior pernambucano êsse tipo de pilão é muito vulgarizado, em casas da comunidade rural.

PILÃO DE TRONCO — há também um tipo conhecido por esse nome, que tem apenas uma boca, aberta na parte superior. E' feito de um toro, de forma cilíndrica. E' uma espécie de pilão de condições precárias, usado por gente que não pode adquirir um pilão de duas bocas.

PILÃO DE PISAR TEMPERO — apresenta o mesmo formato do pilão de duas bocas, sendo porém, menor, servindo exclusivamente, para uso das cozinhas, onde se trituram os condimentos para comidas. Em casa de gente menos favorecida, por falta desse pilão, os temperos, alho, pimenta do reino ou cumim são reduzidos a pó, numa quenga de côco, que assim faz as vezes de pilão. Essa utilização pode tornar-se mais ampla, empregando-se, a quenga, do mesmo modo, para passar café, milho torrado ou reduzir castanhas em massa.

ALMOFARIZ - GRAL — é o nome genérico do pilão. De certo modo chama-se almofariz, no interior, ao pilão usado nas farmácias, para triturar sais. E' um modelo bonito feito de louça, de vidro ou de metal. Dêle existem exemplares em casas de famílias de certa posição econômica da zona rural. E' uma espécie de pilão de luxo, parente civilizado, o primo rico do pilão sertanejo.

MONJOLO forma imprópria de MUNJOLO — é outro tipo representativo na monografia dos utensílios de pisar. E' uma espécie de pilão autônomo, movido pela ação da queda d'água, desse modo, um simples aproveitamento do impulso da correnteza que produz a força motor. O monjolo é usado em certos pontos do sul e centro leste do Brasil. No Norte e Nordeste, não é conhecido. Máquina agrícola com que se limpa o milho tornando-o próprio para a fabricação da farinha, é esse realmente o conceito do monjolo.

MÃO DE PILÃO — complemento indispensável ao conjunto de pisar, pois é com ela que se trituram, reduzem a pó, dentro do pilão, os gêneros, os cereais e os condimentos. A mão de pilão é fabricada também de madeira dura, rija para poder suportar o trabalho contínuo de malhar, repentinamente, contra a resistência que a boca do pilão oferece. No seu feitio, a mão do pilão apresenta o característico de ser cilíndrica, na parte central, com duas cabeças arredondadas. Existe uma mão de pilão que só tem uma cabeça, para serviço que não exige muito esforço.

A mão do pilão é utensílio indispensável para completar a operação de pisar.

A parte central é de forma cilíndrica, é polida para não fazer calos nas mãos.

Há um emprêgo de certo modo extravagante que se faz da mão de pilão. Dela se servem sertanejos e criadores quando precisam tirar a travagem dos cavalos, e então atravessam uma mão de pilão dentro da boca do animal, amarrando-a por detrás das orelhas para procederem aquela operação.

CRIMES PRATICADOS COM A MÃO DE PILÃO — não raro a mão de pilão é desviada de sua finalidade, pois em vez de pisar, transforma-se em instrumento de suplício. Pelo interior, citam-se crimes terríveis praticados com êsse rude instrumento. E' d'êsses o caso de João de Chão, fornaleiro do engenho Penedo, no município de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Como ficasse louco de um dia para o outro, resolveu matar um cunhado por nome Manuel Cabaço, que vivia tranquilo, sem imaginar aquêle caso. Atacado de surpresa de mão de pilão, ainda assim, reagiu às violentas bordoadas do parente doido, e para não morrer sozinho foi com êle a peixeira, eliminando-o de entre os vivos. Êsse depoimento é do comerciário Antônio de Azevedo Guerra.

Conta o capitão de polícia José Nicácio que, por volta de 1915 uma mulher com a ajuda do amante matou o marido com a mão de pilão, em Ceará-Mirim. Para despistar o crime, com certo ar de piedade, plantou na cova do defunto, um pé de algodão preto. O caso ficou ignorado, só depois de 5 anos foram descobertos e presos os criminosos. Em Salamandra, município de Porta Alegre, entre as fazendas Conselho e Patu, na estrada de Pau dos Ferros, em plena luz do dia, três mulheres acabaram com um sujeito, matando-o de mão de pilão. Na antiga vila de Grossos, uma parente de Luís Firmino matou um salineiro com bordoadas de mão de pilão.

Como se vê a mão de pilão também tem sua crônica macabra, aterradora, cheia de crimes.

A CAÇULA — Representa um trabalho curioso do pilão. E' o ato de pisar de dois, isto é, com duas mãos, ao mesmo tempo para acelerar o rendimento da produção.

A caçula é uma operação ritmada, com movimentos certos de absoluta precisão, em que as pancadas se repetem dentro do pilão em retôrno compassado, igual, seguro.

A respeito da caçula há uma literatura que merece referência na descrição que dela fêz o escritor M. Rodrigues de Melo, no seu livro de costumes regionais, Várzea do Assú:

“Do pilão grande, fundo, de boca larga, foi que nasceu a caçula, processo de pisar com duas mãos num passo ritmado e seguro. A caçula para ter de fato

precisa, como disse, ser ritmada, cadenciada, firme, segura. Do contrário, não seria caçula, mas cavalo manco.

Nem todo mundo sabia pilar caçula. E de fato era melhor pilar só do que pilar caçula com quem não sabia acertar a cadência. Mesmo por que uma caçula não cadenciada poderia dar em coisa pior. As mãos do pilão batendo sem compasso no pilão tanto quebrava demasiadamente o milho, tornando-o imprestável para mangunzá, como poderiam num descuido dos batedores, bater uma na outra, saltando e quebrando até a cabeça de quem tivesse menos fôrça. Daí o motivo por que ninguém queria pilar com pessoa pixote”...

CAÇULA DE TRÊS MÃOS — Pelo sertão, contam-se muitos casos de caçula feita com três mãos, a um só tempo. Isso não figura em quase nenhum registro, e parece que era mais coisa de divertimentos, pois o descuido dava em acidentes.

Fora disso, há porém, uma tradição oral, que confirma êsse processo coletivo de pisar, uma espécie de mutirão original, como é a caçula em seu primitivismo de ajuntamento, para prestar serviço. O etnógrafo Hélio Galvão não teve tempo de anotar no seu “Mutirão do Nordeste”, trabalho onde há retratos de tantas coisas simples da vida e da gente das comunidades interioranas, essa modalidade de adjutório.

A caçula de três mãos é conhecida em muitos lugares.

Assim, conta o boticário João Pinheiro que em Boa Vista, na casa de Brás Marinho, as moças descascavam o arroz das vazantes da lagoa num grande pilão, batendo caçula de três mãos.

Do seu lado, informa o comerciante e agricultor Francisco Martins Fernandes, homem almanaque em assuntos do sertão dos velhos tempos que no pé da Serra do Martins e de Porto Alegre, era geral o trabalho de pilar com caçula de três mãos, e que êle mesmo, quando moço, executou êsse serviço de paleio com namoradas.

Mais curioso ainda é o depoimento do telegrafista Chico Bessa, do Apodí, que conta o seguinte: na casa do seu pai, Marcolino Bessa, na antiga vila, e hoje cidade de Itau, o grande serviço de pilar era todo feito de caçula de três mãos, e que nessa operação eram afamados pela segurança com que executavam o trabalho, a negra Lourença e os pretos Ambrósio, Inácio e Antônio Pirão, todos agregados da moradia e alguns ainda sobreviventes.

Os dicionários registram mais ou menos:

Caçula — ato de secar e moer o milho no pilão, arroz ou outros

gêneros, realizado por duas pessoas, que batem alternadamente: mesmo que sula. Bras. Norte.

Sula: ato de duas pessoas manejam outras tantas mãos do mesmo gral, alternando as pancadas para ativar a trituração de qualquer gênero: caçula. Vê-se assim que a caçula de três mãos é uma tradição que se enraíza nas fontes do tempo e do costume.

BIBLIOGRAFIA — curiosa e vasta é a bibliografia sobre o pilão. A seu respeito e sobre o fabulário relacionado com o mesmo, Câmara Cascudo registra no seu famoso Dicionário do Folclore Brasileiro, o seguinte:

“Os índios usavam pilão a que chamavam de Induá, feito ao seu modo; e, descrevendo Teodoro Sampaio os utensílios de uma habitação selvagem conclui: fora da cabana à parede, mas deitado por terra, via-se o pilão (Induá); a mão do pilão chamaram de Indoá ména, e o introduzido pelos portugueses o gral ou almofariz, deram-lhe o nome de Indoá Mirim, pilão pequeno, e a respectiva mão de Indoá mirim ména (Pereira da Costa), Vocabulário Pernambucano 582/583.”

PILÃO DE FOGO — E' uma superstição de S. Paulo (Campinas, Juqueri, Lindoia, etc.) Um pilão misterioso aparece inopinadamente pelas estradas, rolando, atrapalhando os viajantes e mesmo perseguindo-os, com um barulho atordoador. Vêzes surge coberto de fogo e desta forma acompanha os espavoridos tropeiros.”

PILÃO DE POUCO-PONTO — Esse é outro registro curioso do etnógrafo norte-riograndense, a respeito de um topônimo baiano, fazenda com esse nome, de que era proprietário Garcia Dias D'Avila Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1891. Assim fêz o registro:

“Numa noite ouviu-se o rumor característico de um pilão “batendo caçula”, batendo amiudadamente num ritmo igual.” Bater caçula é trabalhar no pilão com as duas mãos batendo uma e logo a outra, por um, comumente dois trabalhadores. E' tarefa feminina, e as grandes bateadeiras, eram filhas ou netas dos escravos africanos. Não foi possível descobrir no engenho Pouco-Ponto quem batia caçula. Durante meses das 21 às 3 horas, o misterioso pilão assombrava pela cadência dos golpes; o proprietário rico e cheio

de amizades mobilizou centenas de homens, e mesmo soldados do exército, amigos, parentes, dando minuciosas visitas examinando-se palmo a palmo o terreno enquanto o pilão batia sem cessar.

Ninguém o localizou, apesar dos esforços teimosos do dr. Garcia D'Avila e vizinhos. Engenheiros, professores de física, técnicos, foram examinar a região, baldadamente. Silenciou depois de espalhar a estória pelos municípios próximos e além fronteiras, o pilão invisível, mas, vês por outra dizem ouvi-lo bater tarde da noite." Autor e ob. ct. págs. 502/503.

Gilberto Freire — em "Ordem e Progresso", estudando aspectos da sociedade patriarcal brasileira refere:

Quanto ao mobiliário a situação era pior no ponto de vista de quem quisesse considerar, com olhos de artistas ou de simples homem de bom gôsto."

.....

No seu ver, os utensílios se constituíam:

"de potes, quartinhas ou bilhas de barros de formas também artisticamente interessante, onde a sabedoria patriarcal, fazia esfriar a água de beber sôbre o peitoril das janelas devendo as bilhas aí permanecerem, no sereno, durante à noite inteira; de panelas onde cozinhados ou servidos certos quitutes ofereciam melhor gôsto ao paladar exigente dos brasileiros mais telúricos; de vassouras, espanadores e abanos feitos de material de terra, de peneira, de urupemas, pilões de madeira — os célebres pilões onde se pisavam milho ou café para o preparo de especialidades de mesa e sobremesa exigidos pelo paladar daqueles mesmos brasileiros mais afeiçoados ao meio tropical."

Manoel Rodrigue de Melo — "Várzea do Assú" — 2º. edição-Agir Rio - 1951, escreve, à página 74:

"A paçoca, depois de preparada dentro do pilão, vinha à mesa, recebendo o melão."

.....

E seguidamente, torna-se minucioso na observação de certos velhos hábitos da família patriarcal na Várzea do Assú e suas adjacências.

“No Nordeste patriarcal, de famílias grandes e numerosas, de criadagem extensa e escravaria numerosa, o munguzá dava dia santo.

O pilão grôso, de bôca larga e funda, tendo uma boca para pilar sal, milho, arroz e farinha e outra para pilar café, tinha o que faeزر diariamente. As mãos eram boas, pesadas enquanto outras eram maneiras e finas. As primeiras eram para gente grande, de fôrça, como os negros, as negras ou os cabras de casa. As segundas eram para a pessoas mais fracas ou para os meninos de casa que se metiam também a pilar contra a vontade dos pais. Isto nas casas mais pobres os meninos também pilavam como gente grande, ajudando a mãe pobre ou o pai. Nas casas ricas ou arremediadas quem pilava eram as negras, os negros, os cabras; e as vezes, os trabalhadores do eito. Esse trabalho aí era pesado. O negro tinha que pilar milho para toda a casa. Desde o senhor á senhora até o negro ou negra mais desclassificada.

Duas três cuias de milho para encher a barriga de todo mundo. Felizmente êsse trabalho não era feito por uma só pessoa. Era feito por mais de uma pessoa. Para isso foi que se inventaram o pilão grande, boca larga, com duas mãos de pilão. Isto é o que salvava os pobres dos negros ou negras. Porque do contrário êles teriam muito que sofrer pilando milho em pouca quantidade, com uma só mão de pilão perdendo tempo e cansando os músculos.

.....

“A verdade é que o moinho alterou aos seus processos de fabricação porque nos sítios e nas fazendas do Nordeste brasileiro o pilão mantém a sua tradição. Não só nos sítios e fazendas. Nas cidades pequenas e também nas grandes o pilão ainda trabalha e cria gente, sobretudo, no seic das populações pobres. É um traste que merece uma crônica de exaltação e de reconhecimento pelos grandes beneficios que fêz através de toda a civilização.”

O Desembargador Silvino Bezerra, no Livro de versos "AINDA REMINISCÊNCIAS", soneto, às págs. 15/16, refere-se ao velho José Flôr dono de um artesanato rústico, onde fabricava pilões de vários tipos dos que eram usados nos sertões.

No caso, reporta-se o antigo membro do Tribunal de Justiça do Estado, às viagens que fazia em companhia do seu progenitor, lá pelos anos de 1894 e 1899, quando saindo no sítio do "Arroz", observavam o rancho do carpinteiro assentado nas cabeceiras do atual açude Gargalheiras.

No Dicionário da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete, há uma apostilha no verbete pilão nesses termos:

XAVIER MARQUES — "seus pés batiam nas praias como pilões." Sargento Pedro - cap. 28 - pág. 209. Ed. 1910.

O PILÃO NO CANCIONEIRO POPULAR:

A poesia popular, a literatura de cordel, os versos de feira, sôltos ou de pé quebrado, têm registrado a singularidade dêsse utensílio. Assim, em muitos dos folhetos ali apregoados, se encontram quadras desta natureza:

—Eu te piso
Eu te repiso,
Eu te reduzo a graniso
No pilão de Salomão —

No famoso Cancioneiro do Norte se encontram êstes versos, recitados pelas mulheres que trabalham no pilão:

—No pilão que piso milho
Pinto não come xerem;
Que eu não vou criar galinha
P'ra dar capão a ninguém —

No Jardim do Seridó, segundo o poeta Antídio Azevedo, os versos são assim repetidos:

—Eu piso milho
P'ra fazer o meu xerem;
Mas não vou criar galinha
Para dar pinto a ninguém —

Tem curso pelas localidades sertanejas êsses motejos populares, muito ao gôsto do povo.

—Pia depressa pilão
Lagartixa com feijão;
O ferreiro faz a foice
Mas não faz o gavião —

No já referido Dicionário do Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo, está registrado o seguinte:

“Um pilãozinho que serve para pilar tudo:
Bacalhau, pimenta da Índia, erva doce e camarão”.

(Da Marmota Pernambucana — N46 — de 1850)

No município de São Miguel (antigo São Miguel de Pau dos Ferros) ficava o engenho Nova Zurique do coronel Antônio Joaquim de Oliveira Costa, avô do comerciante Alcides Fernandes, pessoa por demais relacionada em Mossoró. O velho agricultor daquela serra era nome de prestígio e figura de proa na política do município e do Estado, tanto que chegou a ser eleito Deputado no antigo Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em diversas legislaturas.

De uma feita, de retôrno da Capital, o proprietário de Nova Zurique comprou um grande moinho de pedra, que fazia um barulho dos seiscentos mil diabos, quando estava triturando o milho. O povo não tardou em dar-lhe o pago, e logo apareceram uns versos baratos que todos repetiam em charola:

“Do Baixio prá Cachoeira
Ninguém pode mais andar,
Com o bufufu do mungunzá
E o xerem na peneira”.

Em outros pontos, muitos dizem, com espírito de deboche, tentando troçar dos velhos:

“A mão do pilão se acaba,
Mas não se acaba o pilão...”

*

COLABORAÇÃO DO POETA DO ASSÚ:

Este capítulo dos registros do cancioneiro popular vai ser encerrado com uma significativa colaboração do Poeta Celso da Silveira, grande pesquisador das fontes literárias e históricas da velha e tradicional cidade do Assu, que remeteu as seguintes notas para esta pesquisa sôbre o pilão:

— Eis aí tudo que encontrei, afirma o jornalista da terra de Palermério Filho tudo sôbre o pilão”, em minha livrada. Espero que seja útil êsse material à sua pesquisa que vem fazendo sôbre o “dito cujo”.

ENIGMAS POPULARES

Pula, pula
com a mão na cintura.

— Mão de Pilão —

(Rossini Tavares de Lima, in Cadernes de Folclore n.º 1, Poesia e Advinhas, cit. em “Enigmas Populares”, de José Maria de Melo. Veríssimo de Melo recolheu a mesma e está no seu “Advinhas”).

*

Qual é o bicho que tem a boca na barriga?

— Pilão —

(José Maria de Melo, ob. cit. pag. 218).

*

O que é que só tem uma mão e só vive na boca?

— Mão de Pilão —

(idem, idem, pág. 235).

*

Pula para cima com a mão na cintura.

— Mão de Pilão —

(Sebastião Almeida de Oliveira, in revista Municipiopl — S. Paulo — N.º. LXVI—1940 pág. 73, citada por José Maria de Melo, ob. cit.)

*

Qual é o bicho que tem a mão fora do corpo e a boca em cima da cabeça?

— Pilão —

(José Maria de Melo, ob. cit. pág. 235.)

*

Qual é o bicho que tem a mão fora do corpo e tem a boca no ocuroto da cabeça?

— Pilão —

(Leonardo Mota, in Cantadores, pág. 356, citado por José Maria de Melo, ob. cit.)

Tem a mão fora do corpo?

— Pilão —

(José Maria de Melo, ob. cit. pág. 237)

*

VERSOS DE CANTADORES

Versos de Nicandro Nunes da Costa, citados por Chagas Batista em "Cantadores e Poetas Populares", — Paraíba—1929—pág. 27:

Concha, almofariz, pilão
talheres, assucareiro,
lamparina, candieiro,

salva, frasco, garrafão.
Meu estro no escuro chão
por enquanto ainda não jaza
poeta não me atraza
nem me fez perder a rima
viola, bordão e prima
"Tudo são honras da casa".

*

Versos de Leandro Gomes de Barros, citados em "Cantadores" e Poetas Populares" de Chagas Batista, pág. 124. Refere-se a um rol de compras da esposa:

Quando fôr leve a vasilha
e traga banha com cheiro,

sim, eu já estava esquecida
de lã para travesseiro,
e encomende um pilão;
não tem toalha de mão
é necessário comprar;
nas compras das encomendas
traga dez metros de rendas
e galão para enfeitar.

*

Versos de Manuel Leopoldino Serrador, citados por Chagas Batista no livro citado, pág. 36. Fazem parte da peleja entre Serrador e Bernardo Nogueira:

Se por infelicidade
não chove logo em janeiro
o sertanejo é o primeir o
que sofre necessidade.

Bem contra a sua vontade
recorre logo ao pilão;
e tal seja a precisão
que come crú o xerém;
E' êsse o prazer que tem
sertanejo do sertão.

*

BRINQUEDOS INFANTIS

Dona Alexina de Magalhães Pinto em “Os Nossos Brinquedos”, seleção ICKS, série B-Lisboa - 1909, pág. 140, registrou essa versão paulista de brinquedo chamado em Minas “Sr. Meu Compadre?”.

“Sr. Meu amo!”

—Quantos pães comeu no ano?

“Vinte e um queimados”

—Quem queimou?

“Pilão de Carne”

—Quer que eu te prenda?

“Prendido vá.”

*

A mesma respeitável senhora registrou êsse brinquêdo “Uma, duas angolinhas”, ob. cit. pág. 160:

Uma, duas angolinhas

Finca o pé na pampolinha

— O rapaz que jogo faz?

— Conta bem Mané João,

conta bem que vinte são;

ARRECOLHE êsse pesinho

na conchinha d'uma mão.

.....

Pé de pilão,

carne sêca com feijão,

milho deulhado,

arroz com camarão.

Sôbre o modo de brincar, ela explica: As crianças sentam-se em círculo no chão com os pésinhos estendidos; uma que sabe o brinquedo vai tocando sucessivamente cada pé, como se os estivesse contando pela cadência dos versos acima: Uma-duas-ango-linhas, etc. Aquêlo

pé que fôr tocado ao som da primeira metade da palavra ARRECOLHE, deve ser recolhido. Repete-se pelo mesmo processo a contagem até serem recolhidos todos os pés menos um. Esse que fica estendido é o "Pé de Pilão". Alguma vêzes tôdas as crianças da roda agarram-se com as mãos e batem-no no chão; outras vêzes ativam todos os seus pésinhos socando ou dando no que ficou "Pé de Pilão", repetidas pancadas mesmo sentadas; e assim termina o brinquedo.

ADVINHAS DO PILÃO — São numerosas as advinhas a respeito do pilão algumas já referidas no corpo dessa pesquisa, a ex.:

"Em casa está batendo
No mato está calado?"

*

"Que é que pula, pula
Com a mão na cintura?"

*

"Que é, que tem a boca na barriga?"

*

"Que é que tem a mão fora do corpo?"

*

"Que é que tem a boca na cabeça?"

*

Obs. — Algumas dessas advinhações foram citadas por Celso da Silveira e Veríssimo de Melo, com as respectivas indicações dos livros e seus autores.

O PILÃO NA TRADIÇÃO ORAL:

No sertão, afirma em depoimento o poeta Antídio de Azevedo, sempre foi chamado de xerem o milho triturado com o qual se alimentavam os pintos, uma vêz que êstes ainda, não podiam engulir os grãos inteiros, como o fazem os galos e as galinhas.

Quando não existiam as pequenas máquinas de hoje, conhecidas por moinhos, essa trituração para se conseguir o xerem, era feita no pilão.

O ano de 1898 foi uma horrível sêca. Na zona do Seridó, porém, no ano anterior, houve um inverno muito promissor, com bastante abundância de milho, tanto que durante a referida sêca, a população pobre daquela região se alimentava exclusivamente do fubá de milho, feito ao pilão.

Dizia-se naquela zona, que o pilão do pobre quando ali usado, repetia: Fome!... Fome!... Fome!...

Assim, conclui Antídio de Azevedo, em recente trabalho publicado na Revista Bando, desta capital:

“Por onde se passava, ouvia-se, nas casas pobres, o som cantante do pilão, no prepara do angú, do mungunzá, do cuscute e outros pratos derivados do milho. Vem dessa época o ditado sertanejo: —“Fulano está sofrendo que só pilão em noventa e oito.”

*

Nos domínios do curandeirismo também o pilão é usado no preparo de certos remédios como:

Pisar um pinto vivo dentro de um pilão, e com a massa fazer um chá, que é dado a beber à pessoa que foi vítima de uma grande queda.” A coisa é infalível: quando não cura, mata.

*

Chama-se cavalo manco a caçula descompassada.

*

Quebrar milho para fazer xerem, e milho torrado para botar de molho para o aluá, são atividades do pilão.

*

Diz-se botando-se um ovo em pé dentro de um pilão podes bater em cima com violência, com a mão de pilão, que o ovo não se quebra.

*

Quando o menino custa muito a andar, pratica-se uma coisa curiosa: bota-se a criança de cabeça para baixo dentro do pilão e pisa-se com a respectiva mão.

*

Quando pilão serve de banco ou de assento, é aconselhado no sertão, que a mulher depois do parto, não sentar-se em cima dêle, senão quebra o resguardo.

*

O trabalho constante de pisar com o pilão no mesmo lugar, acaba por fazer, no piso um buraco correspondente ao tamanho da outra boca. O ponto assim escavado fica chamado buraco do pilão.

*

Há um motivo que diz: no ato de pisar, só trabalha é a mão, e o pilão fica sempre parado. Verificando-se aí qualquer idéia de desigualdade do trabalho e dos seus agentes.

*

No sertão, em épocas de crise, ás vezes falta o café, e conta-se que, em casa mais pobre lavam a boca do pilão para misturar a água com a borra do último café. A esta mistura sempre muito fraca chamam de: lavagem de espingarda.

O cuscus: “logo que amanhecia o dia, começava a ser preparado, indo em primeiro lugar para o pilão, onde era pilado bem fino e depois passados na peneira, assim informa, Rodrigues de Melo retratando os trabalhos da cozinha de Pendências.”

*

Pelo interior é comum assegurar-se

—Moça que pisa em pilão, ceço arreja os seios.

*

— Mulher, depois de resguardo, não pode pisar em pilão, porque quebra o resguardo.

*

— Quem sofre de asma também não pode pisar em pilão porque falta o fôlego.

O adagiário registra:

“Mais vale pisado a pilão do que comprado a tostão.”

*

Chama-se perna de pilão: perna grossa, inchada, deformada.

*

No sertão, durante os bailes, ouvem-se reclamações do sujeito que acaba de rodopiar pelo salão com uma moça muito gorda, muito pesada: Arre! diabo, dansei com um pilão...

*

O farmacêutico Edgar de Medeiros, de Mossoró, dizia nas rodas dos conversadores da sua botica:

“Quando me casei, comprei um pilão de pisar tempero.

De muito ser usado, já se quebraram cinco mãos; mas o pilãozinho continua danado...

*

No lugar Boa Vista, depois de Melância, os que viajam pela madrugada ouvem o batecum dos pilões pelas casas, e sempre dizem:

“—Ou estão pisando macambira, ou então matando gente, o que dá na mesma coisa.

*

Durante as grandes sécas os retirantes repetem: O sertão está acabado pois agora, só se ouve a voz do pilão:

*

A gíria registra este fato:

—Homem casado, consciente que é homem de verdade, não se senta em boca de pilão, porque perde a energia...

*

Pilão deitado: nome ou apelido de um cangaceiro, sem entranha que pertencia ao grupo de Antônio Silvino, lá pelos idos de 1912. O fa-

to e as suas proezas conta-os major José Nicácio, da Fôrça Pública do Estado, que fazia parte das volantes que davam caça àquêles malfeitores.

*

O colunista Rômulo Wanderley registra que, em Assú, havia uma figura muito popular, Luís Oliveira, antigo estivador no Pôrto de Macau, que só atendia a todo mundo pela alcunha de Pilão Deitado.

*

O poeta Otoniel Menezes, no livro Sertão de Espinho e de Flôr, em notas ao canto 8, registra: "Caçula: Batida de pilão, feita por duas pessoas alternadamente - pág. 158.

*

Na linguagem popular, são variados os empregos da expressão peito de pilão para significar rijo, peito forte ou saliente.

*

Boca de pilão é boca banguela, de menino novo ou de velho.

*

Cintura de pilão é expressão que entrou para os domínios popular do baião, cantando-se no seu estribilho:

—Vem cá cintura fina
Cintura de pilão,
Cintura de menina
Vem cá meu coração"...

Cantiga que faz lembrar as lagoas de Propriá, as águas barrentas do São Francisco em tempo alegre do rio cheio.

*

Em muitos pontos do interior menciona-se a existência de um pilão de pilar veneno. Trata-se, naturalmente, de algum sal que possa ocasionar distúrbios orgânicos, pois qualquer tipo de pilão presta-se a esta operação, sôbre cujos fins sempre se levantam dúvidas. O veneno aí, é palavra tomada no sentido genérico dada a qualquer substância que ingerida venha provocar a morte.

*

A gíria, de sua parte, faz referência ao que chama pilão do diabo.

Ninguém sabe onde fica, mas, que passa a noite inteira martelando, movido por mãos misteriosas reservando pancadas de sitios ou de casas mal assombradas.

*

Também se usa o pilão como medida. Assim é que se toma emprestado, entre vizinhos, um pilão de milho ou de arroz, para pagar

de outra feita, querendo dizer a boca do pilão cheia de um desses legumes.

*

Lá pelos idos do ano de 1930, ocorreu em Mossoró, um caso que despertou geral curiosidade. Uma doméstica se encontrava na cozinha pisando uns cereais, quando sem saber porque, o pilão desapareceu, da sua vista, como por encanto, mergulhando num buraco que se abriu no assoalho da casa. O jornal da cidade registrou o fato com sensacionalismo. O periódico que era "O NORDESTE", de Martins de Vasconcelos abriu a notícia com uma manchete que se tornou famosa e que dizia: O CHÃO ABRIU-SE E O PILÃO SUMIU-SE...

*

Diz-se em muitos lugares do interior: não se deve deixar pilão de duas bocas em pé, pois o mesmo pode virar, machucar alguém ou cair por cima de algum menino.

*

O jornalista Aureliano Medeiros informa o seguinte: na cidade de Pombal, chegou, uma vez, um oficial delegado de polícia. O quartel para onde se dirigiu com a força era pegado a uma casa de residência, uma pessoa que sofria de puxado se balançava dia e noite, resultando um rangido insuportável dos armadores da rede. O delegado pediu providências ao vizinho, e como não fôsse atendido, mandou colocar um pilão junto da parede e botou o destacamento todo para pilar. Claro que o pobre diabo, o doente da vizinhança teve de mudar de casa.

*

João da Nobrega Azevedo, da cidade de Jardim do Seridó, conta o seguinte:

Na antiga Conceição do Azevedo residia, lá pelos últimos quartéis do século passado, um homem extremamente habilidoso, chamado Miguel Viana, que sempre estava a reclamar contra o vento.

De tanto reclamar, um dia tomou uma heróica resolução e exclamou:

— Deixa estar vagabundo que eu vou te dar um trabalho...

E se assim pensou, melhor o fez. No outro dia começou a construir um catavento que armou na cumieira da casa, cujo eixo se articulava com um dispositivo de volante, preso a duas mãos de pilão, que passaram a bater, pisando de caçula o legume do mundo inteiro. Satisfeito com a descoberta, sentado à porta da casa, êle dizia, olhando o movimento do povo que entrava e saía com as cuias cheias de milho:

Eu não te dizia que ia te dar um trabalho, vento desocupado.

*

Há bem 40 anos passados, o Monsenhor Almeida Barreto reali-

zava, em Mossoró umas conferências de combate à moda das mulheres cortarem o cabelo, dos vestidos sem mangas e das práticas do espiritismo.

Sobre o que se estava passando, em certo lugar, nas “sessões” e nas “mesas” contou que, uma senhora ficara tão impressionada, depois de assistir a um daqueles encontros com os irmãos de além, que andava alucinada, com a idéia fixa de que um pilão vivia batendo dentro de sua cabeça...

Levada ao consultório, examinada, e verificado o caso, depois de vários insucessos e outras tantas tentativas para a cura, o médico, habilmente, findou por simular uma operação com que concordou a paciente.

Lá um dia, tudo preparado a mulher foi operada. Quando tornou a si, viu ao seu lado o pequeno pilão que vinha sendo o seu suplício.

Tempos depois, o facultativo encontrou-a na rua, de volta de um passeio, com aparentes ares de saúde, o que foi confirmado logo por ela própria, afirmando:

— Depois daquela operação, fiquei outra pessoa, não senti mais nada.

— Pois, nem podia ser de outro modo; mas o que é curioso, esclarece o médico, é que a senhora não tinha doença alguma, nem foi operada, não passando tudo aquilo de uma simulação para acalmar o seu sistema nervoso, então muito abalado.

— Espere doutor, interroga a mulher preocupada, então eu estava sendo enganada durante esse tempo todo?

— Isso mesmo, responde o interpelado, pois a senhora só precisava de tranquilidade.

Ah! então me diga isso, responde a mulher, já se pondo em marcha, movimentando os braços, e sem ao menos se despedir do médico:

— Por isso e que, vez por outra, eu estou ouvindo umas pancadas na cabeça, e só pode ser o maldito daquele pilão...

*

Do jornal “O Mossoroense”, da cidade de Mossoró, de 2/2/1960, Nº. 1481 — terça feira, na “secção Humor”, encontra-se esta nota:

Um francês, na feira, vendo pilões pergunta:

— Comment s'appelle ça

— Isto não se péla. Quebra-se.

— Comment?

— Com a mão, sim. Com que haverá de ser?

— Je ne comprende pas;

— Pois se não quer comprar, não compre. Ninguém lhe obriga nem lhe chamou aqui.

A propósito de pilão

M. Rodrigues de Melo

RAIMUNDO NONATO está pesquisando dados para um estudo sobre o pilão. Essa preocupação, à primeira vista, deve ser considerada por muita gente como diletante e dispensável. Há até quem olhe essas atividades com certo ar de ironia, achando graça na persistência e na obstinação de quem as realiza. Raimundo Nonato, porém, não será o primeiro nem o último "diletante"... Antes dele, Luis da Câmara Cascudo teve que resistir, durante vários anos, ao círculo de aço da ignorância, da indiferença, da preguiça, do comodismo, do preconceito que se formou entre nós contra os estudos de folclore e etnografia que ele realizou, sozinho, sem o placet da velhacaria e da malandragem ciumentas da província. E venceu. Apesar disso, não faltam as teimas de sapo: foi, não foi, é, não é, o grande da província... Negando ou afirmando, vez em quando reincidem, não de frente, mas à socapa, rindo, ironizando, tentando, debalde, poluir a grã da velha e magestosa arceira da nossa flora cultural. Raimundo Nonato, escritor de província, modesto, sem maiores pretensões, vai seguindo calmamente o seu roteiro, sem dar ouvidos aos críticos, aos sábios, aos donos da cultura, aos gênios, como ele gosta de chamar, aos corifeus da hora presente. Vai trilhando o seu caminho, ouvidos moucos ao alarido esfusiante que se lhe forma em tórno ou à margem da estrada, à sua passagem. E faz bem. Segue, naturalmente, a lição de Zaratrusta, passando ao largo, sem se preocupar com as moscas... O seu estudo sobre o pilão exige, sem dúvida, um grande trabalho de pesquisas, reunindo o vasto material disperso, não só da província, mas sobretudo, de extensão universal. O pilão está em toda parte. Os povos mais antigos da terra utilizaram-no como instrumento de trabalho na transformação da matéria prima em utilidades diárias. Os aztecas, os Incas, os Romanos, os Gregos, os Egípcios, todos os povos utilizaram o pilão nas suas necessidades cotidianas. O sal, o milho, o arroz, o café, a carne, o peixe, todos são contemporâneos do pilão, ou vice-versa, exigindo a sua presença, em todas as regiões do globo. Podemos dizer que foi o pilão a primeira máquina de quebrar a dureza do grão, amoldando-o às primeiras necessidades do homem. No que toca à vida brasileira, podemos afirmar que muito antes da chegada do colonizador portu-

guês, já os índios o aplicavam nas suas tabas. Isto, em vez de contrariar a tese da sua universalidade, antes a confirma, de vez que o índio brasileiro é fruto de constantes migrações oriundas da Oceania para a América, como querem alguns estudiosos. O pilão, como todos os objetos de utilidade caseira, não podia deixar de seguir o ritmo de uma evolução, passando do estágio mais rudimentar ao mais aperfeiçoado. Assim, temos o pilão cavado em pedra, dos índios, o pilão cavado a fogo, em madeira, primeiramente deitado, com uma ou duas bocas, em pé, indicando essa posição uma melhor adaptação das condições do trabalho à personalidade humana: trabalhar em pé, em vez de acorçado ou sentado em cêpo, como no caso do pilão deitado, dos índios, e por extensão dos nossos caboclos mais rudes. Lavrado em quatro faces e às vezes em oito, o pilão tem a forma do corpo humano, apresentando uma cintura bem acentuada prolongado pelos ombros e quadris grossos e salientes onde são cavadas as duas bocas. Este pilão de formas femininas tão salientes, teve uma grande influência na formação da família patriarcal do nordeste e teve de todo o Brasil. Não só nas casas grandes de engenho da faixa canavieira do Nordeste, mas em todo o Nordeste pastoril, praieiro, sertanejo, catingueiro ou varziano, teve o pilão uma influência difícil de precisar em poucas linhas. Além da função primordial de quebrar a dureza do grão triturando-o, tratando-lhe a casca, serviu ainda de refinaria, pulverizando o sal, o milho, a farinha, a carne, o peixe, o arroz, o café. A agressividade do meio dos elementos de que o homem tirava a sua alimentação, exigia, em contraposição, um instrumento também agressivo para combater aquela dureza. E este foi encontrado no pilão tradicional dos nossos avós. A salga da carne e do peixe, os tempêros de cozinha, pimenta e alho, os alimentos caseiros como o mungunzá, o angu, o anguzó, a cangica, a pamonha, a pasoca, todos êsses alimentos eram preparados mediante a intervenção preciosa do pilão, a que não ficavam ausentes outros utensílios de não menor importância e significação, como a mão de pilão, a urupema ou peneira, o alguidar, a panela, a colher de pau, o caldeirão, o prato de travessa, o prato fundo ou sopeiro, o fogão de barro, a trempe. A agressividade do pilão, posta em cheque com a dureza do grão a quebrar e a triturar, era amenizada pela presença do escravo negro, contribuindo este com o seu esforço muscular, com o seu suor, com os seus cantos, com os seus ditos e costumes, com a sua linguagem peculiar, para tornar aquelas tarefas mais humanas, mais dignas, mais suaves, mais cristãs. O folclore do pilão é variado e rico. Raimundo Nonato, na pesquisa que está realizando, deverá, sem dúvida, pôr a limpo, tôdas essas facetas a que está vinculado de modo tão direto o precioso e insuperável pilão. Um poeta moderno, Jorge Fernandes, na Canção do Milho Verde,

não esqueceu nem subestimou a importância do pilão no preparo das saborosas comidas desse gênero. Diz êle:

“No dia de São José planta o milho...

Ele há de vingá.

Com um só sereninho

Basta a terra cavá...

Empurra com o pé o carçoço

Cobre com a terra o carçoço

Que êle há de apentá...

Chega terra no pé do milho

Que há de trempá...

O zarçoço pro debuio...

O verdinho pila no pilão...

Pila no mês de junho...

Na véspera de São João...

Faz cangica gostosa

Faz pamonha...

Pila, pila, de caçula...

Penêra na urupema

Até o caldo engrossar...

Bota cangica nos pratos

Deixa ela fumaçá...

Não bota outro prato em riba

Prá ela não marujá...”

O pilão de angico, sucupira, mororó, cumarú, manguê canuê desempenhou função social da maior importância na cozinha brasileira. Lembre-se ainda o pilão de osso de baleia, mais comum nas praias do Nordeste.

Da função ou hábito de pilar derivam-se algumas expressões que convém mencionar: a caçula, por exemplo, é o ato de parceria ou de ajuda, usual no pilamento do milho, do sal, do arroz. A caçula pode ser de duas pessoas, raramente três. Quando ritmada, é caçula, quanfora do ritmo chama-se cavalo manco. A caçula exige prática e agilidades dos piladores, porque não sendo assim estão sujeitos, vez por outra, a quebrar a cabeça com as próprias mãos de pilão. Poderíamos lembrar aqui também o pilão de xangô, empregado nos cultos afro-brasileiros. Mas, não será preciso ir tão longe, de vez que estamos apenas sugerindo algumas observações à margem do estudo de Raimundo Nonato. Será um novo livro do autor de “Estórias de Lobishomem”, que sairá com a marca da terra e do homem do Nordeste, sem perder de vista o sentido universal da cultura. Vamos, pois, aguardar mais êste livro de Raimundo Nonato, cujo título não é mais do que uma adivinhação que diz assim:

— o que é, o que é?
— que no mato tá calado
e em casa tá batendo!?

AINDA A PROPÓSITO DE PILÃO

Salviano Gurgel, grande conhecedor das coisas sertanejas, lendo o meu artigo “A Propósito do Pilão”, estranhou que eu incluísse ali o cumarú como como madeira apropriada á fabricação do pilão.

Nos estudos que venho realizando, há mais de vinte anos, sobre assuntos regionais, adotei, desde o início, um critério do qual ainda não tenho de que me arrepende. É o critério da observação pessoal, **in loco, na fonte**, a fim de evitar enganos e juízos falsos.

Quando não sei ou tenho qualquer dúvida sobre dada questão, pergunto aos entendidos.

Quanto ao pilão, escrevo e trato do assunto que me é bastante familiar.

Volto agora ao assunto para reafirmar que o cumarú é madeira bastante utilizada na confecção do pilão.

Há poucos dias fui a Pendência e lá entrei casualmente numa casa de pessoa amiga onde me deparei com um pilão de mais de cinquenta anos. Recordei-me de Salviano e perguntei de chofre: que madeira é essa? e a resposta veio abrupta: — cumarú.

Não satisfeito, pedi uma faca e raspei a madeira, tirando a prova: era realmente de cumarú, o velho pilão.

Qualquer pessoa do antigo sertão poderá depor a esse respeito, atestando a veracidade que afirmo.

Mas, estas notas não visam somente o meu amigo Salviano Gurgel. Dirigem-se, de preferência, ao escritor Raimundo Nonato que está fazendo pesquisa sobre o pilão.

Djacir Menezes, no seu livro “Evolução do Pensamento Literário no Brasil”, Edição da “Organização Simões”, Rio, 1954, pág. 67, citando o mestre João Ribeiro, publica uns versos de Gregório de Matos em que se lê a seguinte alusão ao pilão:

“A linha feminina é carimá,
Moqueca, petitinga, cararu,
Mingáu de puba, vinho de caju
Pisado num pilão de piratá”.

J. Veiga Junior, membro do Instituto Histórico Paraibano, em artigo intitulado **Revista na Festa das Neves de Outrora — A União —** João Pessoa, 5 de agosto de 1944, pág. 5, relembra os desavisados ca-

lungas de cartolina, convertidos em fogo de vista, enfrentavam frágil pilão de papel, num jogo de caçula, até arreentarem ao explodir de uma bomba”.

Diante desses depoimentos poderá ver o meu amigo Raimundo Nonato que a pesquisa do pilão abrange uma área quase infinita de pesquisa e trabalho para uma conclusão definitiva.

AMARO CAVALCANTI

O homem e o jurista

(Discurso proferido pelo desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, na "Solenidade Judiciária" do dia 31 de março de 1959, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, na Secção do Rio Grande do Norte)

Atendendo ao honroso convite da excelsa Ordem dos Advogados, para falarmos, na sua Solenidade Judiciária do corrente ano, sobre um jurista brasileiro de renome, escolhemos Amaro Cavalcanti, não apenas por ser um dos maiores, mas, mui particularmente, porque é norte-riograndense. Também influiu na preferência, algo como um complexo de culpa, convencido que estamos de nossa ingratidão para com um conterrâneo, que tanto elevou o Estado no concêrto da Federação, projetando-se ainda no cenário internacional, onde por mais de uma vez foi mandado a representar o País. Dêsse modo, como varão ilustre, tem êle direito às honras do Culto Cívico, merecendo especial destaque no Calendário Nacional. Entretanto, quase nada se tem feito pela sua consagração ou apoteose, ignorando muitos que êle seja daqui, de nossa terra, o que igualmente acontece com J.M. de Carvalho Santos, o portentoso comentador do Código Civil e do Processo. E êsse resíduo de culpa, exigindo reparação, talvez tenha sido mesmo a fôrça subconsciente, que preponderou na escolha do seu nome. Aliás, atentamos nisso há três anos atrás, quando, por incumbência do Prefeito desta Capital, fizemos a entrega do busto do preclaro Constituinte da República à augusta Assembléia Legislativa do Estado. É que, procurando, então, as obras do insigne po-

lígrafo, não encontramos, nem mesmo as jurídicas, nas bibliotecas especializadas do Tribunal de Justiça e da Faculdade de Direito.

Nenhum trabalho de Amaro Cavalcanti, quando a sua bibliografia excede de 40 volumes! Que o registro dêse fato valha como protesto, e sirva para incutir, nos responsáveis, o sentimento do dever de zelar e conservar o patrimônio herdado. Realmente não se justifica, entre nós, a falta dos livros do nosso coestadano. Se esgotados, que se providenciasse a reedição, mesmo porque desestimar tão valioso acervo é crime de lesopatriotismo. Onde a vigilância dos governos e a iniciativa dos estudiosos? Semelhante descaso não recomenda o Poder Público, nem as instituições culturais. É bem verdade que já agora existe, nas referidas bibliotecas do Tribunal e da Faculdade de Direito, a “Responsabilidade Civil do Estado”, edição tirada em 1957, em dois volumes, prefaciada e atualizada pelo douto magistrado e jurista José de Aguiar Dias. Mas não é bastante, desde que necessário também o ressurgimento das outras obras, porquanto tôdas de comprovado valor e utilidade.

DADOS BIOBIBLIOGRÁFICOS

Amaro Cavalcanti nasceu no Município de Caicó, dêste Estado, a 15 de agosto de 1849. Lá aprendeu, com o pai, as primeiras letras e o latim, saindo em 1871 para esta Capital, onde, ao mesmo tempo que estudante, ensinava para ganhar o pão. Era um autodidata, que lia com método, alicerçando sólidamente a cultura. Inteligente e pertinaz, aliava às energias da sua individualidade a influência do meio físico, em que nascera. É que nêsse jovem, filho do sertão áspero e adusto do nordeste, a natureza imprimira a têmpera rija do lutador. E, consciente do que valia, não se temeu de ir ao Maranhão submeter-se, na denominada “Atenas Brasileira”, a concurso de Retórica, no qual obteve o primeiro lugar, embora fôsse preterido na nomeação. Não descoroçoado com a injustiça, inscreveu-se noutra concurso, agora para a cadeira de Latim, em Baturité, no Ceará, conquistando-a a final (1872). Estava iniciada a sua gloriosa carreira. E de Professor Primário do Interior não tardou a

passar a Secundário, na Capital, e a Inspetor Geral da Instrução Pública. Comissionado pelo Governo para estudar, nos Estados Unidos da América do Norte, os sistemas do ensino popular (1877), aproveitou o ensejo para fazer o curso de Direito na Universidade de Albany, capital de New York, graduando-se em leis (1881), diploma que revalidou na Faculdade do Recife. De volta ao Ceará, foi-lhe dada a Diretoria do Liceu e, enviado mais tarde a um Congresso de Instrução no Rio de Janeiro (1883), aí disputou o concurso de Latim do Colégio de Pedro II, sob a Presidência do próprio Imperador, que o nomeou catedrático.

Fixada a residência no Rio (1883), Amaro Cavalcanti, concomitantemente com o magistério, exercia a advocacia e o jornalismo. O Ceará, que o não esquecera, sufragou o seu nome para Deputado à Assembléia Geral Legislativa de 1884, sendo, todavia, depurado pela Comissão de Reconhecimento de Podêres. Fêz-se propagandista da República, e, com o advento da mesma, foi Senador, pelo seu Estado, à Constituinte de 1891. Eleito depois Deputado em 1897, optou pela pasta de Ministro da Justiça, que dirigiu no Governo de Prudente de Moraes. Investido em 1906 no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentou-se em 1914. Não se entregou, entretanto, aos ócios da aposentadoria, pois, no ano seguinte, representava o Brasil na Conferência Financeira de Washington; em 1917 era Prefeito do Distrito Federal; em 1918 aceitava, no Governo de Rodrigues Alves, o Ministério da Fazenda, que renunciou pouco depois, por ter falecido o Presidente; e, finalmente, compunha a Côrte de Arbitragem em Haia, quando a morte o surpreendeu no dia 28 de janeiro de 1922, contando mais de 72 anos de idade. E, de permeio com as altas funções mencionadas, desempenhou outras, como Embaixador Especial no Paraguai (1894), e Consultor Jurídico no Ministério das Relações Exteriores (1905). Foi o fundador e Presidente, enquanto viveu, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Não menos intensa do que a operosidade funcional de Amaro Cavalcanti, foi a sua atividade mental. Publicou cinco volumes sôbre Economia e Ciência das Finanças, mais de uma

dúzia sôbre Direito, dois sôbre Religião e vários sôbre Política e questões vigentes. Humanista e poliglota, falava o francês, o inglês, o espanhol e o italiano, traduzia o alemão, conhecia o russo, ensinava o latim e lia o grego. Escreveu alguns dos seus trabalhos em inglês e francês, verteu desta língua para o vernáculo “Ensino e filosofia”, de Tiberghien, e do latim “O Desprêso da morte”, de Cícero. Era extraordinária a sua erudição. Velho aluno de Filosofia do Seminário do Maranhão, ter-se-ia dedicado às especulações metafísicas, se não fôra a preocupação dos problemas nacionais, que desde cedo o empolgaram, sobretudo os relativos à educação e às finanças, que estudou objetivamente, no patriótico esforço de soluciná-los. Prova é que o seu livro de estréia, aos 25 anos (1874), foi “A Religião”, que lastimamos não possuir, porque permitiria situá-lo dentro da conceptualística filosófica.

O JURISTA DO “REGIME FEDERATIVO” E DA “RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO”

Das obras de Direito de Amaro Cavalcanti, não falando nos seus magistrais acordãos, apenas conhecemos o “Regime Federativo” e a “Responsabilidade Civil do Estado”, que, não obstante mais de meio século do seu aparecimento, ainda não foram superadas. No “Regime Federativo”, o autor, depois de expor a teoria do Estado e de revistar o federalismo no tempo e no espaço, mostrando os seus defeitos e vantagens, entra a estudar a estrutura e o caráter do sistema brasileiro, denunciando os males da nossa República, isto, é, os abusos dos poderes e da política, nos dez anos de prática constitucional (o livro é de 1900). Entre os defeitos do regime, aponta a dualidade da justiça e do processo, incongruências implantadas contra as tradições do nosso direito, dando em resultado a multiplicidade de formas, a intrusão da política e a disparidade da remuneração dos magistrados. E como isso, no tocante à última parte, é tão flagrante no momento atual, em que contemplamos, melancolicamente, o espetáculo de magistrados ricos—os dos Estados afortunados— e de magistrados pobres— os dos Estados menos afortunados! Infelizmente, dos re-

médios preconizados pelo emérito jurista contra a dualidade do processo e da justiça, que êle chama de “malfadada conquista do federalismo exagerado”, sòmente veio até agora à unificação processual, faltando ainda a outra, que é corolária dela, a unificação do poder judicial, que traria, pelo menos, a emancipação econômica dos juizes. O livro é uma afirmação de fé republicana contra as lamentações dos desiludidos, pois, “Em lugar de estarmos a repetir “que não era esta a República que sonhávamos”, devemos todos, os amigos e crentes sinceros do regime, dar-lhe o melhor do nosso saber e esforço, para que a mesma se torne, quanto antes, verdadeiramente digna, verdadeiramente grande, verdadeiramente próspera”.

Incontestavelmente, porém, a obra prima de Amaro Cavalcanti é “Responsabilidade Civil do Estado”. Estudo completo. Começa por estabelecer o conceito exato da pessoa jurídica, para, em seguida, tratar da responsabilidade por danos imputáveis ao Estado e, por fim, apreciar a jurisprudência estrangeira e nacional. E disposta a matéria em três grupos — sistema da irresponsabilidade, sistema da responsabilidade geral e sistema misto —, passa a fazer a análise, a crítica e a síntese de cada um dêles, através das engenhosas teorias dos seus principais corifeus. Assim, sob o seu escarpêlo, desfilam, no primeiro grupo: Richelmann, Bluntschli, Gabba, Mantellini e Saredo; no segundo: Zopf, Kissling, Dreyer, Pfeiffer, Schwarze, Schmitthenner, A. Zacharie, Marcadé, Laurent, Meucci, Chironi, Gierke, Vacchaldi; e no terceiro: Larombière, Sourdat, Bonasi, Loening, Piloty, Giron, Giorgi, Michaud e Bailby. Repele a teoria da irresponsabilidade, porque não é lícito que o Estado, cuja missão institucional é de declarar a lei, executá-la e aplicá-la, ponha-se fora do alcance dos princípios gerais do direito comum, aliás, por êle estabelecidos, para o fim de regular os atos e fatos da ordem jurídica, e como condição para que nêle predomine a regra de justiça (“Responsabilidade Civil do Estado”, 1.º volume, pag. 288). Refuta o sistema misto, por não ser verdadeira a distinção, em que assenta, do Estado em duas pessoas, uma civil, responsável, e outra política, irresponsável, desde que êle é uno e indivisível, havendo apenas funções distintas na mesma entidade, que não podem

servir de critério de sua responsabilidade, ou não, de reparar os atos lesivos ao patrimônio alheio. Aceita, portanto, o princípio da responsabilidade geral, mas não o justifica na teoria do mandato, nem no institório, como pretendem Gonner, Zopfl e outros, e sim no instituto da representação, que resulta, como necessidade, da própria natureza do representado, isto é, da qualidade específica da pessoa jurídica, cujos poderes decorrem da lei (obra e vol. cit., pag. 334). Deste modo, êle assenta o fundamento jurídico da responsabilidade, “primeiro, na causalidade; depois, na lesão efetiva de um direito, realmente adquirido” (pag. 350), o que vale dizer, no princípio de que tôda lesão deve ser reparada. A crítica dos sistemas, sucede a parte prática, com o exame da jurisprudência francesa, belga, alemã, italiana, inglêsa, norte-americana e brasileira, num trabalho exaustivo, mas realizado com o mesmo rigor analítico da primeira parte.

Trata-se, como acabamos de ver, de obra de alta envergadura, que logo se tornou clássica, e foi traduzida em vários idiomas. Pela segurança do conhecimento, imensidade da erudição e profundidade crítica, constitui um dos monumentos imperecíveis do Direito. O método empregado é o positivo, indutivo-dedutivo. A linguagem, não obstante a técnica, é fluente e correntia, tornando o cientista e o escritor. E, se outros livros de igual tomo não houvera o autor, bastaria êsse da “Responsabilidade Civil do Estado” para colocá-lo no número dos grandes juristas do mundo.

SÍNTESE GLORIOSA DE UMA VIDA PÚBLICA

Homem de gabinete, Amaro Cavalcanti não se limitava, entretanto, ao doutrinário das idéias. Aliando a prática à teoria, foi também um realizador. Como Ministro da Justiça, pasta a que estava vinculada a Instrução Pública, fêz a reforma do ensino secundário, e, quando Prefeito do Distrito Federal, desenvolveu o ensino profissional e técnico, instituindo a Escola Normal “Venceslau Braz”, para o preparo de professores primários, secundários e mestres de artes e ofícios, no escopo de formar cidadãos e homens capazes para a vida.

Quanto à administração propriamente dita da Prefeitura, pode-se dizer que foi uma das mais eficientes, dotando o Rio de Janeiro de uma rede completa de estradas de comunicação, ligando as zonas suburbanas ao centro, o que contribuiu sobremodo para o progresso da Capital da República. Como economista e financista, procedeu a estudos de base sobre a situação brasileira, propondo no Senado as reformas monetária, bancária e aduaneira, numa série notável de projetos, cujas exposições de motivos mais parecem tratados. E tinha a coragem das atitudes, colocando sempre os princípios acima de tudo. Como político, defendeu valentemente as prerrogativas do Poder Legislativo, usurpadas pelo Executivo, nos tempestuosos dias do Estado de Sítio de 1892. Republicano histórico, amigo do Marechal Deodoro da Fonseca, com êle rompeu desde o instante que falseou à fé jurada, dando o Golpe de Estado de 1891. Conspirando com o Marechal Floriano Peixoto e ajudando-o a tomar o poder, contra êle assistou as baterias, assim que o viu transviar-se da Constituição, desmandando-se em atos de força, a pretexto do Estado de Sítio. Pleiteou, então, a anistia política e exigiu a imediata eleição presidencial.

Mas, como jurista, é que Amaro Cavalcanti culminou. Tendo o País passado do unitarismo ao federalismo, não tardaram os exageros em tórno da nova forma constitucional. Para evitar o abastardamento, escreveu o "Regime Federativo" (1900), traçando a órbita do sistema. Relator, pelo Instituto dos Advogados, do Projeto do Código Civil, da parte referente às Obrigações, publicou o "Direito das Obrigações" e seguidamente a "Unidade do Direito Processual", ambos em 1901. E quatro anos mais tarde, em 1905, deu à estampa a sua obra máxima, a "Responsabilidade Civil do Estado". Como Ministro do Supremo Tribunal Federal, firmou a mais honrosa tradição de honestidade, sabedoria e retidão, reunindo dêsse modo as qualidades que caracterizam, distinguem e sublimam o magistrado. Viveu, então, na Alta Côte de Justiça, momentos triunfais, lembradamente quando em divergência doutrinária com Pedro Lessa, outro gigante do pensamento. Eram mestres consumados do direito, servidos de admirável poder ver-

bal e armados com todos os recursos da dialética. Mas, em regra, coincidiam na visão jurídica. Naquela época não havia o Mandado de Segurança. Amaro Cavalcanti e Pedro Lessa, numa interpretação sociológica, distenderam o Habeas — Corpus além da liberdade de locomoção, para alcançar os direitos hoje protegidos pelo Mandado de Segurança, o mesmo acontecendo com o Recurso Extraordinário, a que êles deram a amplitude da Constituição atual. Juristas filósofos, supriam assim as deficiências da legislação, adaptando os textos aos fins sociais ou às necessidades do bem geral.

* * *

Eis-nos chegado ao fim a que nos propusemos, de tornar, entre nós, mais conhecido e lembrado Amaro Cavalcanti, divulgando dados biobibliográficos do ínclito norte-riograndense, que ascendendo às mais eminentes posições, não se deixou deslumbrar pela vaidade ou seduzir pelas tentações, antes exercendo-as com a simplicidade natural, a honradez hereditária e a competência adquirida. Não nos moveu, portanto, outro intuito, que não o de chamar a atenção dos conterrâneos para êsse paradigma de homem, que Juvenal Lamartine classifica “a maior figura intelectual do Rio Grande do Norte, em todos os tempos”, Eduardo Espínola chama de “conspícuo jurista e sociólogo” e Anibal Freire, de “tipo representativo de nossa raça e um dos símbolos de nossa elevação jurídica”. Mui modesto, sabemos, o nosso subsídio, mas é fruto de profunda admiração, e por isso nos daremos por satisfeito, se alcançado o objetivo a que visamos.

Os pais do Padre João Francisco

J. Epitácio Fernandes Pimenta

O Padre João Francisco Fernandes Pimenta fez parte da Junta do Governo Provisório do Rio Grande do Norte, eleita e empossada no dia 11 de novembro de 1823 e que governou até 24 de janeiro do ano seguinte, 1824, quando assumiu o governo o Presidente da Câmara de Natal, Manoel Teixeira Barbosa. Foram seus companheiros na Junta o Padre Manoel Pinto de Castro, Presidente, Manoel Antônio Moreira, Secretário, Tomaz de Araújo Pereira e José Correia de Araújo Furtado. Figura assim destacada na nossa antiga Capitania e comêço de Província, não admira a curiosidade que se forma em tôrno da biografia daquêle sacerdote. De minha parte, esta curiosidade ainda mais avulta em virtude da mesma fonte ancestral de onde ambos partimos.

O Padre João Francisco foi vigário de Apodí e Port' Alegre, têrmo onde se procedeu o seu inventário, no ano de 1827.

Luís da Câmara Cascudo, no seu livro "Governo do Rio Grande do Norte", publicado no ano de 1939, registra a dúvida sôbre os pais do Padre João Francisco (Págs. 125/126). Diz êste historiador que o "seu tio materno Antônio Nicácio Fernandes Pimenta, em notas de seu arqui-

vo, informava que o Padre era filho de João Francisco Fernandes Pimenta e de d. Florência Nunes da Fonsêca". Luís Antônio Pimenta, velho estudioso dos assuntos genealógicos, pertencente, como Antônio Nicácio, á família Fernandes Pimenta, também secunda a afirmativa do tio de Câmara Cascudo, em artigo publicado no "Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública de Mossoró", Ano VII, n. 88, setembro de 1955. O mesmo Cascudo, porém, na obra citada, aponta a opinião de Felipe Guerra, dizendo que o Padre era filho de Cosme Damião Fernandes e de d. Luiza Mendes da Silva. Felipe Guerra adianta que colheu estas informações em notas do genealogista Nonato Mota, de Port'Alegre e de seu irmão Teófilo Guerra, sendo que êste acrescentava que o Padre falecera no ano de 1827. Ora, sendo tais notas fornecidas por Nonato Mota e Teófilo Guerra, dois conhecedores profundos da genealogia das famílias sertanejas da zona oeste do Estado, elas por si já constituíam um motivo forte de credibilidade. Por isto, a minha convicção era de que Cosme e Luiza foram os pais do Padre João Francisco.

Mas, tenho em mãos um trabalho que, a meu ver, dissipa toda e qualquer dúvida que, porventura, pudesse ainda existir sôbre o assunto. E' uma auto-biografia escrita por Manoel Praxedes Benevides Pimenta, a que o autôr deu a bizarra denominação de "Meu Eu". Manoel Praxedes era parente próximo do Padre João Francisco, pois êste era primo legítimo do pai daquêle, o Cel. Vicente Praxedes Benevides Pimenta. Manoel Praxedes e o Padre viveram em épocas aproximadas, pois, enquanto êste falecia em 1827, aquêle nascia em 1838. Praxedes, apesar de não ter se formado, ainda cursou a Academia de Direito de Recife e era um homem de boas letras, tendo colabo-

rado no “Diário de Pernambuco”. Abandonando os estudos e fixando-se em Caraúbas, tirou a provisão de advogado. Ingressando na política, foi deputado provincial nas legislaturas de 1868/69, 1877/78 e 1888/89, ano da proclamação da República. Orador primoroso, assim dizem os que o conheceram. Escreveu a sua aludida autobiografia até o ano de 1905, quando faleceu, no mês de setembro. E’ um trabalho preciosíssimo para o sertão oeste do Estado, sobretudo para a história de Caraúbas. Pois, neste manuscrito. Manoel Praxedes nos informa sobre os pais do Padre João Francisco, com uma abundância de esclarecimentos que afastam qualquer dúvida porventura existente. Aponta como progenitores do Padre, Cosme Damião Fernandes e sua mulher Luiza Mendes da Silva, da ribeira do Assú. Confirma, assim, Nonato Mota e Teófilo Guerra. E, para que dúvidas não surgissem mais a respeito, estende-se sobre toda a descendência daquêles patriarcas. Cosme e Luiza tiveram mais, além do Padre, que era o mais velho, os seguintes filhos: Francisco Lourenço Fernandes, Maria de Jesus Martins e Ana Tereza das Consolações. Êstes três filhos casaram-se e todos deixaram descendência, sendo que dois filhos de Maria de Jesus se ordenaram e foram os padres Gonçalo Borges e Cosme Damião. Maria de Jesus residiu na Antiga Vila de Imperatriz, hoje cidade de Martins e era conhecido pelo apelido de Nana. Praxedes apresenta a descendência de todos, indicando profissões, residências, etc. E’ possível que êle tenha colhido êstes dados de velhos contemporâneos dos descendentes de Cosme e Luiza, pois o luxo de detalhes sobre êles mostra que foram fornecidos por quem muito bem os conheceu. Daí não restar dúvidas de que os pais daquele membro da nossa Junta

do Governo Provisório eram, de fato, Cosme Damião Fernandes e Luiza Mendes da Silva.

A confusão das notas de Antônio Nicácio e Luís Antônio parece, todavia, ter sua explicação. É que na família Fernandes Pimenta existiu naquêlê mesmo período histórico outro João Francisco Fernandes Pimenta, o mesmo nome do Padre e de quem era primo legítimo. Trata-se do Coronel João Francisco que, no município de Port'Alegre, aderiu á Revolução Republicana de 1817, apoiando o govêrno de André de Albuquerque Maranhão, tendo sido, com o malogro da mesma, prêso, após algumas escaramuças pelo sertão, inclusive nas casas dos parentes na Fazenda "Sabe Muito", em Caraúbas e remetido para os cárceres, na Paraíba, de onde só regressou, arruinado e empobrecido, depois da anistia geral, anos após decretada pelas Côrtes de Lisbôa. O Coronel João Francisco, êste sim era filho de João F. Fernandes Pimenta e de Florência Nunes da Fonsêca, tendo nascido no lugar "Upanema", da freguesia do Assú, no ano de 1790. Quer dizer foi contemporâneo do Padre, seu primo, e viveram no mesmo sertão. João F. Fernandes Pimenta, pai do Coronel João Francisco era irmão de Cosme Damião Fernandes, pai do Padre João Francisco e ambos filhos do português Antônio Fernandes Pimenta, residente no lugar "Riacho do Pimenta", do atual município de Augusto Severo. O nome do Padre, coincidindo por inteiro com o do Coronel, suponho eu, gerou a confusão quanto ao nome dos seus pais, que o manuscrito de Manoel Praxedes desfaz por completo. As notas sôbre os pais, do Coronel João Francisco, tirei-as de um trabalho de Nonato Mota, inserto na Revista do nosso Instituto Histórico, anos 1920-1921, pags. 66, 86 e 90.

O Ensino Comercial em Natal

(Contribuição ao I Seminário de Estudos dos Problemas de
Educação e Cultura do Município do Natal)

ULISSES DE GÓIS

ANTECEDENTES:

O ensino comercial no Brasil reiniciou-se a 2 de junho de 1902, reiniciou-se com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, depois Escola de Comércio Alvares Penteado. No Brasil-Reino e no Brasil Imperio existiu o ensino comercial. Leis de 1808, 1809, 1846 e 1856 trataram da matéria. A de 1856 foi a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, extinto por falta de alunos.

Pleitearam os fundadores da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, entre êles o jurisconsulto Cândido Mendes de Almeida e o padre jesuita Lourenço Rossi, reconhecimento Oficial. Em 1905, a lei 1339, de 9 de junho, sendo Presidente Rodrigues Alves e Ministro da Agricultura J.J. Seabra, considerou aquelas Escolas de utilidade pública e de caráter oficial os diplomas por elas conferidos, de Guarda-livros e Chefe de Contabilidade, respectivamente dos Cursos Geral e Superior, de 4 e 3 anos. Esses diplomas não constituíam privilégio, uma vez que o ensino comercial era livre, mas importavam na presunção legal de habilitação. Tais favores foram extensivos aos diplomados pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro e pela Academia de Comércio de Juiz de Fora, que já não funcio-

navam. Em vários Estados foram aparecendo Escolas. Estamos em 1918.

EM NATAL:

Havia se empossado em nossa Diocese, a 30 de junho, o segundo Bispo Dom Antonio dos Santos Cabral. Erigiu a 14 de julho subsequente a primeira Congregação Mariana. Interessou os seus competentes na fundação de uma Escola. Intressou os seus componentes na fundação de uma Escola de Comércio. Sob a sua presidência reuniram-se entre outros, o que tem a honra de vos falar, Lauro Wanderlei, Vital e Afonso Jofeli, Sérgio Severo, José Fabricio, Carlos Augusto, Alberto de Gois, Joel de Brito e Alberto Wanderlei.

Assentadas as bases foram convidados para o corpo docente os drs. Moises Soares, Alberto Roseli, padres Calasans Pinheiro e Pedro Paula Barbosa, professores João Tiburcio, Tavares Guerreiro, Hipolito Chabal e Flodoaldo Gois. Ao Governador Ferreira Chaves solicitou-se permissão para o funcionamento noturno da Escola no Ateneu, *ad referendum* do Congresso, que não somente deu aprovação, mas, posteriormente, reconheceu a Escola de utilidade pública. A 8 de setembro de 1919, dia da Natividade de Nossa Senhora (e hoje festejamos a Ascensão do Senhor), fundou-se a Escola de Comercio de Natal, tendo como Diretor, o dr. Moises Soares; Vice Diretor, o dr. Alberto Roseli e Secretário, o que está com a palavra. Matricularam-se 140 alunos, sendo que em disciplinas avulsas que a Escola adotava, além do Curso regular, figuras ilustres como os senadores Sérgio Marinho e Reginaldo Fernarjles, ex-Interventor Federal Ubaldo Bezerra, Maestro Valdemar de Almeida, contador Jurandir Costa, engenheiro José Crisanto Fagundes, deputado Jocelin Vilar, dr. Vésicio Barreto e dr. Raul. de Gois. Talvez outros alunos daquela época estejam me ouvindo.

Também fundou Dom Antônio Cabral, auxiliado por senhoras católicas, a Escola Feminina de Comércio, que funcionou até a criação da Escola de Comércio do Colégio Ima-

culada Conceição, em 1932. Foram suas diretoras: Professoras Elita Souto Monte, Julia Serive, Beatriz Cortês e Dulce Wanderlei. Entre as diplomadas vemos hoje professores em nossas escolas superiores.

O horário do comércio de 5 e 6 da manhã às 8 da noite impedia a muitos rapazes de frequentar a Escola de Comércio de Natal. Daí terem chegado, apenas, a se diplomar, em 1924, Manoel de Aguiar Filho, já aposentado do Banco do Brasil; Carlos Fernandes Barros, agente fiscal do imposto de consumo, no Rio de Janeiro; Francisco da Silva Bastos, contador da Panair no Recife, e Orlando de Oliveira, contador residente no Rio.

A União dos Auxiliares de Comércio, hoje Sindicato, fundada por Sérgio Severo e outros companheiros conseguiu da Intendência Municipal o fechamento do comércio às 18 horas.

A 6 de agosto de 1922 faleceu o dr. Moises Soares, Diretor da Escola. Substituiu-o o Padre Calasans Pinheiro. Em 1923 foi eleito Diretor o dr. Alberto Roseli e Vice-Diretor o dr. José Ferreira de Sousa.

Em 23 de fevereiro de 1923, Dom Antonio Cabral foi transferido para Belo Horizonte. Seu substituto, Dom José Pereira Alves, se empossou na Diocese em Junho de 1923.

Novos professores se incorporaram à Escola, entre os quais Severino Bezerra, José Ivo, Monsenhores Alfredo Pegado, Alves Landim e João da Mata; padres Domingos Carneiro e Luis Monte; João Peregrino, Apriglio Câmara, Valdemiro Fetterman e Celestino Pimentel.

A personalidade jurídica da Escola é através de uma sociedade, formada dos professores, tendo como Presidente de Honra o Arcebispo Metropolitano. A administração é gratuita e no caso de extinção o patrimônio destinar-se-á a instituições de ensino.

Da segunda turma da Escola houve somente Julio de Sousa Miranda, já aposentado do Banco do Brasil. Compuseram a terceira, em 1925, Felipe Neri de Andrade e Arnaldo Dantas, também aposentados do Banco do Brasil, Luis Ferreira de Moraes e Joel de Brito, falecidos. A quarta turma, em 1926,

foi de Domicio de Brito Guerra, recentemente aposentado do Banco do Brasil e Clidenor Ferreira da Silva, em exercicio no mesmo Banco, no Recife. A quinta turma, em 1927, tem aqui um diplomado presente, Hermogenes de Medeiros Filho, colega de Nilo Pereira, Euclides Rodrigues de Carvalho, Francisco Fernandes Costa e Antonio Ferreira Cavalcante.

MUDANÇA DO ATHENEU:

Já se encontrava a Escola no prédio alugado à rua Cel. Pedro Soares, 86, hoje, João Pessoa, por não comportar mais o funcionamento de suas aulas no edificio do Ateneu.

Novas turmas iam deixando a Escola encontrando os diplomados ótimas colocações.

REGULAMENTAÇÃO:

Na Presidencia da Republica Artur Bernardes, sendo Ministro da Agricultura Miguel Calmon, tendo em vista a lei 1.339, de 1905, e a de n.º 4.724-A, de 23.8.1923, foi pelo decreto 17.329, de 28.5.1926, expedido o Regulamento para os estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Govêrno. Doze a êsse tempo porque uma das condições era o prévio reconhecimento de utilidade pública federal: 3 no Rio; 4 em São Paulo; 1 em Minas; 1 em Alagoas; 1 em Pernambuco; 1 no Ceará e 1 no Pará.

Estava aberto o caminho para as Escolas que quizessem reconhecimento, apesar da profissão de guarda-livros continuar livre.

Preparando-se para isso vinha a Escola de Comércio de Natal. Projeto do deputado Alberto Maranhão, convertido na lei 5.154, de 10.01.1927, foi a Escola reconhecida de utilidade pública. No Estado havia sido, em 1920, pela lei 489, de 30.11. do mesmo ano.

O Regulamento de 1926 mantinha o Curso Geral obrigatório de 4 anos, como em 1905, conferindo o diploma de Contador, em vez de Guarda-livros e o Curso Superior, facultativo de 3 anos com o diploma de Graduado em Ciências Econômicas, em lugar de Chefe de Contabilidade.

A Escola de Comércio de Natal ia adaptando o seu Curso Geral para solicitar o reconhecimento. Requereu a fiscalização prévia ao Ministro da Agricultura o que foi deferido pcr despacho publicado no Diário Oficial, de 29.6.1930.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

Criado o Ministério da Educação pelo decreto 19.402, de 14.11 1930, passaram a se subordinar ao mesmo as Escolas de Comércio. Em 26 de março de 1931, foi a de Natal visitada pelo Inspetor dr. Oswaldo Orico.

REFORMA DO ENSINO E A PROFISSÃO DE CONTADOR:

Nessa altura o Govêrno Provisório pelo decreto 20.153, de 30 de junho de 1931, deu nova organização ao ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. Um Curso Propedeutico de 3 anos com direito a um certificado e Cursos Técnicos de Secretário, Atuário e Perito Contador, 3 anos; Guarda-livros e Administrador Vendedor, 2 anos conferindo [diplomas com essas denominações. Havia ainda um Curso elementar de Auxiliar de Comércio, de 2 anos, habilitando a um certificado. O Curso Superior chamava-se de Administração e Finanças; era de 3 anos, conferindo diploma de bacharel em Ciências Econômicas e para o seu ingresso era exigido o diploma de perito contador ou atuário. Para o reconhecimento de uma escola exigia-se o Curso propedeutico e um curso técnico. A maioria dos estabelecimentos preferia o de perito contador, que passou a se denominar Contador pelo decreto-lei 1.535, de 3.8.39. A esse titulo foram equiparados o de Guarda-Livros anteriormente conferidos pelas Escolas.

Até 1931 estava a Escola de Comércio de Natal com 37 diplomados. Entre êles José Aurino da Rocha, Marcelino de Oliveira, João Paulino de Albuquerque, Everton Cortês, Francisco Neco, Máximo Guerra, José Brandão de Paiva, Omar Furtado e Artur Alvares.

Novos professores vieram cooperar entre os quais Rosmiro Silva, Seabra Fagundes, Raimundo Macedo, Custodio

Toscano, Edgar Barbosa, Vésicio Barreto, Paulo Viveiros e Francisco Veras.

Transferido para a Diocese de Niteroi, em 15 de abril de 1928, Dom José Pereira Alves, teve como substituto Dom Marcolino Dantas, em 29 de junho de 1929.

SEGUNDA ESCOLA:

A segunda Escola de Comércio na Capital foi em 1930, anexa ao Colégio Santo Antonio, dos Irmãos Maristas.

De 18 a 25 de julho de 1932 esteve inspecionando a Escola de Comércio de Natal o Dr. Antonio Bulcão Giudice, do corpo de inspetores, com sede no Recife. Em 10 de novembro do mesmo ano o Superintendente do Ensino Comercial, dr. Vitor Viana designou Inspetor da Escola o contabilista Jurandir Sitaro da Costa. Deixando o Estado para chefiar a Contadoria Secional da Delegacia Fiscal de Alagoas foi em 16.2.34, substituido pelo bacharel Raimundo Macedo. Voltando ao Estado, como Contador Secional na Delegacia, aqui, Jurandir Costa foi novamente Inspetor em 20 de novembro de 1935. Em novembro de 1937 assumiu a direção do Ensino Comercial o dr. Lafayette Balfort Garcia. Havia falecido o dr. Vitor Viana.

A oficialização da profissão de contador amparou os Guarda-livros práticos, não somente no decreto 20.158, de 30.6.1931, mas no de n.º 21,033, de 8.2.1932. Nenhuma escrita comercial, nenhum documento de contabilidade teriam valor sem a assinatura de um contador ou guarda-livros, hoje Técnico em Contabilidade, pela lei n.º 3.384, de 28 de abril de 1958.

NOVAS ESCOLAS:

Solicitações vinha recebendo a Escola de Comércio de Natal para orientar a criação de outras Escolas na Capital e no Interior. Em 1932, anexa ao Colégio Imaculada Conceição das Irmãs Dorotéas, tivemos a terceira Escola em Natal. Em 1935, sob os auspícios da União Caixeiral, presidida pelo benfeitor Alcides Fernandes foi fundada a Escola de Comércio de Mossoró, dirigida pelo dr. Thiers Rocha. Em 1936 criou-se

a quinta escola; a do Colégio Nossa Senhora das Neves, das Irmãs do Amor Divino, na Capital. A sexta, em 1940, em Caicó: a Escola Santa Teresinha, também das Irmãs do Amor Divino.

REORGANIZAÇÃO DO ENSINO:

Chegamos a 1943 — O decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro reformou o ensino comercial. Um curso Básico de 4 anos, conferindo o diploma de Auxiliar de Escritório e cinco Cursos Técnicos, com a duração de três anos, denominados Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado. O Curso Superior não foi matéria desse decreto-lei e sim do de n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, que criou os Cursos de Ciências Econômicas e de Ciência Contábeis e Atuárias, a ser ministrados em Faculdades conferindo diplomas de Bachareis com essas denominações. Os antigos guarda-livros, equiparados a Contador pelo decreto 20.158 foram elevados a Bachareis em Ciências Contábeis pelo referido decreto-lei 7.988. Nesse caráter estava a Escola de Comércio de Natal com 175 diplomados. Das outras Escolas não temos à mão os elementos Vamos colhê-los para outro trabalho. Transferido residência para o Rio de Janeiro os drs. Alberto Roseli e José Ferreira de Souza, a direção da Escola de Comércio de Natal ficou a cargo do prof. Severino Bezerra de Melo e posteriormente do que vos fala.

Passaram as Escolas a se denominar pelo decreto-lei, de 28 de dezembro de 1943, Escola Comercial, a que mantém apenas o Curso Básico e Escola Técnica de Comércio a que adota o Básico e um curso Técnico.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E CONTÁBEIS:

Começou a Escola Técnica de Comércio de Natal a se voltar para a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis. Em um regime de contribuições módicas não possuía a Escola a capacidade financeira exigida pela legislação do ensino superior. Intensificou os seus pedidos junto aos Governos Federal, Estadual e Municipal e aos representantes do Estado na Câmara e no Senado. Iniciou a construção de sua sede. Refor-

mou os Estatutos da Sociedade mantenedora, criando a Faculdade, em 1957. Iniciou, também, o preparo do processo necessário à autorização do funcionamento da Faculdade, mas não prosseguiu porque não recebeu as dotações de 1958, 1960, que a lei estadual n.º 172 de 6 de dezembro de 1957, lhe consigna. Está trabalhando nesse sentido para a Faculdade se iniciar em 1962.

FACULDADE DE MOSSORÓ:

É com satisfação que registramos a vitória da União Caixiral de Mossoró criando a Faculdade de Ciências Econômicas, que começou a funcionar neste ano de 1961.

FLORAÇÃO DE ESCOLAS:

Novas Escolas foram surgindo na Capital e no Interior do Estado.

Em 1944 a Escola Técnica N. S. das Vitórias em Açú, das Irmãs do Amor Divino, em 1946, em Natal, a Técnica de Comércio anexa ao acreditado Ginásio 7 de Setembro; de 1954 até agora, uma floração magnífica de Escolas com o incentivo da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial dirigida pelo insigne dr. Lafayetti Garcia e que tem como Coordenador no Estado o dedicado prof. Raimundo Nonato; Escolas Técnicas de Comércio Alberto Maranhão, Visconde Cayru e Municipal, em Natal; Escolas Técnicas de Comércio de Currais Novos e do Ginásio Diocesano de Caicó; Escolas Comerciais de Acari, Angicos, Apodi, Areia Branca, Canguaretama, Caraubas, Ceará-Mirim, João Câmara, Jucurutu, Lages, Macaiba, Macau, Martins, Nova Cruz Parelhas, Patu, Santana do Matos, Santa Cruz, Santo Antonio, São José de Campestre, São José de Mipibu, São Paulo do Potengi e São Tomé. Em Natal, a Escola Comercial do SENAC.

Nenhuma alteração, a partir de 1943, houve nos Cursos Técnicos, ao contrário do Básico.

O decreto 42.761, de 20 de novembro de 1957, modificou

o currículo com disciplinas obrigatórias e facultativas, atendendo a peculiaridades regionais.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:

Muitos fatores tem concorrido para o desenvolvimento do Ensino Comercial: menos exigências na fundação de escolas do que de ginásios; a regulamentação da profissão de contador e a sua fiscalização pelos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade; a feição técnica da legislação tributária; a organização da contabilidade nas repartições públicas; as conquistas das leis trabalhistas; a criação do SENAC, das autarquias, das sociedades de economia mixta e de novos estabelecimentos de crédito: a equivalência dos cursos; o incentivo das Prefeituras Municipais; a cooperação financeira do Poder Público às entidades privadas que por esse motivo ampliam suas escritas; a Campanha de Expansão do Ensino Comercial; o elevado custo de vida, conduzindo à procura de emprêgo, desde o menor de 14 anos; o conteúdo moral e educativo próprio do ensino.

RECONHECIMENTO AOS PIONEIROS:

A quantos colaboraram nessa tarefa de quarenta anos o reconhecimento da geração atual e dos porvindouros. Muitos Deus já tem no repouso eterno. Reverenciemos-lhes a memória. Fossem vivos alegrar-se iam com o desenvolvimento da cultura universitária Norte-Riograndense.

A propósito de Influências

M. RODRIGUES DE MELO

País novo, permanentemente aberto ao contacto de outros povos, o Brasil tem recebido o influxo de várias civilizações, sem jamais perder o rumo de sua destinação histórica e a marca da sua personalidade.

Assim foi nos primeiros dias da colônia quando algumas nações da Europa, dominadas pelo espírito de conquista, invadiram o nosso território, tentando, debalde, subjugar-nos ao poderío de suas corôas.

O nosso proverbial espírito de tolerância e hospitalidade jamais agasalhou traições e covardias de quaisquer espécies.

A nossa vocação para a liberdade originou-se da ação civilizadora do homem, devassando a terra virgem e sulcando os mares ignotos. Não ficou, como queria Frei Vicente do Salvador, adstrita ao litoral. Vadiando rios, escalando montanhas, penetrando a terra bárbara, civilizando o índio e matando os ofídios, criou o homem brasileiro uma concepção de vida à sua imagem e semelhança. As contribuições de outros povos, invés de arredá-lo dos padrões culturais da sua comunidade, deram-lhe mais vigor, maior consistência, maior consciência do seu dever e do seu valor.

Francêses, holandêses, alemães, italianos, japoneses, todos que aqui vieram trazer a sua colaboração ao progresso do país, foram recebidos fraternalmente enquanto se mostraram dignos da nossa confiança e da nossa estima. Desde o instante, porém, que se tornaram indignos da nossa amizade, foram considerados inimigos e tratados como tais. Isto não importa

em desconhecer o alto valor da contribuição que uns e outros trouxeram ao nosso progresso, nas artes, nas letras, nas ciências, na indústria como no comércio. Pelo contrário, somos os primeiros a pesar êsses serviços, louvando-os, prestigiando-os, enaltecendo-os, sem ressentimentos e sem complexos de inferioridade.

Vários são os livros de brasileiros e estrangeiros estudando êsses aspectos da nossa cultura e das nossas relações com os outros povos da Europa, da Asia e da África.

Gilberto Freyre, no ingente esforço de examinar, sob vários ângulos, a vida brasileira, nas suas relações com outros povos, e não só com o negro, o português e o ameríndio, escreveu e publicou um livro inteiro para explicar a influência inglêsa na cultura brasileira.

Emilio Willms, eminente escritor e sociólogo alemão, radicado no Brasil, estudou, por sua vez, a contribuição da cultura alemã em nosso país, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Antes, porém, já Tobias Barreto, no século passado, divulgara entre nós a cultura germânica, sendo, no seu tempo, considerado o maior “germanófilo” do Brasil.

Agora, vem juntar-se a essa legião de entusiastas pela cultura de outros povos, o escritor A. Carneiro Leão, autor de *Victor Hugo no Brasil*, que a Livraria José Olimpio editou e está divulgando.

O livro é bem escrito e tem a recomenda-lo a honestidade intelectual do pesquisador e o brilho do ensaísta. Vale ainda citar como atestado de bom gosto, a deferência bem merecida atribuída ao escritor francês Roberto Garric para apresentar o livro ao público brasileiro, naquela carta-prefácio que é um primor de elegância, cultura e boas maneiras. Estuda o autor a influência do grande poeta francês na cultura brasileira, lançando mão de dados e depoimentos colhidos na imprensa, nos arquivos públicos e particulares, sob critérios os mais exatos e exigentes.

Natural que um trabalho dessa espécie exigiria muito tempo e pesquisa para abranger todas as áreas geográficas e culturais do país. Não chegaremos ao exagero de inquirir de falho o ensaio do sr. A. Carneiro Leão só pelo fato de não

ter conseguido dominar toda a vasta extensão do território nacional, coberta pela influência de Victor Hugo. O autor promete na próxima edição apresentar novos detalhes dessa influência. E é por isso que, animados do mais alto espírito de colaboração, aqui deixamos alguns dados dessa influência na literatura do Rio Grande do Norte.

Cronologicamente, a primeira referência a Victor Hugo, entre nós, é feita por Nísia Floresta Brasileira Augusta, quando diz:

“Implorando, pois, a filantropia do govêrno para a classe desfavorecida da fortuna, repetiremos a essa as palavras do grande Vitor Hugo:-

“Laisse-toi conseiller par l'aiguille ouvrière,
Présente à ton labeur, présente à ta prière,
Qui dit tout bas: travaille! oh! crois-la, Dieu, vois tu,
Fit naitre du travail, que l'insensé répousse,
Deux filles: la vertu, qui fait la gaité douce,
Et la gaité, qui fait charmante la vertu!”
Mais tarde, é Segundo Wanderley que canta, dizendo:

“Saudemos o grande dia,
Saudemos a liberdade!
O ideal transformou-se
Em pura realidade!
Basta um só clarão de glória
Pra eternizar a memória
De uma briosa nação
Pra firmar-se a independência
Basta luz, valor, Ciência,
Cristo, Hugo, Napoleão.”
Em outro lugar, dizia:

“Eu que contemplo duas glórias justas,
Que sinto a queda de um poder fatal...
Que vejo Hugo no mesmo céu de Andrada,
E a própria França em meu país natal!...”

Não é só Segundo Wanderley, o grande influenciado das idéias e do estilo de Victor Hugo.

É também Sebastião Fernandes que em várias produções de sua autoria menciona o nome do grande mestre gaúls. N' *A Voz do Século*, por exemplo, diz:

“Celsos discip'los do imortal Hugo”

Avante filhos de Minerva altiva,
Que a ignorância dentre vós voou”.

Em *Abolição*, declara ainda:

“Tu que as luzes de Hugo no mundo derramaste”
Para em *Pallas* dizer:

“Quando o mundo em dor imerso,
Fala do herói que tombou
Lê o séc'lo a Bíblia em verso
Que compôs Victor Hugo”.

Sebastião Fernandes pertencia ao Grêmio Literário “Le Monde Marche” que tinha como órgão de divulgação a revista “Oasis”.

É nas páginas dessa publicação que vamos encontrar inúmeras referências ao nome do poeta francês.

Jav, por exemplo, em *Acróstico* dedicado aos estudantes de preparatórios do Rio Grande do Norte, dizia:

“Imitai Hugo na França,
O sábio enorme do mundo,
Grande por todo o universo,
Raro saber bem profundo!”

Enquanto outro estudante, Deomedes Quintiliano, afirmava:

Moços! Quando o século se levanta em creanças
(palpitantes
Em correntes magníficas, homéricas, brilhantes,
Esses dogmas sintéticos das reflexões modernas,
E' justo ter por Andes um capitólio novo,

Por ideal um livro, por auditório um povo,
Por único florão — as lutas hodiernas!
E é esta conquista que vascojeia um século,
Formando de vulcões um deslumbramento férculo
Pra falange incendiária dos gregos antiquários
Que vai talhando o cérebro dos novos organismos
Para as lutas ideais do velho Darwinismo,
Onde a França excede a Roma, onde Hugo excede a
[Mário”.

Ezequiel Antunes, escrevendo um artigo sobre “Le Monde Marche”, iniciava-o com essas palavras:

“Victor Hugo, o santo e divino mestre, cuja mentalidade possante encheu de luz um século”.

Outro colaborador, Raul Fernandes, assim se expressava:

“E vêde, o sol é grande, a estrela dalva é santa,
Mostrando novos céus que a luz descortinou;
Spartacos do livro, a escada se levanta,
Subí, tendo por guia o cérebro de Hugo!”

Murilo Aranha, outro poeta norte riograndense, a quem não se fez ainda a devida justiça, também não escaparia ao sortilégio, ao feitiço da forma e do pensamento do grande poeta francês. No seu livro *Nevróses*. Primeiros Versos. (1912-1916) Livraria Leite Ribeiro & Maurilo — 1919-Rio de Janeiro—no poema *Apoteóse da Dor*, deixa escapar essa invocação ao grande gênio do século XIX:

“Demóstenes, Catão, as multidões inflamam,
E Sócratas, Platão, as verdades proclamam,
Enquanto sonha Hugo a Paz Universal!

Otoniel Menezes, o mágico da nossa poesia tropical, não esqueceria jamais o mestre admirável de tantas gerações, citando-o em uma das páginas do seu livro de estréia — *Germen* —Atelier Tipográfico M. Vitorino— Natal — 1918—:

“L’Homme — Terre, je suis ton roi.

“La Terre — Tu n’est que ma vermine. . .

Já Policarpo Feitosa, no seu livro de memórias, intitula-

do *Dois Recifes*, recordando a sua vida de estudante na Mauricéia, diz, referindo-se a Martins Junior:

“Eu não o acompanhava porque em poesia, então como hoje, só compreendia Castro Alves ou Fagundes Varela, Victor Hugo ou Musset, meus conhecidos daquele tempo; mas o rapaz tinha admiradores, e no fim de 1884 quem estava em minoria era eu”.

“Na casa do correspondente (meu padrinho estava no Rio) caçoavam muito de mim por comprar retratos invés de bôlos, mas depois ainda vieram Victor Hugo e Mme. de Stael, Gonçalves Dias e Casimiro, Napoleão e Osório...”

Por outro lado, um filólogo norte riograndense, Pedro Pereira de Araujo, no seu livro *Coisas da Lingua*, cita Victor Hugo, na seguinte frase:

“A realidade surgia à volta dele, batia-lhe de encontro aos olhos, calcava-lhe os pés, e domolia, peça por peça toda a medonha poesia de que ao principio se julgara cercado”.

Outro escritor norte-riograndense, também poeta e professor, Esmeraldo Siqueira, no seu livro *Letras de França*, dedica-lhe algumas páginas de exame e de estudo.

E para concluir, bastaremos lembrar Segundo Wanderley, fiél à escola condoeira até á morte, cantando a liberdade, a republica, a democracia, combatendo a escravatura e todas as uformas de escravização do homem pelo homem. Segundo Wanderley é, sem dúvida, um dos maiores representantes da escola hugoana no Norte do Brasil, rivalizando com Castro Alves e Tobias Barreto, e tendo até um trabalho — *Paralelo entre o Homem e a Mulher* — dado erroneamente como sendo de autoria do célebre poeta francês.

Diante dêsses depoimentos é de admirar que o Sr. A. Carneiro Leão não tenha siquer mencionado o nome do poeta potiguar entre os grandes seguidores de Victor Hugo, ora invocando-lhe o nome em trechos de sua poesia, ora ferindo e debatendo os mesmos temas do cantor dos *Chantiments*.

Fragor duma queda

IVO FILHO

Cada sêr humano vem ao mundo com o seu destino traçado. E dêle se não pode afastar.

Nasce-se em dia determinado. E aquilo que acontece com o nascimento, ocorre, igualmente, com a morte. Não se morre de véspera, e sim, precisamente, no dia.

O Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima veiu á terra com o seu destino predeterminado. Seu horóscopo.

Apesar de pequeno na estatura, teria de ser um grande homem. Um homem extraordinário, pois, dentro da pobrêsa de sua infância, que lhe atingira a mocidade, nessa, entretanto, desenvolveu a sua atividade, a sua inteligência, para alcançar os fins a que almejára, dedicados á prática de uma das mais importantes virtudes que o cristianismo recomenda: a caridade humana.

O primeiro degráu por êle alcançado ,para a formação de sua cultura, foi o diploma de professor primário que a Escola Normal de Natal lhe outorgou, em dezembro de 1910. O segundo, foi o de farmacêutico, que lhe proporcionou a Escola de Farmácia, de Recife, fundada por Octávio de Freitas. O terceiro, foi o de doutor em medicina, por êle obtido, no Rio de Janeiro, em 1926.

Professor primário, antes mesmo de ser diplomado, ensinou no grupo escolar “Augusto Severo”, onde teve oportunidade de fazer o ensino da leitura pelo método sintético da palavrção, com os maiores proveitos, tanto assim que continuou o mesmo no nosso ensino primário, motivando o desaparecimento da Carta de ABC.

Farmacêutico, prestou os mais assinalados serviços, sem qualquer remuneração, no Instituto de Proteção á Infância, fundado pelo Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho.

Médico, ingresou, como um dos principais elementos, no hospital “Juvino Barrêto”, sob a direção do Dr. Januário Cicco, que, posteriormente, lhe mudou o nome para “Miguel Couto”. E, estranha coincidência: dentro daquêle nosocômio, já feito seu Diretor, adoeceu e, nêle, faleceu, no dia 10 de abril último, pelas 21 horas e meia, precisamente.

Na profissão de professor, partindo da classe primária, fez ensino secundário, lecionando Física, Química e História Natural, dentro e fora do estabelecimento que o diplomou; foi um de seus Diretores e atingiu o encargo de Diretor do Departamento de Educação, após a revolução de 1930.

Do diploma de farmacêutico utilizou-se para ingressar no segundo ano da Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

Médico, especializou-se em clínica geral, fazendo de sua profissão, um meio de minorar os sofrimentos da pobreza que o procurava, não somente examinando com o maior carinho, e receitando, como ainda dando ao doente, que não podia despachar a receita, “amostras” se as pos-

sua, ou os próprios recursos materiais, para a sua aquisição.

Casado, em segundas núpcias, deixa do primeiro casamento dois filhos, por haver perdido um num desastre aviatório, ocorrido nesta cidade, na base de Parnamirim, e, do segundo, dois filhos, o primeiro dos quais cursa a Escola de Medicina, e uma viúva inconsolável.

Esse foi o homem cuja alma Deus fez desprender-se de seu envolucro material, no dia 10 de abril do ano em curso.

A notícia de seu falecimento traumatizou a população desta cidade, pela brutalidade do inesperado acontecimento. Foi uma espécie de queda do Jequitibá envelhecido, mas, ainda, vigoroso, onde os ninhos eram abrigados e os pássaros entoavam seus cânticos sonoros e admiráveis. E, depois dessa queda fragorosa, tudo emudeceu. O silêncio passou a ser interrompido pela manifestação tristonha daquêles que ficaram sem o calor de seus ramos e sem a proteção de suas hastes, que pareciam ainda vigorosas, mas não resistiram á ação desintegrante do tempo destruidor.

Seu sepultamento constituiu verdadeira apoteose, não somente pela massa humana que acompanhou seus despojos ao cemitério do Alecrim, como ainda porque, em cada semblante, lia-se a consternação por recordar que aquêlê homem saído de seu lar, pela manhã, para o trabalho quotidiano, no hospital "Miguel Couto", á noite tornara ao mesmo lar, donde saíra, não mais sem aquela vida que irradiava contentamento e felicidade, no seio da esposa e dos filhos estremecidos.

Ao baixar á sepultura, todas as instituições a que elle pertencia se fizeram representar, levando-lhe o últi-

mo adeus de sua despedida dolorosa, a começar por aquê-
le que representava o Açu, a terra de seus nascimento,
terminando por um outro orador, que se dizia represen-
tante da pobrêsa, a que êle tantos benefícios prestara, re-
ceitando e dando os próprios remédios necessários ao sa-
ramento das moléstias de que se queixavam.

No espírito das gerações contemporâneas, o nome
do Dr. Luís Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima se
perpetuará, nome que aludidas gerações levarão ao co-
nhecimento dos pósteros, como aconteceu com o do Padre
João Maria, que continúva vivo e imorredoiro, na imagi-
nação dos que o não conheceram, pessoalmente, mas, por
intermédio de seus antepasados, tiveram a notícia da
existência daquêle homem simples e bom, que não obs-
tante os milagres já praticados, ainda não foi possível ser
pela Igreja canonizado. Certamente, porque Santo brasi-
leiro não há, e ne pomderá haver.

O Dr. Luiz Antônio, talvez, não possúa forças espiri-
tuais e divinas capazes de fazer milagres, porém, será bea-
tificado pelo povo de Natal, quiçá, do Rio Grande do Nor-
te, pelos atos de caridade que praticara e, por isso, foi um
médico que pobre viveu e ainda mais pobre desapareceu
da vida terrena.

Francisco Fausto de Souza

Confrades:

O dia de hoje, o centenário, a festa, tudo espelha a fidelidade da Província. Daí, porque animado pela disposição de um plano de trabalho que só merece aplausos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por deliberação do seu presidente, consócio Aldo Fernandes; entre tantas iniciativas que promove, nesta fase nova da vida do velho órgão da Rua da Conceição, vem solidarizar-se, na data de hoje, com as comemorações que promovem as instituições culturais do Estado, ao transcurso do centenário de nascimento de Francisco Fausto de Sousa, investigador incansável da crônica e da história, e também seu antigo sócio correspondente.

A mensagem de agora, trazida nesta sessão da Academia Norte-riograndense de Letras, expressa o elevado apêço da entidade, ao relembrar a memória de um dos seus inequívocos e constantes colaboradores, forma porque se afirmou a cultura de Francisco Fausto, ao ensejar a produção de um trabalho de mérito, em que se resalta a importância do fator documento e dos registros articulados com fatos da vida política da Província e do Estado e do municipalismo norte-riograndense.

Com essa manifestação do seu reconhecimento pe-

lo trabalho do seu ex-agremiado, quer de seu lado, o Instituto Histórico demonstrar também sua consideração à atividade do homem modesto, que embora limitado às circunstâncias da vida do interior, teve ainda assim, tempo de realizar uma obra de vulto, que cresce, nos dias atuais, à proporção que se valorizam os inquéritos sociológicos, com base, nos Centros de Estudos do Nordeste, nos trabalhos de investigação do fenômeno regional, ventilados amplamente em livros de Câmara Cascudo e de Gilberto Freyre, todos vinculados aos domínios da ecologia e suas fontes de estudos especializados.

O caso de Francisco Fausto é, curiosamente, o que se apresenta como reação ao meio e ao tempo. Homem de temperamento e vibração idealistas, ao impacto dos dias marcados pela força do liberalismo econômico atuante e da sua escola, dêles conseguiu distanciar-se, numa fuga salvadora, e quase pelo milagre da sobrevivência do autodidata, de que foi êle uma das suas fortes expressões, fugir ao lugar comum, para dedicando-se ao problema das letras e da cultura, viver o drama da angústia, do isolamento e da indiferença que se vota ao intelectual da província, a terra de ninguém, como chamou-a Bruno Pereira, a terra esquecida, conforme o apelido que lhe deu Lopes de Andrade, a província submersa, naquele belo retrato de Otacilio Alecrim.

Sem preocupações ou relutâncias que afogam os vaidosos, a ação revolucionária do cronista mossoroense, cedo passaria a superfície mais ou menos tranquila dos homens da sua geração, para sobrepor-se, mesmo no lado econômico, à importância das empresas, das grandes firmas comerciais, que via nascer com o advento do ano de 1894, muitas projetadas até pelos primeiros quartéis

do século XX, para tomar um sentido de vanguardeiro, deixando seu nome ligado ao itinerário das pesquisas históricas, num trabalho duradouro e de legítimo pioneirismo, que se circunscribe, de modo considerável, às comunidades de Mossoró e de Areia Branca.

Por longos e passados dias, na alternativa dêsses fatos e na convivência dêsses grupos, sem se deixar de todo influenciar pela ação envolvente do grande comércio da época, foi se sobrepondo aos demais, tentando, num trabalho que aos outros parecia obscuro e pobre de projeção, salvar o documentário da vida das cidades que não tinham históriadores, arrancando dos arquivos em marcha para a destruição, uma vasta e preciosa bibliografia que sem êle, estaria hoje esquecida, a caminho do desaparecimento, senão, totalmente, perdida.

E é por isso que, graças ao seu esfôrço e a essa forma de tenacidade que a tantos outros poderia parecer de menor valia, que a cidade de Mossoró tem, hoje, um arquivo organizado e uma crônica publicada em mais de cem volumes, trabalho feito sem alarde, mas que de muito lhe transpôs as fronteiras, numa situação de destacado privilégio, que não é comum a outros municípios brasileiros, como já lhe deu testemunho eloquente, o jornalista Gláucio Veiga, em estudo divulgado por conceituado órgão de imprensa recifense.

Essa atividade literária de provincianos corajosos como Francisco Fausto, pode ser apontada por todo o Estado, em figuras outras, como Palmério Filho, do Assu, Martins de Vasconcelos, em Mossoró, Joaquim Correia, em Pau dos Ferros, Professor Adrião de Melo, em Augusto Severo, Hugolino de Oliveira, em Caraúbas, Nonato Mota e Manuel Antônio Coriolano de Oliveira, em Apodí,

João Onofre, em Martins e Olegário Vale, em Caicó, nomes que atestam capacidades intelectuais, incentivadores do pensamento e das letras, que em épocas mais ou menos remotas, contribuíram, realmente, para formação de uma mentalidade que deu assinaladas provas da sua existência, no tempo de uma geração que não foi de tudo perdida.

Quem se der ao reexame do assunto, para confirmá-lo, não precisa mais do que recorrer aos velhos jornais do sertão, a grande arma de combate de todos os tempos, o veículo de divulgação de idéias e de movimentos, para neles encontrar a presença dêsses bravos alertadores da consciência pública, clamando contra todas as manifestações da violência, sonhadores, quase quiméricos arautos das liberdades humanas.

Nesse particular é rico o repositório que se pode encontrar e ler nos velhos periódicos de Mossoró, Assú e Caicó, órgãos cujas atividades nos dias do Segundo Império, marcaram em estilo vigoroso a agitação das Campanhas da Abolição e da Proclamação da República, com um entusiasmo digno da fé, espírito de predestinação e condição de verdadeiros pioneiros daquêles compatriotas que, tão de longe, se filiavam aos movimentos que viriam modificar o regime, alterar profundamente sua estrutura política e a natureza das suas tradicionais instituições fundamentais.

No campo da pesquisa documentária, os trabalhos de Francisco Fausto, quer nos roteiros genealógicos, quer nas reproduções das atas, na revista dos livros dos cartórios e de tombos das igrejas, todos se afirmam aos consulentes, pelo sentido da fidelidade que retratam de tal modo segura e certa, que os reexames a que se têm subme-

tidos seus apontamentos, só têm servido para positivar a veracidade documental das suas fontes, nos seus registros e nas suas anotações primárias.

O que escreveu, em longos capítulos, sobre gente e casos da Ribeira do Apodí, é tudo raiz da história. Também as referências da crônica e da tradição oral sobre a existência acidentada do Padre Francisco Guilherme Longino de Melo, essa figura curiosa de sacerdote e de guerreiro de epopeia rude, sempre em luta com os seus não menos terríveis inimigos, os Butragos, é retrato vivo de um período de turbulências, bem características de famílias poderosas que encheram vários ciclos da história do século XIX, como ocorria em Mossoró, onde os dois grupos adversos, vez por outra, a mão armada, sacudiam o sossêgo dos moradores do lugar e ensanguentavam as ruas do vilarejo de Santa Luzia.

De não menor importância foi o trabalho de Francisco Fausto, realizado, paralelamente, com o Coriolano de Oliveira, em Apodí, no levantamento dos registros de documentos que passaram a fazer parte do processo da famosa “Questão de Grossos”.

Esses subsídios, considerados parte do trabalho do deputado A. Tavares de Lira e do desembargador Vicente S. Pereira de Lemos — Apontamentos sobre a “QUESTÃO DE LIMITES” entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, ingressariam nos argumentos das RAZÕES do Conselheiro Rui Barbosa, para alcançar no Supremo Tribunal Federal, na qualidade de advogado do Estado, a decisão vitoriosa com a qual voltava o Rio Grande do Norte, à posse de vasto e rico território, a que

o Ceará, inexplicavelmente, disputava a ocupação, embora sem direito certo.

* * *

Em recanto próximo da cidade de Mossoró, nas terras do sítio Pintos, nasceu Francisco Fausto de Sousa, em data de 19 de maio do ano de 1861.

Na vida pública da sua cidade e na de Areia Branca percorreu a escala integral do funcionalismo e da eleitoralidade.

De simples delegado de polícia, chegou a Prefeito do Município.

Com o espírito nômade da gente nordestina, bateu na “era de ouro da borracha”, o septentrião brasileiro. No Amazonas, ocupou cargos importantes, como o de Secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado.

De retôrno à sua terra, foi Deputado ao Congresso Constituinte, em 1898, e ao triênio legislativo de 1898-1900.

Nas diferentes posições a que a política o colocou, ao lado do govêrno ou nos períodos de ostracismo, sempre soube se manter com dignidade e altivez.

Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado.

Em dias atuais, seu nome foi escolhido para Patrono de uma das Cadeiras da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Êste o homem de quem se comemora, hoje, o centenário de nascimento.

A homenagem que lhe presta êste Instituto não pode fugir a incidência da sua vida e à valorização do seu trabalho, todo afirmado na convicção de que o amor à terra é o respeito às suas tradições representadas pelas gran-

des forças morais e o patrimônio de gerações cujo trabalho e o exemplo continuam servindo de bandeira aos construtores da nacionalidade, sempre em marcha para realização dos seus destinos históricos.

(Palavras proferidas pelo Professor Dr. Raimundo Nonato da Silva, na sessão conjunta do Instituto Histórico e Academia Norte-Riograndense de Letras, na noite de 19 de maio de 1961, por ocasião das homenagens prestadas pela passagem do primeiro centenário de nascimento de Francisco Fausto de Souza).

A Música e a Escola Natalense

AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA

(Palestra realizada a 7/6/61, no auditório da Escola Doméstica de Natal, integrando o "I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal", organizado pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura.)

A Música é ciência e arte. Como ciência, possui suas fórmulas, suas regras, sua técnica, sua aprendizagem. Não tive a oportunidade nem a ventura de saber-lhe os processos da escrita e da construção, de instruir-me na sua linguagem específica, nos seus elementos normativos e teóricos, de penetrar-lhe os segredos das notações e sua articulação no tecido, no discurso sonoro. À semelhança da imagem sugestiva de Romain Rolland, jamais consegui entrar na basílica: fiquei cá fora, com os demônios que espreitam, acorados nas pedras, sob o pórtico...

Como arte, entretanto, sua projeção, sua força de expressão, comunicação, aglutinação, ("tôda grande arte é uma ceia", diria ainda Romain Rolland), sua repercussão ultrapassam as barreiras do entendimento intelectual para dirigir-se diretamente à emoção, à imaginação, ao espírito. Esse o domínio, êsse o território dos meus contactos, das minhas aventuras e da minha experiência com o mistério musical. Nêle não se tem necessidade de chaves ou de signos de análise, conhecimento e explicação. Basta abordá-lo ou receber-lhe a revelação, de coração isento e alma tranquila. O que se chama,

então, compreensão da Música não é mais do que um estado de graça, pleno de receptividade natural à sua sempre generosa e pura mensagem. Receptividade que se adquire, se afina, se aperfeiçoa, pelo hábito, pela convivência, pela frequência das obras-primas e dos grandes mestres, formando uma autêntica educação do ouvido e da sensibilidade. Já Aristóteles proclamava que nada chega ao intelecto sem antes passar pelos sentidos.

Diante da Música, sou, portanto, um simples amador, tomado êste termo no rigoroso sentido etimológico de “aquê-le que ama”. Receio, por isso mesmo, que, neste instante, o de que se houvesse mais necessidade aqui seria de um professor, para bem desincumbir-se da tarefa que a iniciativa de Moacir de Gois esquematizou como esforço de cultura e progresso ambientes, como tomada de posição do que se tem feito e do que se poderá fazer, de futuro, nos diversos planos educacionais.

Apesar dessas confessadas deficiências, não pude omitir-me, porém, ao dever público de participar de um Seminário de Estudos como êste, mesmo que a minha colaboração seja, sobretudo, uma tentativa de boa vontade e simpatia, sem ter a caracterizá-la bases práticas e experimentais.

* * *

“A Música, quer seja ela magia, arte ou ciência, estêve sempre ligada ao progresso da humanidade”, acentua o musicólogo francês Edgar Willems, no seu livro “Les bases psychologiques de l'éducation musicale”. Para prosseguir: “Ela tomou através das idades, fórmulas múltiplas, significações diversas. Nos tempos antigos, os Chineses, os Indus, os Gregos e, em geral, todos os povos orientais deram à Música uma importância considerável, unindo-a intimamente à vida religiosa e cívica”

“A música má diminui a força de vontade e chega a anulá-la completamente”, julgavam os velhos helenos. Seu papel era grande, assim, na Grécia, relativamente à educação, ao lado da poesia, da ginástica e da filosofia. De sua república, Platão expulsava os poetas, não os músicos. “O homem que

se exercida na ginástica, ganhará fôrça e ousadia, mas se não se ocupar, também, de música, será como o animal feroz, que emprega a todo momento a fôrça e a violência. As musas deram ao homem a harmonia musical, para que regule por ela os movimentos da alma e, com o auxilio do ritmo, reforme as maneiras desgraciosas e desmedidas”, dizia Platão. E aos olhos de Aristóteles, a música era essencial a uma educação completa. Jovem ainda, o grego se iniciava no uso da lira ou da cítara. Era, em suma, na Grécia, a educação musical uma questão do Estado. São Tomás de Aquino, muito mais adiante, daria à música o primeiro lugar entre as artes liberais, considerando-a a mais nobre das ciências humanas: “há tanta vergonha em não saber cantar como em não saber ler”, proclamava o doutor angélico.

Poderíamos tentar, aqui, uma evocação do prestígio e da influência da música através das idades, com a citação de tantas outras referências a seu respeito. Mas vale nos limitarmos apenas às concepções da época atual. Edgar Willems, há pouco mencionado, lembra, ainda, por exemplo, que “a educação bem compreendida não é somente uma preparação para a vida; é, igualmente, ela própria, uma manifestação permanente e harmoniosa da vida”. Quanto à educação musical, “constitui um apêlo à maior parte das faculdades superiores do ser humano”. E conclui: “O problema da educação é vasto e complexo. A música merece ocupar nêle um lugar importante. Ela enriquece a criatura humana pelo poder do som e do ritmo, pelas virtudes próprias à melodia e à harmonia; eleva o nível cultural pela nobre beleza que se irradia das obras-primas; dá conforto e alegria ao ouvinte, ao executante e ao compositor. A música favorece o *élan* da vida interior e dirige-se às principais faculdades humanas: a vontade, a sensibilidade, o amor, a inteligência e a imaginação criadora, além de ser considerada quase unanimemente um fator cultural indispensável”.

Essa educação musical, assim tão decisiva e importante na formação, na preparação da criatura humana, — quanto mais cedo começar, melhor. Já o disse Rousseau que a educação do homem se inicia com o seu nascimento; e Fénelon: “Os pri-

meios hábitos são os mais fortes”. E apenas, como acentuava o professor Zimmermann, “é preciso saber *inocular* a música na criança”. Os jovens são seres particularmente sensíveis, constituem matéria maleável e elástica, capaz de experimentar e reter impressões e sugestões numa profundidade, numa extensão que a idade adulta desconhece. Com seu poder de penetração, com sua força incantatória, com sua irradiação tentacular, a música encontra, no mundo infantil, campo largo e fértil à sementeira. Não se pretende,—é claro,— que cada criança se torne, em consequência, um artista, um profissional da música. Mas pela influência que pode exercer, — influência a que, em tese, já aludimos, e de que passaremos a tratar, mais adiante, em detalhe.

No seu útil ensaio “Bandinha Rítmica”, a professora Maria Helena Góis salienta com a sua experiência e a sua sensibilidade, tão vivas e flagrantes, como a música e o canto constituem as mais expressivas formas de livre manifestação da alma infantil “E através das rodas e dos brinquedos cantados”, — depõe a ensaísta, — “que nela desperta e se apura o senso rítmico, desenvolve-se a sensibilidade auditiva e a capacidade criadora. Associando o ritmo dos movimentos, — andar, correr, saltar, pular, ajoelhar, bater palmas, rodopiar, — à música vocal ou instrumental, vai ela adquirindo firmeza e precisão rítmicas, equilíbrio emocional e auto-expressão”.

A professora Maria Helena Góis indica como, na escola, deve-se associar canto e música às diversas atividades do currículo, como meio de motivação para despertar o interesse no aprendizado; porque a criança aprende, assim, mais facilmente as lições e encontra prazer no estudo e nas tarefas.

Bate-se ela, então, pela introdução, nas escolas, da bandinha de percussão, a bandinha rítmica, composta de instrumentos tão do agrado das crianças, com o seu enorme valor educativo; e suas razões são as de que, além de recrear, opera o desenvolvimento motor, disciplina os movimentos, desperta o gosto pela música, desenvolve o senso rítmico e motiva o espírito de cooperação. Contribuí, ainda, — e continuo repe-

tindo suas próprias palavras, — para desenvolver a atividade criadora pela imitação de sons e ruídos característicos, tais como o marulhar das ondas, o barulho do vento, o ronco do avião ou o ranger do trem, o trote do cavalo na estrada ou o pisar forte dos bois de canga.

Sob vários outros prismas, igualmente, o educador ainda irá abrindo ao jovem os amplos horizontes da música. Exercícios de entonação, canto de hinos, marchas, declamações rítmicas, sem excluir certos jogos e danças infantis em que a música tem a sua parte, como as cirandas. Naturalmente, também, que, com a sequência dos currículos, do primário para o médio, neste se farão imprescindíveis noções dos elementos gráficos, rítmicos, melódicos e harmônicos.

Um dos grandes fatores da educação musical, nas escolas, é o canto orfeônico. “A voz humana, — friza o professor Florêncio de Almeida Lima, — é o instrumento musical por excelência. Instrumento vivo, o aparelho vocal desenvolve-se e aperfeiçoa-se com o exercício metódico e orientado de acôrdo com a pedagogia da arte do canto”.

* * *

A Portaria n.º 300, de 7 de maio de 1946, emanada do então Ministério da Educação e Saúde, instituiu o ensino de canto orfeônico nas escolas secundárias brasileiras. E no seu texto se encontra a justificação de suas finalidades, em termos assim expressos: a) estimula o hábito de perfeito convívio coletivo, aperfeiçoando o senso de apuração do bom gosto; b) desenvolve os fatores essenciais da sensibilidade musical, baseados no ritmo, no som e na palavra; c) proporciona a educação do caráter em relação à vida social por intermédio da música viva; d) incute o sentimento cívico, de disciplina, o senso de solidariedade e de responsabilidade no ambiente escolar; e) desperta o amor pela música e o interesse pelas realizações artísticas; f) promove a confraternização entre os escolares. Na verdade, do ponto de vista pedagógico, o professor Florêncio de Almeida Lima bem resume a questão, quando exalta o canto orfeônico como um incomparável processo de homogeneização e harmonização, no sentido geral do

térmo, de grandes massas vocais incultas, com vistas à obra, eminentemente cívico-educacional, de disciplina coletiva, coesão, confraternização e concórdia entre os homens.

A palavra “orfeão” foi criada pelo musicólogo francês Bouquillon — Wilhem (1781-1842), com a reunião de um grupo de estudantes selecionados que êle fazia cantar em côro, sem acompanhamento, em Paris.

Em 1835, o canto orfeônico foi tornado obrigatório em tôdas as escolas francesas, sendo Bouquillon-Wilhem nomeado seu diretor-geral. Daí generalizou-se o nome “orfeão”. Hoje, tôdas as nações civilizadas incluem o canto orfeônico entre os elementos mais importantes na formação da cultura do povo.

No Brasil, data de 1902 a primeira tentativa de implantação do canto coletivo nas escolas, quando João Gomes Júnior o introduziu nas escolas de São Paulo. Em nossos dias, graças sobretudo a Villa Lobos, que realizou em tôrno da propagação do canto orfeônico movimento quase semelhante ao de Clavo Bilac em face do serviço militar obrigatório, — é relevante o seu lugar na vida estudantil da juventude brasileira. O Conservatório Nacional de Canto Orfeônico é o nosso estabelecimento padrão na matéria e foi nêle que se começou o ensino do canto orfeônico como processo educacional. Os Jesuítas já cantavam hinos com os índios, mas predominava aí o espírito de catequese. Hoje, diversos Estados já contam com entidades do gênero. No fim do govêrno Silvio Pedroza, foi criado, no Rio Grande do Norte, o nosso Conservatório, porém não houve tempo para a complementação das providências necessárias ao seu funcionamento, inclusive o provimento de suas cátedras.

Embora de caráter coletivo, o canto orfeônico não atinge às proporções e à natureza do canto coral, que já significa e importa num estágio mais elevado da educação musical.

A prática de cantar em conjunto é muito antiga, recuando suas origens até os povos primitivos. Egípcios, assírios, hebreus, ch'neses, gregos, a conheceram, sobretudo na celebração de ritos religiosos, com grupos especialmente preparados intervindo nas cerimônias ou solenidades com danças e

cânticos. Os gregos foram os que mais desenvolveram e ampliaram esse estilo de música, com a sua grande variedade de cantos: *ginopedias*, cantos de ginástica; *pírricos*, cantos e danças de guerra; *prosódias*, cantos de marcha dos cortejos aos templos; *hiporquemos*, espécie de pantomima cantada; *trenos*, cantos fúnebres; *ditirambos*, dedicados a Dionisos, deus do vinho; *peãs*, dedicados a Apolo, cantos de alegria, de vitória e de triunfo; *himeneus e epitalâmios*, cantos nupciais. Em Delos, realizavam-se concursos de coros, em honra de Apolo, tomando parte crianças e adolescentes dos dois sexos. Incluídos nas próprias representações teatrais gregas, os coros significavam a opinião publica, tanto nas comédias de Aristófanes, como nas tragédias de Sófocles, Êsquilo, Eurípides.

Depois da Grécia, foi a vez de Roma, onde com o evoluir dos tempos, sob a injunção de um sentimento natural, como lembra a professôra Ceição de Barros Barreto, que torna a música companheira inseparável das religiões, o canto simples e austero dos primeiros cristãos começou a surgir das catacumbas. Eram hinos e salmos, numa espécie de recitação entoada, decorrendo entre *responsórios e antífonas*, por grupos e solos. Esses cantos foram recolhidos, mais tarde, por Santo Ambrósio e São Gregório Magno, firmando as bases do canto-chão (*cantus planus*), fundamento da música litúrgica cristã, canto de uma só voz, em uníssono, moldando-se o seu ritmo nas acentuações de linguagem, nas divisões do fraseado.

No século VI, São Gregório Magno fundou a *Schola-cantorum*, para o estudo do canto e da música. Durante tôda a Idade Média, a música estêve ligada, mesmo subordinada ao serviço divino.

No século IX, inicia-se a época do contraponto, que é a própria polifonia, — arte de compor música para duas ou mais vozes ou instrumentos. As primeiras Universidades incluíram a música entre as suas disciplinas. No século XVI, foi o seu máximo período de esplendor nos quadros da liturgia romana, com o gênio de Palestrina comandando os destinos e a glória da música. Mas foi no mesmo século, com a Reforma e Lutero, que o canto coral encontrou suas grandes oportu-

nidades de prestígio e expansão, inclusive participando da vida diária das escolas. As autoridades raramente concediam o título de educador a quem não fôsse músico. Da segunda metade do século XVI ao primeiro quartel do século XVII, Bach, nas suas Cantatas, imprimirá ao coral o sêlo das formas prodigiosamente perfeitas que, nos séculos a vir, jamais serão imitadas ou repetidas.

A divisa: *a música governa o mundo e torna os homens melhores*, que se fez arma da reforma luterana, como recorda o professor Florêncio de Almeida Lima, produziu fecundos resultados. Conhece-se o amor que Lutero tinha pela música, contrariamente aos sentimentos que experimentava Calvino, o áspero e sêco pastor de Genebra. Esse amor está magnificamente definido num belo poema, em que Lutero dela fala como afile que dá a calma ao coração e o prepara e o abre à palavra e à verdade de Deus.

Dizíamos, contudo, que o canto coral implica numa fase mais adiantada da educação musical. Exige teoria, conhecimento, técnica. Na verdade, subordina-se a normas clássicas, visando a pura emoção estética. Transcende os limites mais simples e populares do canto orfeônico. Mas tanto, ou melhor, certamente mais do que se verifica no canto orfeônico, o canto coral é o regime da disciplina, do equilíbrio, da hierarquia. A expressão artística por êle determinada apresenta-se como uma das fórmulas infáveis e superiores do reino da música.

Não param aí, entretanto, os meios de educação musical na escola. Muito se pode obter, nos cursos médios, quando a inteligência dos jovens já se vai ordenando em categorias mais receptivas à compreensão estética, com as audições comentadas de discos, território de infinitas possibilidades e perspectivas de exploração, mas onde é preciso saber começar a conquistar o seu público, com tato e discernimento, subindo do mais acessível, do mais imediatamente captável e sensível ao mais por assim dizer difícil, de entrega mais lenta e paciente. Há quem sugira, por exemplo, uma iniciação pelos músicos românticos, dadas certas características mais sentimen-

tais e confessionais de sua música, ou por aquêles compositores nos quais a melodia, o canto seja elemento fundamental e expressivo. “Tende um belo canto, e vossa música agradará”, recomendava Haydn a seu alunos. A verdade, contudo, é que as correntes de acesso são múltiplas e de circunstancias imprevistas. Se é certo que há um Bartok (para citarmos um nome) de quem a audição inicial de determinadas composições pode, realmente, provocar inaceitações e desinterêses, não convindo, portanto, a elas expor-se inadvertidamente, — outros existem, como Mozart, cuja simplicidade é apenas aparente, como observa o historiador da música Emile Vuillermoz. Dado como “fácil”, — muita música, todavia, precisa ser ouvida antes para bem ouvi-lo e conhecê-lo.

Outros meios, ainda: as palestras sôbre audições e concêrtos, bem como sôbre a história da música e a vida e a obra de grandes compositores, o conhecimento dos instrumentos de banda e orquestra, dos diferentes gêneros musicais, das tonalidades maiores e menores, do caráter dos movimentos de uma partitura, das escolas e estilos musicais, através do tempo.

* * *

Que se tem feito, entre nós, na matéria, e que se poderá fazer no presente e no futuro?

Sem dúvida, sob êsse aspecto, já tivemos melhores épocas em nossa terra, com circunstâncias favoráveis animando o ambiente. Vamos tentar reconstituir algumas realizações e detalhes, desculpar-nos desde logo pelas possíveis omissões em assunto que, para ser completo, demandaria pesquisas mais amplas que as efetuadas. O ensino de música, na Escola Normal, se iniciou com a reforma procedida pelo govêrno Alberto Maranhão, em 1908. A êsse tempo, figuras ilustres no cenário musical do país, convidados por Alberto Maranhão, estiveram largos anos em Natal. Foram os maestros Smido, Nicolino Milano, Babin, entre outros, dirigindo importantes atividades artísticas, com irradiações nas poucas escolas existentes. Fizeram época, então, os concêrtos semanais no salão róseo do Palácio do Govêrno. Vimos, há poucos dias, no Instituto Histórico, uma

antiga fotografia: era um conjunto de cordas composto de alunas da Escola Doméstica de Natal. Quanto sugeria aquela imagem de moças de branco, sob os longos e pesados modelos da época, os penteados *démodés*, sobraçando os seus instrumentos!

Os mestres foram abandonando Natal, a vida musical arrefeceu. Em 1933, com a chegada de Valdemar de Almeida, vindo da Alemanha, onde fizera estudos musicais especializados, foi criado o Instituto de Música, no govêrno Bertino Dutra, de pronta repercussão nos meios sociais e nas escolas. Vieram, depois, o Curso Valdemar de Almeida e a Escola Santa Cecília, com avultadas matrículas. O Curso teve decisiva influência no desenvolvimento do gôsto pela música, entre nós, além da preparação de excelentes jovens artistas, alguns de posterior projeção nacional e internacional. Marcaram datas, ao tempo, as audições do Curso, em público, no Teatro, ou nas residências de alunos. Por sua vez, a professora Lourdes Guilherme daria, depois, ao Instituto de Música dias de labor construtivo e eficiente.

Na Interventoria Fernandes Dantas, com a criação dos Cursos de Aperfeiçoamento, muito floresceu o movimento musical. Valdemar de Almeida dirigia êsse novo setor do ensino e era diretor do Departamento de Educação o professor Severino Bezerra, nome imprescindível de citação, aqui, pois durante os longos períodos em que chefiou aquêlê Departamento, através de vários governos, e com uma soma de serviços realmente vantajosos aos interêsses educacionais do Estado, sempre colocou o ensino musical no alto posto que lhe era devido. Aulas eram ministradas diariamente, na sede da Associação de Professôres, a professôras de maiores aptidões musicais, com o seu aproveitamento nos diversos estabelecimentos onde passaram, por sua vez, a selecionar pequenas equipes orfeônicas. Turmas de professôras, mais de uma vez, compareceram ao Teatro, para apresentação de canto orfeônico e coral. Todos os grupos escolares natalenses e algumas escolas possuíam o seu orfeão, exibindo-se, principalmente, em solenidades cívicas, tendo havido, mesmo, certa oportunidade,

um torneio entre escolas oficiais e particulares. O professor Severino Bezerra chegou a articular a criação de uma banda de música escolar, constituída de alunos menores dos grupos escolares da Capital, e essa banda tomou parte em muitas festividades da cidade, além das simples solenidades escolares.

Obrigatória nas Escolas Normais do Estado, no Colégio Estadual, na nossa Escola Doméstica, e, de maneira mais rudimentar, nos cursos primários, a cadeira de música sempre teve a sua importância equivalente à de qualquer outra disciplina, pois é do que dela terão aprendido, no curso pedagógico, que as professoras irão servir-se, na iniciação dos seus jovens alunos dos bancos elementares, na falta de professoras especializadas.

Os orfeões ou corais do Colégio Santo Antônio, Colégio Salesiano (e recordamos, aqui, de passagem, um dos seus admiráveis e dedicados dirigentes, o padre Mário), do Seminário, do Colégio das Neves, do Colégio da Conceição, ou de instituições religiosas presbiterianas, eis algumas das organizações com que contamos, alternando, embora, entre fases de maior ou menor brilho. Atualmente, o Coral da Prefeitura Municipal é uma tentativa que merece a simpatia de todos, e daqui apontamos a conveniência da recuperação da Concha Acústica do parque Manoel Felipe, construída no governo Silvio Pedroza, e inaugurada, então, com o belo espetáculo de um magnífico conjunto coral de Pernambuco. Mas já se fala, também, de um próximo Coral Universitário. . .

De algum modo, assim, há uma presença e uma atividade musicais escolares, em nossa terra, embora suas proporções e suas repercussões deixem ainda muito a desejar, por consequências e efeitos práticos deficientes. Nossas instituições musicais de ordem cultural e artística superior, como é o caso da Sociedade de Cultura Musical, a que Carlos Lamas dedicou tanto do seu espírito e do seu entusiasmo, arrastam-se, por isso mesmo, numa existência precária e apagada, entre dificuldades de toda sorte: um público satisfatório às suas realizações ainda não foi possível formar em Natal. O esforço e o trabalho dispendidos nas escolas, sobre as turmas que se vão su-

cedendo, não chegaram a criar uma mentalidade musical amplada e generalizada, realmente interessada no assunto. Acentue-se e louve-se, de resto, a esta altura, a atividade de alguns cursos particulares, conservando acesa a chama do espírito

Temos, na verdade, — e indispensável é confessá-lo, — um baixo nível de cultura musical, que se exprime e se reflete no descaso pelas audições e concêrtos. Diríamos mais exatamente, no descaso quase generalizado pela música, — a grande maioria sob o pretexto de que não compreende, quando nenhum esforço sério, quase sempre, foi feito anteriormente, no caminho de sua abordagem, de sua aproximação, de seu cultivo, — e como se a música fôsse, em suma, objeto de explicação, de entendimento, e não, primacialmente, problema de sensibilidade, seu elemento essencial, — proclamou-o Henri Berr, — sendo o elemento lírico ou sentimental, como a poesia.

Já de início aludimos a êsses aspectos, mas sempre vale insistir, no final. “Compreender”, dizem os musicólogos Jean Chantavoine e Claude Rostand, é um verbo que se deve abolir da música. “Aprender (a conhecer)”, como sugere outro musicólogo francês, Jockues Ibert, seria a conceituação adequada e exata. “A primeira condição para ouvir música é esquecer, desde o limiar do mundo sonoro, que somos sêres dotados de palavras e nos abandonarmos inteiramente ao império do sentimento”, esclarecem Chantavoine e Rostand.

Que a música pertence, de fato, muito mais e de longe, ao domínio do sentimento do que ao da razão e da técnica, não é possível contradizer. Fala, por isso mesmo, aos nossos sentidos, à nossa emoção, à nossa alma, ao nosso espírito, à nossa capacidade de descobrir a beleza, — e nêles desperta ou não reações, repercussões, gostos, correspondências, negações. Naturalmente que se sabemos música, se estudamos música, a alegria e o encantamento serão de outra forma, envolvendo planos diferentes; mas a falta dêsses conhecimentos teóricos jamais impediu a quem quer que seja o gôzo puro e inefável do prazer musical.

Dizia Aristóteles que não sabia tocar flauta; bastava-lhe saber como se toca... Exige, sim, uma aprendizagem da arte

de ouvir, como já mencionamos. A grande música não se entrega, de imediato, ao primeiro chegado, sem que fiquem excluídas, no entanto, as possibilidades de amor à primeira vista... Já nos referimos, igualmente, a alguns meios úteis e mesmo indispensáveis a essa aprendizagem, mas outros se impõem, ainda, além dos ensaios sobre a história da música, as biografias dos grandes compositores, os estudos dos gêneros musicais, a natureza dos instrumentos e das vozes. Se a música é, peculiarmente, uma arte que cultivamos de acordo com o nosso temperamento, o nosso grau de educação geral, o povo de que fazemos parte, o meio em que vivemos,—é necessário, para a boa apreensão do fenômeno musical, uma integração no tempo, uma noção da atmosfera, dos costumes, do nível de cultura e civilização, da época em que tal ou qual compositor existiu e atuou, dos meios materiais de que podia dispor, das influências e circunstâncias em que sua música foi produzida. Não é admissível, por exemplo, bem conhecer e sentir Bach sem a noção da época e da ambiência, dos trabalhos e dos dias, das concepções e da conduta de Bach. Imposição, pois, fundamental: não ouvir música antiga com ouvidos atuais. A recíproca é verdadeira.

Outra coisa. Não devemos nem podemos nos refugiar junto a um só grande compositor, com exclusão dos demais. Nem num só deles, nem num só gênero ou tipo de música. Seria pôr de parte, preconcebidamente e lamentavelmente, terras e espaços cheios de beleza, de graça, de sabedoria, de encantamento.

Estas observações nos conduzem, de resto, ao problema da criação de categorias e hierarquias, fixando lugares e escalas de grandeza.

Como já se aconselhou, deixemos aos mestres, aos professores, o cuidado de atribuir colocações aos grandes artistas, isto é, se convém pôr Brahms depois de Schumann ou ao lado de Schubert. Ou Mendelssohn abaixo de Wagner ou de Liszt. Ou Mozart nos mesmos limites de Haydn. Para o amador verdadeiro da música, tais classificações não têm valor absoluto. Há momentos, na vida, em que é Beethoven ou

Haydn que supera todos os outros, e por vêzes é a João. Sebastião Bach que rogamos ajuda e compreensão. Outros momentos existem, ainda, em que é para Schumann ou Brahms que nos voltamos, porque, em determinada hora, somente êles detêm o poder de nos apaziguar e contentar.

Nossas solicitações, nossas necessidades, nossos gostos, nossos desejos podem mudar, outrossim, com os anos, os instantes, as oportunidades, as companhias. A êsse respeito, esta confissão de Rossini é uma palavra de experiência: costumava êle dizer que Mozart havia feito a alegria de sua mocidade, o desespero de sua maturidade e a consolação de sua velhice.

Mas há, também, aquelas pessoas que tratam a musica com desprezo, olhando-a de cima dos ombros, certamente porque não é prática, não tem sentido utilitário, não rende, não produz,—como se a beleza, em qualquer de suas formas de expressão artística ou literária, não fôsse uma coisa gratuita e não valesse como simples dispensadora de graça e de emoção, elevando e enobrecendo, com a sua só presença espiritual, os planos da existência quotidiana e material do animal humano.

Façamos da escola, portanto, como é legítimo e normal, pois Arte e Escola sempre se completaram uma à outra, a base mais sólida de operações para a melhoria das condições e das contingências inferiores em que nos debatemos. Quando se juntam, quando se incorporam à educação, na infância, cantigas de roda, recitativos cadenciados, exercícios de entoação, bandinhas rítmicas, — e se prossegue, na adolescência e na mocidade, com canto orfeônico, teoria e prática elementar da música, noções de instrumentos, gêneros, escolas e compositores, canto coral, — isto é, quando se faz da música, nesses periodos de formação, um elemento educativo essencial e permanente, então as últimas etapas serão quase sempre, por um processo natural de desenvolvimento, — e isso até mesmo fora de quadros profissionais,— os grandes, os sagrados territórios do reino da música: as paixões de Bach, por exemplo, os concêrtos de Mozart, os *lieder* de Schubert, a 9.^a e os quartetos finais de Beethoven, o *Requiem* de Brahms, as fabulosas arquiteturas wagnerianas, *Boris Godounov*, de Moussorgsky, o

mundo crepuscular doloroso e melancólico do fauno de Debussy, a *Sagração da primavera*, de Stravinsky, a *Noite Transfigurada*, de Schoenberg. Sem pôr de lado, na mobilização dos meios e recursos para essa tarefa de aperfeiçoamento e progresso, tôdas aquelas outras formas de divulgação e ilustração, através das sociedades de cultura, audições, seminários, cursos de conferências. Ainda em relação às escolas: urge tornar sempre o seu ensino mais vivo, mais real, mais humano, na superação da rotina, da modorra mecânica em que vegetam tantas classes, onde a música constitui mais um motivo de tédio, tortura mental e cansaço do que o cultivo da mais bela e sensível de tôdas as artes. Os processos e os métodos de que pode usar o professor, para bem ensiná-la e conquistar os diversos grupos de alunos, são, por assim dizer, incontáveis. Mas é preciso ensiná-la, sobretudo, em amor, dedicação, entusiasmo, fé. Como diz magistralmente a professôra Ceição de Barros Barreto: “Há uma educação a fazer-se em música. Ela não será completa se não compreendermos, porém, que há uma educação geral das crianças e dos adlescentes a fazer-se pela música”.

Plotino, egípcio helenizado, afirmava que há três caminhos para se chegar à Divindade: a Música, o Amor e a Filosofia. “Infeliz daquele que não sente a música em sua alma”, fustigava Augusto Comte. Há ainda, no entanto, aquela observação de um ilustre autor, concebendo a música como a única janela que uma criatura mortal pode abrir sôbre o Infinito...

A Avaria do “São Sebastião” fez Natal hospedar Caxias

TARCISIO MEDEIROS

Depois do “steam bot” de Fulton, em 1803, Séguin inventou a caldeira tubular, em 1823, permitindo à industrialização da força “vapor” o nôvo navio que afastou dos mares o secular prestígio dos “veleiros”.

O Brasil, dezesseis anos decorridos de sua independência, adotou de logo a inovação, instituindo a “Companhia de Paquetes de Vapor”, para explorar o serviço de cabotagem de nosso vasto litoral. Em 1839, tendo comprado em Liverpool os paquetes “SÃO SEBASTIÃO” e “BAHIANA”, no ano seguinte, tinha em serviço mais os “PERNAMBUCANA”, “MARANHENSE” e “PARAENSE” fazendo a linha do Norte, mediante subvenção do Govêrno Imperial de 14:000\$000 para as despesas de cada viagem, das duas marcadas por mês. No dia 25 de novembro de 1839, no dizer do desembargador Antônio Soares, entrava em Natal o primeiro navio movido a “vapor”, por certo, pertencente àquela Emprêsa.

A entrada do seguinte barco dêsse tipo, contudo, não foi tão feliz como a anterior, pois seria históricamente o primeiro de igual porte a sofrer avarias na barra de Natal.

O paquete a vapor “SÃO SEBASTIÃO” saiu do pôrto do Rio de Janeiro, em demanda do Norte, a 22 de dezembro de 1839, tendo a seu bordo illustres figuras da política da Côrte, como os Presidentes das Províncias do Ceará e Maranhão, ambos destinados a assumir seus postos administrativos. Na manhã do dia 16 de janeiro de 1840, bordejou ao largo da barra do Potengi e, ao transpô-la, tocou numa pedra e rompeu a pôpa, perto da quilha.

A derrota dessa embarcação, foi descrita pelo “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, na edição de 18 de fevereiro de 1840 (pág. 2 — Col. 1), que transcreveu parte do diário de bordo firmado pelo comandante, aos 22 de janeiro, no pôrto do Rio Grande do Norte: — “No dia 15 sahiu da Paraiba às 3 horas da tarde, e chegou à barra dêste pôrto, na manhã do dia 16; recebi a bordo o patrão-mór (habour master), e ao entrar por entre dois recifes, bateu o navio em uma pedra do canal, que estava abaixo da flôr d’água, sem contudo parar um só momento na sua carreira”.

E continúa a narrativa do sinístro: — “Mal dei fundo, examinei o machinismo e casco, e vendo que aquella não tinha sofrido damno algum, e que o navio não fazia agua, julguei que a avaria era pequena. Fui para terra com tenção de seguir viagem de tarde; mas voltando para bordo, soube do piloto que o navio fazia bastante agua. Decidi por isso verificar a extensão do mal e encalhar o navio para o que este porto oferece as maiores facilidades, pois, que as marés vivas sobem nove pés. Como na primeira maré não conseguisse o que desejava, por demandar o navio muito agua, descarreguei o carvão e então pude ver que a avaria se limitava ao cadaste no

cumprimento de quatro pés e igual porção da quilha. Principiarão já os reparos, mas como he muito provável que o vapor Pernambucana chegue aquí antes de estarmos promptos decidiu-se que os passageiros e malas se-guissem nelle para sotavento, e que nós regressassemos ao Rio, tocando em todos os portos intermedios. O di-nheiro que traziamos está depositado na thesouraria desta cidade, e será mandado para seu destino no Per-nambucana”.

* * *

Da minha pequena e proveitosa correspondência com o saudoso historiador conterrâneo Dr. Castelo Branco, últimamente falecido, recebi a confirmação dê-se acidente do “São Sebastião”, em nosso ancoradouro, face a íntegra do PROTESTO MARÍTIMO da avaria, como se verá: —

“Termo de Protesto que faço eu abaixo assinado Estevão Carlos Clewley, capitão de Fragata da Armada Brasileira e presentemente Comandante do Paquete Barca de Vapor Brasileiro “São Sebastião”: —

“Que tendo sahido do Rio de Janeiro para os per-tos das províncias do Norte, e tendo feito até a barra desta cidade minha viagem a salvamento, aconteceu, ao entrar hoje na barra deste rio, bater a dita barca com a prôa em huma pedra de picão do Sul, ao que deu lugar estar o mar muito cavado, pois que disse o pilcto mór da dita barra, que a meu bordo se achava, que nunca tal acontecimento lhe tinha succedido, e o mesmo tenho ouvido dizer a todas as pessoas que conhecem da barra; por isso mandei botar o prumo à bomba, e não se achou mais agua que a da caverna. Depois de ter fundeado, tornei a mandar examinar a bomba, e não se descobriu novidade; mas estando agora já com as fornalhas aces-sas e promptas a seguir aos portos do Norte, pelas qua-

tre horas da tarde mandei examinar a bomba, achou-se ter quarenta polegadas de agua no porão, em consequência do que mandei mergulhar na prôa do navio afim de ver se descobria alguma coisa, e me apresentarão hum pequeno pedaço de madeira; por isso consultei ao piloto, aos dous senhores presidentes que levo para o Ceará e Maranhão, e mais passageiros, e decidio-se examinar o navio antes de sahir; por isso protesto contra quem direito houver, e a favor de quem for, por todas as despeza, estadias, e mais prejuizos cauzados por tal acontecimento. Bordo do paquete barca de vapor brasileiro S. Sebastião, surto no Rio Grande do Norte, aos 16 de janeiro de 1840. Estevão Carlos Clewley, capitão de fragata comandante. — Tomaz Davidson, piloto, — Greffeth Grefetes, 1º. engenheiro. — Francisco de Souza Martins, Luiz Alves de Lima.”—

Do termo de protesto formado a bordo, já em uso na legislação marítima comercial do Império, chama a atenção a circunstância da officialidade ser tôda inglêsa, o que não era de causar admiração ao tempo em que Cockrane, Gremffel, Sheperd, depois Thompson, Norton, Kelmare, Cleare e tantos outros tinham sido os mestres formadores da nossa primeira Armada Imperial. Entretanto, um comandante de navio comercial, com o posto da Marinha de Guerra, não justificava apenas a momentânea falta de pilotos hábeis no manejo das recentes embarcações a vapor adquiridas na Inglaterra. Era que, no tirocinio e perícia daquêlê velho lôbo do mar, estava a garantia de levar a salvo aos seus destinos os dois presidentes de Províncias, com missões importantes e officiais a cumprir.

Isto, evidentemente, aconteceu. Do termo em referência, as duas assinaturas seguintes, singelas, quase sem expressão, representando mais o testemunho do evento, revelam dois vultos illustres de nossa História,

que passavam casualmente por Natal: — Francisco de Souza Martins, ou mais precisamente Dr. Francisco de Souza Martins, presidente nomeado para a Província do Ceará; e Luiz Alves de Lima, que outro não era senão o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Barão de Caxias, também nomeado Presidente da Província do Maranhão e comandante das armas do Piauí, Maranhão e Ceará.

* * *

O Brasil, em janeiro de 1840, estava no final da Regência Una de Pedro de Araújo Lima. Disse Gustavo Barroso que, naquêles ídos, “a fermentação dos espíritos que lavrava por todo país explodira no Maranhão num levante terrível, que se enraizava numa luta já antiga em que tomavam parte os partidos dos bentevis e dos balaios. Foi a revolução da “Balaiada”, que ensanguentou, por mais de três anos, as três províncias, parte do Ceará, Piauí e Maranhão. No Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, que tão bem já havia servido na guerra da Independência da Baía, na Campanha da Cisplatina e na Côte comandava o corpo de permanentes, fôra confiada a missão de liquidar o conflito e pacificar a região assolada pela guerra civil.

Por êste motivo, o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, que pela forma acertada como procedeu naquela campanha, ascenderia ao generalato e receberia, ainda, o título nobiliárquico de Barão de Caxias, em carne e ôsso passava, e não só isto, se hospedava por doze (12) dias em Natal, retido pela avaria do “São Sebastião”, “e enquanto aguardava uma escuna de guerra enviada de Pernambuco” para prosseguir viagem (J.C. do Rio, 18 de fevereiro de 1840 — pag. 2 col. 1). O documento certo, con-

firmatório desta notícia, está nas memórias do dr. Magalhães que, na qualidade de Secretário da Presidência do Maranhão, acompanhava Lima e Silva, transcrito na íntegra por Rocha Pombo em sua História do Brasil, vol. VII, pag. 519, edição de 1905: —

“Aos 22 de dezembro de 1839 sahiram do Rio de Janeiro o brigue Beranger com tropas e petrechos de guerra para o Maranhão, e a barca de vapor “São Sebastião” com o Coronel Lima e Silva e muitos officiais, e o dr. Francisco de Souza Martins, presidente nomeado para o Ceará. Ventos contrários desnorream o brigue, que foi arribar a Montevidéo; e a barca de vapor à Victória, Capital do Espirito Santo, de onde, depois de três dias, seguiu a sua rota, tocando na Bahia, Pernambuco, e mais portos até o Rio Grande do Norte, onde, ao abicar na barra aos 16 de janeiro, quebrou a quilha em um penedo occulto nagua, assás perigoso nas marés baixas. Reconhecida a impossibilidade de poder a barca continuar a viagem pelo grande damno que soffreu, ali ficamos 12 dias na cidade do Natal até que de Pernambuco chegou o brigue-escuna Guararapes, comboiando uma escuna com tropas para a provincia rebelada, e ali tocara para receber o contingente de 100 homens daquella provincia. A bordo do brigue fizemo-nos à vela a 28 de janeiro; deixamos no Ceará o dr. Souza Martins, que rendeu o presidente João Antônio de Miranda, removido para a provincia do Pará; e continuando nossa viagem, ancoramos no porto do Maranhão a 4 de fevereiro de 1840; a 5 desembarcamos com toda a solenidade devida á pessoa do novo presidente, que no meio de geral contentamento tomou posse no dia 7 de fevereiro”.

* * *

D. Manoel de Assis Mascarenhas, em janeiro de 1840, era o presidente da Província do Rio Grande do Norte, e Natal tinha a “CASA DO GOVÉRNO”, diz Câmara Cascudo, “na rua da Cruz, hoje Junqueira Aires, subida-da-ladeira, num casarão de uma porta e muitas

janelas, dum lado e do outro lado, onde está o edifício da Capitania dos Portos”.

Era Natal de seis mil almas, incluindo duzentos escravos, aproximadamente, esparramada entre sítios e quintais da Cidade Alta e Ribeira, ornada de um cinturão farfalhante de verdes coqueirais. Natal de ruas arenosas, tortas e raras, iluminada aqui e alí de poucos lampiões de “bico de azeite”. Natal que se recolhia ao ruído da “caixa das nove” do Batalhão de Linha, sediado na Praça Tomaz de Araújo, com mêdo do Lobisomem da subida da Ribeira; do Batatão, que aparecia no Salgado, ou da Burrinha do Padre ou da Mula sem Cabeça.

Êstes eram os costumes da plácida cidade que recebeu o futuro Barão de Caxias, seus garbosos oficiais e comitiva, e os hospedou por 12 dias. Certamente, aquêles cidadãos de qualidade na “Casa do Govêrno”, os demais, entre os principais do lugar, como era uso, então, pois a barca a vapor alijara tôda a carga e encalhára na margem oposta do Potengi, para os reparos imprescindíveis.

Festas, passeios, recepções, quem poderá afirmar que as houve? Bailes, tão pouco, vez que êstes só foram introduzidos em Natal depois de 1850, como afirma o mestre Cascudo. Assim, pouco, muito pouco, podemos oferecer àquela “distinta embaixada”. Talvez, alguma coisa dos pratos e frutas da terrinha, e, no ritual das apresentações às autoridades, uma fração mais disposta de nossa pequenina sociedade, vestida, na visão de Tavares de Lyra, ao rigor do tempo: — “homens, em casacas pretas ou azuis, calções abotoados ao joelho, meias de sêda, colête fechado acima dos peitos, gravatas de meio-laço envolvendo o pescoço, chapéo alto e sapatos de entrada baixa; e, as mulheres, de vestido de sêda, se-

tim ou veludo, sapatos de velbutina, com fivelas sôbre meias, os ombros envoltos em mantilhas e, no talho aberto, o colo enfeitado de colares de ouro, orelhas com brincos de argolas e o penteado alto de cocó”, com grande pente trepa-moleque segurando o véu.

E’ possível que as matronas houvessem, recatadamente, presenciado êsses atos, deixando a moçada nas camarinhas fazendo serviço de agulha, ou renda de almofada, receiosa, olhando pelas grêtas das janelas dos “copiás” o passar, nas calçadas largas, as silhuêtas das fardas multicôres. O recato às rígidas regras sociais da época, devem ter impedido uma aproximação maior, mais alegre, que amenizasse o tédio da espera de outro barco que os levasse aos seus destinos.

Quando daquí zarparam, a 28 de janeiro de 1840, sossegando muito pai de moça solteira, Natal alvorçada, tímida daquela convivência inusitada, voltou a quietude costumeira, parada, constante à repetição diária dos hábitos de cidade provinciana, recolhendo-se cêdo ao toque da “caixa das nove”, com suas crêndices e superstições. E, por isto, a tradição calou e os registros silenciaram de como hospedou Caxias, o homem importante, militar inegalável, logo mais um símbolo vivo da própria nacionalidade.

Todavia, a repercussão do sinistro do “SÃO SEBASTIÃO” foi a única que perdurou teimosa, causando reais prejuízos à vida econômica e social da cidade. A pedra do “picão do Sul” da barra do Potengí, assustou a navegação de cabotagem a vapor, principalmente porque, a par do perigo latente, nenhum valor comercial possuía

o nosso pôrto de então, como proclamava o mesmo “Jornal do Comércio” de 18 de fevereiro de 1840: — “Tanto êste Porto como o da Parayba oferecem bastante risco na entrada, e como são de muito pouco comércio, he para lastimar que os paquetes de vapor sejão obrigados a tocar nelles”. E não tocaram mais.

Por trinta anos consecutivos, os navios fundeavam no “Lamarão”, fóra da barra, resguardados de bater no “cabeça do negro”, outro escolho perigoso. Descarregavam e carregavam, deixavam e recebiam viajantes sôbre jangadas, catráias e pontões. Os passageiros, conta Cascudo, em “A Cidade do Natal”, “iam para um embarque cheios de pitoresca originalidade, exceto para as vítimas, sacudidas pelo mar, molhadas e arriscando a vida”.

Sòmente a 13 de janeiro de 1875, fundeou outro vapor no estuário do Potengí. Foi o “São Jacinto”, porém de rodas, fundo chato, de pouco calado, apropriado às viagens fluviais. Vapor mesmo no duro, de verdade, só a 4 de outubro de 1902. Desbastada a pedra, aprofundado o canal de acesso, o “Planeta”, da Lloyd Brasileiro, embandeirado em festa e apitando alegremente, lançava âncoras no Potengí, frente a cidade tôda augurando nova era, completamente esquecida das causas e consequências da avaria do “São Sebastião”, que ‘em priscaeras’ fizera Luiz Alves de Lima e Silva, o Caxias, passar 12 dias entre nós.

Augusto Leopoldo, Líder de Oposição

ANTÔNIO SOARES FILHO

— Sócio Efetivo —

(Discurso de posse na Academia Potiguar de
Letras, em 21-10-1961)

Na primeira vintena do século, quando os navios aportavam regularmente em Natal, certo dia chegou do Norte um vapor de passageiros. Enquanto a embarcação se acostava ao trapiche, uma dama distinta e elegante assomou ao convés de desembarque, ergueu o véu de viúva, que lhe cobria o belo rosto, perlongou a vista sôbre a cidade que se debruçava no rio e recordou suavemente o passado distante. Em seguida, sobraçando um pacote, desceu sôzinha a escadaria de bordo, alcançou a cidade e procurou a residência do dr. Augusto Leopoldo.

O destemido político e jornalista não reconheceu a visitante, que abria o pacote e lhe entregava rico chapéu de chile. Ao se identificar, Augusto Leopoldo sorriu, cheio de emoção e bondade, verificando que a virtude da gratidão, inalterável pela fisionomia do tempo, ainda existia pelo mundo.

Quando a visitante se retirou, para continuar viagem, o velho político foi ao espêlho, para experimentar melhor o chapéu, ajustou os óculos de míope, demorou o olhar em sua imagem refletida e pareceu-lhe que se tornava muitos anos mais moço, retornando ao tempo em

que tivera início a história que terminava no recebimento daquela afetuosa dádiva, chegada do extremo Norte.

A sêca de 1877, a mais pavorosa do Nordeste, tangia os flagelados para o litoral, pontilhando as estradas de mortos, que sucumbiam pela fome e sêde. Os animais de montaria, único transporte da época, já haviam sido sacrificados. As alpercatas e os pés nus batiam o solo ressequido em busca da Terra da Promissão, sem que os peregrinos recebessem o maná do Céu e a água do Monte Horeb do êxodo israelita.

No Oitizeiro, nas proximidades do local onde hoje se ergue a usina elétrica, sob frondosa árvore, foi encontrada uma família de retirantes, nos estertores da fome, sem mais fôrças para atingir a cidade. Prestados os socorros, algum tempo depois a família embarcou para o Amazonas, em busca do el-dorado da borracha, deixando uma menina para ser criada por humilde servidor da Tesouraria da Fazenda. A criança cresceu e tornou-se donzela de extraordinária beleza.

Um dia apareceu em Natal, acompanhado de comitiva, certo General incumbido de examinar as fortificações costeiras. Do grupo fazia parte um Tenente, ajudante de ordens, que se enamorou da moça e a raptou, contando para isso com o assentimento do General. Em a noite do embarque para o ancoradouro externo, onde se encontrava o navio que levaria a comitiva para o Norte, o boteiro verificou ser mulher a pessoa que, vestida com um capote de militar, era, pelos outros passageiros da embarcação, chamada de "cadete".

Espalhada rapidamente a notícia na pequena cidade, Augusto Leopoldo, então Juiz de Órfãos e Capelas, cargo que exerceu de 1886 a 1889, foi acordado a desoras

pelo pai de criação da moça, o qual solicitou providências contra o General e sua comitiva.

Imediatamente o Juiz de Órfãos e Capelas telegrafou para Fortaleza, solicitando a busca, apreensão e devolução da menor, no que foi atendido. Instaurado o processo criminal contra os raptadores, foi expedida precatória para o Juízo competente de Manaus. Se o Tenente tinha a proteção do General, a órfã teria o amparo da Justiça, representada pelo juiz íntegro e corajoso nas suas lutas contra a prepotência e o favoritismo.

A instrução criminal foi tumultuada, suscitando-se conflito de jurisdição, em virtude de o General estar envolvido na denúncia. O Conselho de Estado decidiu pela competência do juiz do cível e o processo caminhou para a sentença.

Quando o Tenente, que se encontrava às vésperas de promoção, constatou que seria condenado e preso, enviou de Manaus procuração bastante para casar-se com a ofendida, autorizando, ainda, o internamento da esposa em colégio do Recife. Depois de educada, a jovem foi morar em Fortaleza, na companhia de uma tia do marido.

Os tempos se passaram. Um dia, o antigo Tenente, já com os galões de Tenente-Coronel, em viagem para o Amazonas, visitou a tia que morava no Ceará. Da sala de visitas, viu uma moça bela e distinta, que cuidava da mesa para o almôço.

“Minha tia”, perguntou o Coronel, “quem é aquela moça tão bonita?”. A tia respondeu displicentemente: “Aquela moça bonita é a sua esposa...” O Coronel ficou encantado e prosseguiu viagem levando a cara metade.

A vida continuou. O antigo Tenente alcançou o

generalato e as mais altas posições políticas, inclusive o mandato de Senador da República e Governador do Estado do Amazonas. Costumava dizer que sua terra tinha dois governos: um para os negócios do Amazonas e o outro, referindo-se à espôsa, para os interesses do Rio Grande do Norte.

Aquela passageira em trânsito, formosa e distinta, que ergueu o véu de viúva para contemplar a cidade e desceu as escadarias de bordo conduzindo um pacote, iôra primeira dama do Amazonas e não havia esquecido o juiz de órfãos, que estendera a proteção da lei, para salvar a honra da antiga retirante do Oitizeiro.

* * * *

Augusto Leopoldo Rapôso da Câmara nasceu no engenho “Porão”, município do Cearámirim, em 22 de agosto de 1856. Era filho legítimo de Manuel Leopoldo Rapôso da Câmara e de Antônia Carrilho do Rêgo Barros. Consorciou-se em 4 de outubro de 1890, em Natal, com Maria Pia Pereira, “a maior pianista de seu tempo”, no dizer do maestro José Cirone, e filha do Comendador Joaquim Inácio Pereira, Vice-Cônsul de Portugal. Enviuvou em 15 de outubro de 1923. Faleceu na cidade de Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1941, aos 85 anos de idade, ainda em plena lucidez de espírito.

Do seu casamento foram criados cinco filhos: Abelardo, Mário, Paulo, Aluísio e Maria da Conceição, o primeiro já falecido. A educação primorosa que Augusto Leopoldo deu aos filhos fez com que todos os varões se distinguissem na vida pública brasileira. O dr. Aluísio da Câmara é professor da Faculdade de Medicina, na Universidade do Estado do Rio e na Universidade do Brasil e é médico psiquiatra de renome no Estado da Guanaba-

ra. O dr. Paulo da Câmara é das mais altas autoridades em assuntos de previdência social no país. Exerceu a Presidência do Conselho Superior de Previdência Social, do Conselho Atuarial, do Instituto dos Marítimos e do Instituto de Resseguros. Foi suplente de Senador pelo nosso Estado. O dr. Mário Câmara, renomado técnico em assuntos fazendários, durante muito tempo ocupou o cargo de Delegado do Tesouro Nacional em New York. Em 1933, quando servia no Gabinete da Presidência da República, aceitou assumir o cargo de Interventor Federal no Rio Grande do Norte, exercendo as funções até à reconstitucionalização do Estado. No Governo Café Filho, foi Ministro de Estado e atualmente é Diretor da Willys Overland do Brasil S/A.

Augusto Leopoldo, pelo lado paterno, descendia de uma das mais antigas famílias brasileiras, cuja origem remonta, segundo as investigações de Luís da Câmara Cascudo e de Aduauto Miranda Rapôso da Câmara (“Anuário Genealógico Latino”, vol. 5, 1953), a João Gonçalves Zarco, que, em 1419, descobriu a Ilha da Madeira, recebendo, mais tarde, de El-Rey Afonso V, novas armas e o direito de usar seu nome com o apelido “Câmara dos Lobos”.

No Rio Grande do Norte, o genearca da família foi o Tenente Manuel Rapôso da Câmara, da Ilha de São Miguel, que, em 1719, já era domiciliado na Capitania, onde se consorciou com a natalense Antônia da Silva, originando-se daí a imensa e respeitável família que, como lembrou Aduauto da Câmara, “tanto se distinguiu na vida pública do Rio Grande do Norte, por mais de dois séculos.”

Esta cadeira será, portanto, de origem bem por-

tuguêsa e ilhôa. O patrono e o primeiro ocupante são de troncos diferentes, ambos, porém, procedentes da Ilha de São Miguel, no arquipélago dós Açores.

* * * *

Terminando em Natal os seus estudos de humanidades, Augusto Leopoldo ingressou, em 1876, na Faculdade de Direito do Recife, tendo-se bacharelado em 1880. Foi contemporâneo de Clóvis Beviláqua, seu grande amigo, de Viveiros de Castro, Benedito Leite, Urbano Santos e Celso Aprígio Guimarães. Sua turma foi uma das mais brilhantes que por ali passaram, dela fazendo parte Justo Leite Chermont, Henrique Augusto Millet, Antônio Serapião de Carvalho, Clodoaldo de Freitas, Manuel C. de Oliveira Escorel, Manuel Aureliano de Gusmão, Melchisedeck Matusalém Cardoso, Sancho Bittencourt Berenguer César, Pedro Tomaz de Queiroz Ferreira, Laurindo Carneiro Leão, Tarquínio Bráulio de Souza Amarante Filho, Virgílio Brígido e outros, que tanto se afirmaram e brilharam na magistratura, no magistério superior, na política e na vida pública do país.

Ainda nos bancos acadêmicos do Recife, manifestou acentuada inclinação para o jornalismo e a política. Juntamente com Tarquínio de Souza, Sancho Bittencourt, Jaime Rosa, Bandeira de Melo e outros, fundou um jornal de combate, “O Protesto”, e o Clube Conservador Acadêmico.

Logo depois de formado, recebeu convite do deputado Amaro Bezerra, um dos mais prestigiosos políticos do Estado, para ser seu lugar-tenente na política. Recusou o honroso convite e filiou-se ao Partido Conservador, ou, mais precisamente, à facção que obedecia ao comando do Conselheiro Tarquínio Bráulio de Souza Amaran-

te, elegendo-se deputado provincial em 1882, ocupando na Assembléa o cargo de Secretário. Era o líder de seu Partido, destacando-se na tribuna pelo espírito combativo com que defendia os interesses públicos.

Em 1891, participou do 1º Congresso Constituinte Estadual, assinalando-se sua passagem na Assembléa como autor do projeto da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

Após o movimento de que resultou a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, da Presidência da República, ficou em oposição, durante quase trinta anos, aos sucessivos governos do Estado, assumindo, mais tarde, a chefia das forças que combatiam a situação política dominante.

Foi eleito deputado estadual duas vezes (13ª. e 14ª. legislaturas).

Concorreu várias vezes a eleições para deputado federal, só logrando ser reconhecido pela Câmara em 1912, tendo exercido o mandato na legislatura 1912-1914.

Em referência ao exercício do mandato federal, vale relatar dois ligeiros episódios, mesmo considerados de menor significação, a fim de que recortes de imprensa, porventura exumados de velhos arquivos, revelem o seu exato sentido, que o partidarismo político daqueles tempos não permitia aparecerem na nudez de sua verdade.

Na Câmara Federal, votava-se um projeto de lei isentando de tributação vários utensílios usados nas pequenas indústrias. O deputado Augusto Leopoldo ofereceu emenda aditiva incluindo na isenção o ferro de engomar. Logo um jornalista da imprensa potiguar, ligado ao situacionismo daquele tempo, tentou fazer humorismo sobre a indicação do representante conterrâneo.

Hoje, que tanto se fala em reivindicações trabalhistas, lembremo-nos de uma época em que não existia o ferro elétrico de engomar e que numerosa era a classe das humildes engomadeiras, necessitadas de comprar a preço mais baixo o instrumento de sua modéstia indústria.

De outra feita, discutia-se nos jornais determinado assunto, quando apareceu menção à honra do deputado federal da oposição, mas, composto o vocábulo com a inicial em caixa alta. Novo motivo a provocar a verve dos verzejadores da redação do órgão governista, os quais, embora sem azedume, glosaram em trovas o mote que poderia ter sido um simples êrro tipográfico. Em edições sucessivas, variados versos se amontoavam sôbre o mesmo tema.

Pode-se hoje afirmar, pelo testemunho do único redator sobrevivente, que todos aquêles que trabalhavam no jornal oficial, sem exceção, homenageando a verdade, eram convencidos e proclamavam em conversas na redação, que a honra pessoal do deputado oposicionista bem merecia ser grafada com h maiúsculo.

Outros cargos importantes ocupou Augusto Leopoldo, na vida política e administrativa do Estado, servindo a sua terra com o alto gabarito de sua personalidade e marcada vocação de homem público.

Exerceu, ainda no tempo da Monarquia, o cargo de Chefe de Polícia, nos govêrnos de Álvaro Costa e Moreira Alves, Presidentes da Província fiéis à tradição brasileira vigorante até 1930, que ia buscar os Chefes de Polícia entre os magistrados, concorrendo, dêsse modo, para o prestígio e a influência decisiva dos doutores da lei na vida pública, orientação nacional que evitou o caudilhismo no país, benesse que insulou o Brasil da constante

sul-americana e nos trouxe a maturidade de uma consciência jurídica capaz de resolver as crises políticas sem o horror da guerra civil.

No Governo do Presidente Adolfo Gordo, ocupou cargo de relêvo na administração. Foi Procurador da República de 1895 a 1901. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A Associação de Escoteiros do Alecrim conferiu-lhe a "Flôr de Lis", de prata.

Já se achava afastado da política partidária, quando o Governador Antônio José de Melo e Sousa foi buscá-lo para Secretário Geral. Com a transformação política ocorrida no Estado, foi eleito Vice-Governador e, conseqüentemente, Presidente da Assembléia Legislativa, para o período 1924-1928, tendo assumido o Governo cinco vezes, em caráter interino, em uma delas debelando séria crise financeira e restabelecendo a confiança popular em seus dirigentes.

Na Interventoria Hercolino Cascardo, viu-se, mais uma vez, chamado a prestar serviço ao Estado, como Diretor do Departamento da Fazenda.

Durante alguns anos, dedicou-se à advocacia, foi membro do Conselho da Ordem e Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Norte.

Sua advocacia preferencial era a defesa dos réus pobres. Os juizes sempre solicitavam seu patrocínio para os acusados que não podiam pagar os honorários de defensor, vez que êle jamais recusava cumprir o dever profissional e funcionava nos processos com todo empenho e dedicação. Fez época em Natal notável defesa que proferiu em um júri por crime de infanticídio, no qual era acusada Regina Marta.

Certa vez, a Intendência Municipal citou-o judicialmente, para pagamento de impostos atrasados de décima urbana. O executado, em conversa com um amigo, manifestou seu desagrado pelo ato hostil da edilidade, que nunca lhe pagara qualquer remuneração pela defesa dos réus pobres. O fato chegou aos ouvidos do Governador Alberto Maranhão, o qual determinou à Intendência que suspendesse a execução e fizesse encontro de contas com o devedor de impostos. Êste procurou o amigo que voluntariamente levara a notícia ao Governador, agradeceu-lhe a interferência amistosa, porém fê-lo ciente de não desejar receber favores do Govêrno que êle combatia. Afinal, convenceram-no de que Alberto Maranhão apenas fizera um ato de Justiça.

* * * *

Nos fins do século passado, o estado-maior da opposição a Pedro Velho era chamado “Grupo da Botica”, porque se reunia diàriamente na farmácia do Comendador José Gervásio de Amorim Garcia, à rua do Comércio, hoje rua Chile, na Ribeira. O grupo era constituído do proprietário da farmácia, de Francisco Amintas da Costa Barros, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Antônio de Amorim Garcia, Belmiro Milanês de Loiola, Antônio Antunes de Oliveira, Pedro Soares de Araújo, Augusto Leopoldo e outros. Quando José Gervásio se mudou para o Recife, fechando a botica, o grupo passou a reunir-se na casa vizinha, residência de Amintas Barros.

No dia 22 de fevereiro de 1899, pela manhã, Augusto Leopoldo encontrava-se em sua residência, quando foi surpreendido pela notícia da morte repentina de Amintas Barros, com quem palestrara na véspera. O velho Amintas amanhecera bem disposto e estava distribuindo

milho alpiste pelas sessenta gaiolas de seus passarinhos, quando alguém, na porta, anunciou a morte de Urbano Avelino, irmão do jornalista Pedro Avelino. Incontinentemente, sentiu violenta dor no coração e caiu fulminado pela morte.

As maneiras discretas e respeitosas de Augusto Leopoldo não impediam a afetuosidade de suas amizades. Sentiu profundamente a morte do correligionário e amigo. O choque recebido com a notícia perturbou-o de tal modo que saiu às pressas de casa, descendo a ladeira a pé. Tivera tempo de pôr o chapéu, mas esquecera as meias e as botinas, entrando de chinelas na casa do morto.

* * * *

Em suas andanças de campanha política, chegou, certa tarde, ao pequeno município de Papari (posteriormente a iconoclastia legislativa mudou o nome do município para Nísia Floresta), a fim de promover o alistamento eleitoral de seus correligionários, o qual vinha sendo obstado pelo chefe governista local, Presidente da Intendência e, nesta qualidade, Presidente da Junta Eleitoral.

Acompanhado de alguns correligionários, procurou o Presidente da Junta, mas êste recusou o alistamento pretendido. Levantando o seu protesto, Augusto Leopoldo começou a falar na sua qualidade de “cidadão brasileiro”, porém foi interrompido pelo Presidente, que disse peremptoriamente: “O senhor pode ser cidadão brasileiro em tôda parte do mundo, menos em Papari...”

O Presidente indeferiu de plano o pedido, motivando que o alistamento viciado fôsse depois anulado totalmente.

Mas, passados anos, as posições políticas se invertem: Augusto Leopoldo era Secretário Geral do Governo; o antigo chefe político estava na oposição.

Um dia, o Secretário Geral soube que o velho e arrogante adversário político estava gravemente enfermo e internado, como indigente, no Hospital Juvino Barreto.

Imediatamente, deu ordens diretas para o Hospital, no sentido de que o doente fôsse internado em quarto particular, por conta do Governo do Estado, recomendando, ainda, que lhe fôsse prestada tôda a assistência necessária e concluindo suas ordens com a declaração categórica: “Um cidadão que, durante tantos anos, dirigiu um município, não deve, nos seus últimos dias, ser abandonado pelo Estado.”

E o velho chefe político veio a falecer, dias depois, cercado de todo o confôrto que lhe foi proporcionado pelo que não podia ser cidadão brasileiro na sua terra.

A lição eterna do samaritano bíblico deveria repetir-se amiúde. A obra de misericórdia, que melhor reflete a vontade de Deus, é aquela feita por quem menos tinha a obrigação de fazê-la.

* * *

Duas coisas Augusto Leopoldo nunca possuiu: anel de bacharel e arma de qualquer espécie.

Quando entrava numa casa comercial, no Recife ou no Rio de Janeiro, sentia um secreto prazer, pelo pitoresco, quando o caixeiro o tratava de Coronel. Mais vale ser douto do que doutor.

Apesar de sua simplicidade de maneiras e perfeita amabilidade, era tido por alguns como sendo orgulhoso. O motivo era simples. Extremamente míope, usava grossas lentes, mas de grau inferior ao necessário, porque elas

já pesavam demais sôbre o nariz. Assim, na rua Dr. Barata, por exemplo, caminhando por uma calçada, muitas vezes deixava de corresponder ao cumprimento de alguém que ia pela outra, unicamente porque não o tinha visto.

Nas suas campanhas políticas pelo interior do Estado, viajava a cavalo, acompanhado de um bagageiro, sem arma de espécie alguma. Jamais teve um guarda-costas, mesmo nas mais acesas lutas políticas. Era destemido, sem fanfarronice.

Certa vez, um ex-vaqueiro de seu pai, protegido por adversários políticos, resolveu tomar à valentona as águas da fazenda a que servira antes. Obstado por um dos proprietários, pelo novo vaqueiro e seu filho, abriu fogo contra eles, matando o último e fugindo com o bando.

Imediatamente, Augusto Leopoldo dirigiu-se à sede da comarca, a fim de promover a prisão e o processo do criminoso. As ameaças choveram contra êle, porém não o perturbaram.

No dia do julgamento, não confiando na atuação do promotor e sabendo que havia um conlúio para absolver o réu por unanimidade, compareceu para funcionar como auxiliar de acusação.

Na sala do júri, o ambiente era de terror contra êle. Entretanto, completamente desarmado, fez esmagadora e violenta acusação, que fez tremer o criminoso e seus protetores.

As previsões do auxiliar de acusação confirmaram-se integralmente. Mas, o seu destemor e autoridade moral impediram que sofresse qualquer desacato.

Augusto Leopoldo foi advogado, magistrado, legislador, político, administrador, e sua vida de varão de Plutarco, só por só, constitui um patrimônio moral do Estado. Era um pedaço do melhor Rio Grande do Norte. Mas, antes de tudo, foi o jornalista de oposição, forte e conciso, que recriminava sem ofender, dizia sem ocultar, vigiava sem desfalecer. Sua atuação na imprensa destacou-se, sobretudo, pela intransigente atitude a favor da moralidade administrativa, dos direitos das minorias e da extinção dos monopólios lesivos ao Estado, como o do sal, que impedia o desenvolvimento de larga faixa litorânea. Quando se iniciou o embarque de milhares de retirantes nordestinos para a Amazônia, vibrou em seu jornal, apontando o despovoamento de nossa região e chamando “navios negreiros” às embarcações que saíam para o Norte.

Colaborou no jornal “Rio Grande do Norte” e, com o falecimento do Coronel Elias Souto, assumiu a direção do “Diário do Natal”, procurando dar-lhe nova feição, porém mantendo a linha partidária que vinha seguindo, havia anos. Embora o jornal não produzisse renda suficiente para a sua manutenção, complementava a receita com os próprios recursos.

Uma plêiade de intelectuais o ajudou na nova fase do jornal.

Pedro Alexandrino foi dos primeiros a acudir ao chamado. Carpinteiro, maior de idade, analfabeto, quando voltava do trabalho passava, diariamente, pela escola primária do professor Zózimo Platão de Oliveira Fernandes, mantida pelo industrial Juvino Barreto, junto à fábrica de tecidos, no começo da ladeira, hoje avenida Junqueira Aires. Parado, observando as lições, da ja-

nela, chamou a atenção do professor, que o convidou a participar das aulas noturnas. Aceito o convite, o carpinteiro tornou-se, em pouco tempo, o melhor aluno da classe, concluindo o curso primário com rapidez. Ingressando no Ateneu Norte-Riograndense, foi aluno brilhante, tanto que, vagando a cátedra de Português, foi nomeado interinamente, quando ainda não concluíra o curso. Em plena euforia da carreira fenomenal, Pedro Alexandrino casou-se, tendo êsse consórcio durado menos que as rosas de Malherbe, porque não passou da primeira noite de núpcias. Infeliz no amor, tornou-se boêmio, com notável cultura dos clássicos portugueses e sólido conhecimento dos preceitos gramaticais.

Na nova fase do “Diário do Natal”, foi o colunista político de maior vibração já havido, até hoje, no Estado, pelo estilo terso, português castiço e agressividade irresponsável.

Pedro Alexandrino foi companheiro de Augusto Leopoldo, no “Diário do Natal”, até o fim dêste. Seus últimos artigos mostravam-lhe os dons oratórios, dado que os ditava, naquela preocupação dos períodos “redondos”, com a ênfase e o brilho do estilista conhecedor profundo da língua.

Vital Bezerra Cavalcanti, hoje alto funcionário do Ministério da Fazenda, aposentado e residente em Belo Horizonte, foi outro elemento de valor na redação do “Diário do Natal”. Era redator político, que substituiu o Diretor nos comentários partidários e o auxiliava nos trabalhos de redação.

Angione Costa, patrono de uma das cadeiras da Academia Potiguar de Letras, que faleceu como catedrático da Universidade do Brasil e do Museu Nacional, au-

tor de notáveis obras sôbre arqueologia brasileira, iniciou-se como simples revisor e colaborador do “Diário do Natal”. Passados muitos anos, encontrou em Ipanema, de volta de uma missa, o velho lidador, já octogenário, muito míope, mas sempre erecto e de lucidez admirável. Escreveu, então, na revista “Vamos Ler”, uma crônica muito afetiva, lembrando os velhos tempos de sua cidade, a passagem pelo “Diário do Natal”, bem como a influência que Augusto Leopoldo tivera no limiar de sua carreira.

Na comemoração do centenário de seu nascimento, em 1956, no Centro Norte-Riograndense, no Rio de Janeiro, nosso ilustre conterrâneo, deputado Pereira da Silva, da bancada do Amazonas, lembrou o tempo no “Diário do Natal”, quando, vindo de Macáu, para encaminhar-se na vida, encontrou em Augusto Leopoldo o amigo que o amparou e o conduziu no começo de suas atividades.

O saudoso professor Clementino Câmara também deu os primeiros passos no velho “Diário do Natal”, a que serviu, com entusiasmo, durante algum tempo.

Vive no Rio, aposentado como Delegado de Polícia do Distrito Federal, o poeta e jornalista norte-riograndense Severino Silva, antigo auxiliar e colaborador do jornal oposicionista.

Mas, na fase mais ativa do “Diário do Natal”, surgiu, como uma bólide, um tipo estranho, magro, de cabelos cortados “à escovinha”, quase maltrapilho, de bigode muito aparado, que, dizendo-se intelectual, jornalista, procurou o Diretor do jornal para solicitar-lhe amparo, em trôco de trabalho jornalístico. Era Oscar Penteadado, membro de ilustre família bandeirante, que, ten-

de enviuvado, cumpria a triste sina de curtir a dor em longa peregrinação pelo Brasil.

Augusto Leopoldo ouviu, com o máximo de atenção, a história do misterioso peregrino. Aceitou-o como colaborador do jornal. Deu-lhe casa e comida, aiém de recomendar-lhe banho higiênico. Recebendo modesto salário, ficou com a obrigação de tomar conta da nova secção do “Diário do Natal”.

Penteado aceitou o compromisso e passou a escrever uma secção interessante, que êle subscrevia com o pseudônimo de Gavroche, aproveitado do conhecido personagem da literatura francesa.

Durante alguns meses, cumpriu, com brilhantismo, o seu encargo, criando até certa ciumada de Pedro Alexandrino, que era, sem dúvida, o melhor colaborador do jornal.

Os estilos de ambos eram inteiramente diferentes. Enquanto, em artigos diários, Pedro Alexandrino usava estilo retumbante, de fundo oratório, pleno de conhecimento da língua portugûesa, Penteado escondia-se em crônicas leves, irônicas, em que o assunto político surgia comentado com verve incomum na imprensa natalense.

Deve ter havido entre os dois colaboradores do jornal uma rivalidade surda, porque, um dia, assim como apareceu de repente, Penteado fugiu sem deixar notícias.

* * *

Quando no exercício do mandato federal, tinha Augusto Leopoldo, no Rio, grandes amizades com intellectuais.

Coelho Neto, que morava a poucos passos de sua residência, era seu intellectual preferido. Entretanto, havia a divergência político-partidária que os separava.

O escritor maranhense havia dedicado o livro "O Rei Negro" a Urbano Santos da Costa Araújo, Vice-Presidente da República e *fac-totum* de Pinheiro Machado, o protetor das oligarquias estaduais, que Augusto Leopoldo combatia, havia muitos anos. Mas, na renovação dos mandatos, logo após essa dedicatória, Urbano Santos impugnou a candidatura de Coelho Neto. Êste, fiando-se no seu prestígio pessoal nos meios literários do Maranhão, resolveu candidatar-se como "livre atirador", rompendo, assim, com o poderio de Pinheiro Machado.

Viajando para o Maranhão, em um navio da Lloyd Brasileiro, Augusto Leopoldo foi recebê-lo e conseguiu que o barco permanecesse em Natal, por 24 horas, hospedando o amigo em casa, onde Coelho Neto recebeu inúmeras homenagens, culminando com sua apresentação em público, no atual "Teatro Alberto Maranhão", oportunidade em que pronunciou notável peça oratória, que levou o auditório ao máximo do entusiasmo.

No Rio, ainda quando deputado federal, o nosso representante oposicionista não deixava de comparecer às conferências literárias que se realizavam, periodicamente, no auditório do "Jornal do Comércio". Mas, um dia, surgiu o incidente entre os poetas Aníbal Teófilo e Gilberto Amado, no qual êste, vendo aquêlo prêso pelo jornalista Paulo Hasslocher, o fulminou com certo tiro de revólver. Depois disto, não compareceu mais a essas tertúlias, indignado com o lutuoso fato.

* * *

Augusto Leopoldo era particular amigo de Alberto Maranhão, Governador do Estado, mas o combatia com armas leais e seguras. Quando se encontravam no Teatro, cumprimentavam-se amistosamente e, quando da

realização de concertos musicais em Palácio, nunca faltou o convite ao chefe da oposição.

Todavia, no “Diário do Natal”, o jornalista estava alerta para profligar alguns atos do Governador, representante da corrente política que êle combatia.

“O Diário do Natal”, no Govêrno Tavares de Lira, ao tempo de Elias Souto, e a “Gazeta do Comércio” de Pedro Avelino, já haviam sido empastelados, na mesma noite, pela polícia estadual, comandada por um oficial trajado de mulher. O militar foi ferido no rosto, durante o assalto ao jornal e, como não podia aparecer em público para explicar o ferimento, trancou-se em casa, anunciando que não poderia receber visitas, porque estava atacado de bexigas.

Tavares de Lira condenou a violência do empastelamento dos dois jornais. A história deixou registrada a versão de que êle censurou acremente os amigos que tornaram o Govêrno alvo de críticas, inclusive pela imprensa do Sul. Pedro Velho, que se encontrava no momento em Natal, manifestou também desgosto pela attitude arbitrária de seus correligionários.

Certa vez, um amigo veio comunicar a Augusto Leopoldo que, entre o material importado, com isenção de direitos aduaneiros, pelo Govêrno do Estado e referente a uma barca que fazia o percurso do rio Potengí, achava-se uma serraria destinada a certo parente do Governador e a ser instalada em município do litoral.

O chefe oposicionista mandou que pessoa de sua absoluta confiança fosse apurar, *in loco*, a denúncia. Augusto Leopoldo era assim. Não fazia acusações sem o exame sério da matéria. Nunca aceitou o falso conceito de que política é a arte de saber mentir. Na mesma épo-

ca, vivia o Mahatma Ghandi, que ensinava ser a política uma religião e que, portanto, o político jamais poderia sair do caminho da verdade.

A informação do correligionário foi confirmada e o “Diário do Natal” abriu violenta mas fundamentada campanha contra o Governo Estadual.

A situação agravou-se, com ameaças ao jornal, o qual as revidou, em artigo sereno, mas enérgico.

Temeu-se que um empastelamento viesse coroar essas ameaças. Amigos dedicados ofereceram-se para guardar o jornal. Mas Augusto Leopoldo não aceitou o oferecimento. Só o velho Tenente Ferro continuou firme no seu pôsto de vigilância voluntária.

O Tenente Ferro era um velho muito branco, de cavanhaque avermelhado, alto, espigado, sempre apoiado em uma bengala de castão de prata, que, depois de meia-noite, comparecia ao “Diário” e ficava na esquina do prédio, à espera da saída do primeiro número do jornal, que lia, àvidamente, à luz do lampião. Era surdo em alto grau e pouco conversador. Não se retirava da esquina, enquanto o Diretor não entrava em casa, a poucos passos do edifício do jornal.

Dizia-se que a sua oposição intransigente ao Governo teve origem no incidente havido entre Pedro Velho e o engenheiro-arquiteto Daniel Pedro Ferro Cardoso, urbanizador de Louvain (Bélgica) e construtor da bela abóbada da Igreja da Candelária, no Rio, patrono de uma das cadeiras desta Academia. O engenheiro, republicano ardoroso, tendo-se exilado voluntariamente na Europa, no fim do Segundo Império, voltou ao Brasil, logo depois de proclamada a República, e candidatou-se a deputado

federal. Pedro Velho, no entanto, opôs-se à pretensão de Ferro.

A verdade, porém, é que o Tenente Ferro não era parente do famoso arquiteto. Chamava-se Joaquim Ferreira Nobre, e incorporara ao nome o apelido adquirido em consequência da côr ferruginosa de seu cavanhaque.

Mas, nesse clima de ameaças ao “Diário do Natal”, ocorreu um fato estranho. De madrugada, quando já se recolhera à casa, depois de ter fechado o prédio em que funcionava o jornal, Augusto Leopoldo foi acordado por soldado da guarda do Palácio do Govêrno, que lhe viera comunicar a existência de fogo naquele prédio. Imediatamente, providenciou o combate às chamas. Populares acorreram com escadas e baldes d’água e, depois de grande trabalho, conseguiram o quase milagre de dominar o fogo.

A casa era muito antiga e ficava na esquina fronteira aos fundos da residência do Diretor do jornal, na rua Ulisses Caldas, em terreno que é atualmente da Praça Sete de Setembro.

Espalhada na cidade a notícia do incêndio, amigos e correligionários procuraram o chefe da oposição, para hipotecar-lhe solidariedade e protestarem contra o que julgavam um crime do Govêrno do Estado.

Augusto Leopoldo, que era proprietário do prédio e havia recentemente adquirido na Alemanha grande partida de papel e de tipos de imprensa (tudo já depositado na casa), não tinha seguro de coisa alguma, de modo que foi vultoso o prejuízo que sofreu.

Mas não perdeu a calma. Logo que pôde entrar no prédio incendiado, procurou investigar as causas do sinistro. A hipótese de curto circuito estava afastada de

plano, porque o Govêrno do Estado não consentira que a Emprêsa Fôrça e Luz fizesse ligação para o jornal. A iluminação era com lâmpadas a alcool e lampiões a querosene. A impressora era movida a mão, em uma sala iluminada com lampiões de folhas de flandres, pregadas às paredes.

Agindo como verdadeiro inspetor de sinistros, Augusto Leopoldo chegou a descobrir a causa do incêndio. Havia perto de uma porta, que comunicava com o depósito de papel e tipos, um barril de tinta de imprensa e, acima, na parede, um lampião a querosene. O encarregado de rodar a máquina, ao terminar o trabalho, de madrugada, fizera baixar o pavio e êste, caindo no depósito do lampião ainda aceso, provocara explosão e a queda do querosene inflamado no barril de tinta, que estava aberto. Por sua vez, a tinta se inflamara e o fogo, atingindo a porta, se comunicara ao depósito de papel.

Feita essa verificação, o jornalista, dando magnífica lição de conduta política, publicou um boletim explicando a causa do incêndio e isentando de qualquer culpa os adversários políticos.

Dias após o jornal voltava a circular.

Na República Velha, em nosso Estado, não há notícia de incêndio ou empastelamento de jornais oposicionistas, em consequência de instigação ou ordem governamental. Nosso clima de vida política era bem diferente daquele existente em outro Estado nortista, onde, no princípio do século, lavrou incêndio nas oficinas do jornal da oposição. Imediatamente acudiu o Corpo de Bombeiros, pronto a demonstrar a isenção de ânimo e o dever indeclinável do Govêrno. Os soldados do fogo assesta-

ram as mangueiras, ligaram as bombas, e, sôbre o prédio sinistrado, os tanques despejaram querosene. . .

* * *

Nos meus tempos de adolescente, ouvia falar de Augusto Leopoldo, na casa de meu pai. A maneira respeitosa com que seu nome era tratado despertava minha curiosidade de filho e neto de políticos vinculados ao Governo de Alberto Maranhão e afastados das lutas partidárias, quando o Mecenas potiguar abandonou a política. O elogio doméstico, sincero e constante, ensinou-me a compreender qual o verdadeiro espírito de oposição, que faz adversários e não cria inimigos, combate sem ofender, diverge, porém respeita.

Não alcancei Augusto Leopoldo morando na Praça da Matriz, na casa que havia pertencido a Antônio Prígio Acarrachal de Almeida, com as iniciais do nome do antigo proprietário gravadas, junto à porta, em pedra de mármore, despertando a atenção dos garotos, que pronunciavam, em tom de gargalhada, as quatro letras, — A. A. A. A.

Conheci pessoalmente Augusto Leopoldo, quando êle residia na casa da esquina da Praça Sete de Setembro, junto à moradia anterior, e isso ocorreu na fase mais agitada da vida política do Estado quando o filho exercia o cargo de Interventor Federal e recebia o impacto de uma oposição violenta, em moldes inteiramente diversos daqueles que o velho líder ensinara a duas gerações.

Um dia, encontrei-o próximo aos cancelos da sala de sessões do Tribunal Eleitoral. Criei coragem e apresentei-me, para ter a honra de apertar a mão do nome ilustre e austero, cujo conhecimento fascinava minha formação de jovem. Recentemente, recordei o fato,

quando tive satisfação igual, ao apertar a mão do neto do Mahatma Ghandi, sentindo, naquele momento, a presença sanguínea e espiritual do avô, o maior santo pagão e o maior ídolo político de minha vida.

Nos idos de 1934, estudante gimasião, já me encontrava empolgado pelas idéias novas que arejavam o país e apontavam o mal das lutas estéreis dos partidos políticos. Fiquei, assim, em atitude equidistante, censurando Governo e Oposição, que se degladiavam em luta fratricida. Mas, quando encontrava pelas ruas aquele velhinho míope, apoiado em uma bengala, com a legenda meritória de uma existência de cavalheirismo político, constrangia-me o coração o sofrimento que lhe ia na alma, assistindo ao retrocesso de nossos costumes, vendo que os nossos conterrâneos haviam esquecido a lição de sua vida.

Rolem os tempos, perpassem os furacões das campanhas políticas, agitem-se as lutas fratricidas, aumente-se o sofrimento do povo. Mas o exemplo de Augusto Leopoldo viverá muito tempo, acenando para que os nossos conterrâneos conservem o espírito humano de compreensão, lutem pelos seus ideais com oblvio das paixões, respeitem os adversários, e, sobretudo, vivam todas as horas com acendrado amor ao Rio Grande do Norte.

Cinquenta Anos da Liga de Ensino

AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA

(Discurso para a solenidade comemorativa que, por motivo superior, deixou de ser realizada na noite de 1.º de setembro de 1961).

Há pouco mais de cinquenta anos, voltava de uma de suas viagens européias um poeta e escritor brasileiro, dotado de nobres virtudes de sensibilidade e emoção, mas igualmente um homem, um estudioso do meio e dos costumes, a quem não eram estranhos os problemas humanos e sociais de seu país, sobretudo quanto ao prisma da educação e da cultura. Em sua excursão, êle não vira as cidades e as paisagens do Velho Mundo com olhos de simples turista, curioso e disponível, — embora cenários de sonho como o lago Léman, sempre ressoante da romântica legenda lamartineana, certamente lhe provocariam repercussões espirituais e sentimentais. Seu interêsse e sua capacidade de observação e penetração o levaram muito mais longe. O contacto, por exemplo, com o sistema educacional feminino, com as condições de vida e presença da mulher, no campo das atividades em geral, em terras da Suíça, conduziu-o a paralelismos e confrontos de que nós sairíamos a parte melancolicamente desfavorecida e diminuída. Este poeta e escritor de quem estamos falando, cujo nome, Henrique Castriano, é um dos florões mais belos e ilustres da inteligência e do espírito norte-riograndenses, apesar de celibatário inexpugnável, — circunstância curiosa, — acreditava na mulher. Acreditava, inclusive, na posição e no papel que lhe estariam reservados, em uma mais justa e eficiente construção do Brasil, desde que preparada sob principios e orientações capazes de

elevá-la, moral, intelectual e tècnicamente, na atmosfera familiar e social.

Assim, aqui chegando, reuniu alguns conterrâneos eminentes, na política, na administração, nas letras, no magistério, — dentre êles Meira e Sá, José Augusto, Juvenal Lamartine, Luís Fernandes, Manuel Dantas, Fabricio Maranhão, Dionisio Filgueira, João Tinoco, Avelino Alves Freire, Romualdo Galvão, Pedro Soares de Araújo, — aos quais confiou suas observações, seus pontos de vista, suas conclusões, — e aos quais clamou para uma nobre tarefa: a da organização de uma entidade, de uma instituição, com a responsabilidade e o objetivo de criar, orientar e dirigir uma Escola em que se cuidasse, particularmente, da educação feminina, com programa e aparelhamento especificamente novos no nosso ambiente nacional.

A Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, fundada a 23 de julho de 1911, em sessão solene presidida pelo então governador Alberto Maranhão, concretizou, posteriormente, o idealismo de Henrique Castriciano. A nossa Escola Doméstica que seria a sua finalidade, o seu objetivo fundamental, surgiria três anos mais tarde, a 1.º de setembro de 1914.

A continuação da história também é conhecida. A Liga de Ensino teve, sucessivamente, como presidentes, os drs. Francisco de Sales Meira e Sá, Henrique Castriciano, Manuel Dantas, Felipe Guerra e Manuel Varela Santiago Sobrinho, que a dirige ainda, vários anos reeleito para o pôsto. E quanto à Escola Doméstica, sua direção, iniciada com as educadoras ru-maicas Hélene Bondoc e Jeanne Negulesco, ambas diplomadas pela Ecole Menagère de Friburgo, Suíça, teve como seguidoras a norte-americana Leonora James, a alemã Alexandra Von Schimnilepfeig, a teuto-brasileira Édwige Schuller, a irlandesa Isabel Baird, a francesa Julie Serive, as brasileiras Maria Emiliana Silva, Santa Guerra, Alix Ramalho Pessoa, Maria Amélia Bezerra Filha, e, enfim, Noilde Pessoa Ramalho, cujo mandato se iniciou em 1945 e teve apenas ligeira interrupção de seis meses, assumindo então a direção Joana D'Arc de Souza.

Não pretendemos aqui, evidentemente, nem seria admis-

sível um detalhado relato do itinerário percorrido pela Liga e pela Escola, e dos acontecimentos e vicissitudes que marcaram as cinco décadas já passadas. Sua posição e sua importância nos quadros educacionais do Rio Grande do Norte, seu prestígio e sua projeção no país falam eloquentemente do trabalho realizado. As turmas numerosas que a Escola já preparou e daqui saíram, na sucessiva escala das gerações, dizem, por outro lado, da eficiência e do êxito de seus cursos. Nem pretendemos, por igual, demorar-nos no relêvo dos méritos de quantos se distinguiram, num esforço e numa dedicação maiores pela grandeza e pelo desenvolvimento da Liga e da Escola. Seus nomes estão no conhecimento e no respeito de todos, para que nos detenhamos aqui em repetir-lhes elogios já transitados em julgado.

Ao imaginar e ao estruturar a organização da Escola, tendo sob os olhos e a mente a experiência de povos mais adiantados e mais cultos, Henrique Castriciano tornou-a um instrumento vivo e atuante, dentro das melhores e mais amplas correntes e influências educacionais do tempo. Mas o tempo passa, as circunstâncias se modificam, — e novos horizontes e perspectivas se vieram abrindo à mulher, no estrangeiro como na vida interna da nação. Sob a égide da Liga de Ensino, nossa Escola não se quedou limitada às fronteiras de seu arcabouço primitivo. Inclusive quanto ao aspecto material. Das antigas instalações no bairro da Ribeira, confinadas em âmbito inadaptável à expansão de suas atividades, transportamo-nos, em 1953, para estas áreas espaçosas e livres, para êstes edifícios e pavilhões modernos, onde agora nos situamos.

Renovar-se sempre para sobreviver e reafirmar-se, fiel, contudo, aos grandes signos inspiradores de sua criação, — eis a máxima determinadora de sua conduta.

O mundo, nos últimos anos, evoluiu em ritmo de vertigem. E com êle o Brasil. A vida eriçou-se de problemas e circunstâncias complexas, negando fôrça de permanência a qualquer espécie de rotina. Um dos setores mais batidos pelos ventos largos das novas idades tem sido o da educação, arrastando no mesmo *élan* o homem e a mulher, chamada que tem sido

esta, cada vez mais, ao esforço, à tarefa, ao fardo comum do seu companheiro. Sua aprendizagem, portanto, teria forçosamente que desdobrar-se e dilatar-se em novos ramos, de acôrdo com as exigências e imposições da existência atual. O que não quer dizer, porém, que tudo se tornou mais fácil para ela. Se suas condições de servidão, sob múltiplos aspectos, desde muito não mais prevalecem, — o mundo, como salienta o escritor Jean Guilton, permanece um mundo masculino, pensado por homens para homens, dotado de instituições masculinas, de uma cultura masculina ainda mais que pròpriamente humana. Eis aí o ponto nevrálgico. Sobretudo porque a proclamada e reclamada igualdade, entre homens e mulheres, é apenas um mito, de manifestação apenas formal. Na verdade, são categorias diferentes, a que não se deve, isto sim, por uma questão de justiça humana, atribuir superioridade ou inferioridade para um lado ou outro, sob o ângulo do direito à liberdade, às oportunidades e aos bens da vida, qualificados ambos dentro dos mesmos padrões de responsabilidade moral e senso do dever. Igualá-los seria, em relação à mulher, armá-la e consagrá-la amazona, para uma luta de concorrência estéril e sem sentido. Seu centro de ação continua o lar, a família de que é — Eva imemorial e infinita — a célula mater, a urna sagrada, por destino irreversível. Embora sua presença e sua ação possam e devam projetar-se na oficina, no laboratório, na cátedra, no campo, no escritório, na repartição pública, como partícipe e colaboradora, em solidariedade e compreensão.

Revisão e atualização de programas e cursos, criação de novos setores de trabalho e ensino, inclusive alguns dêles já previstos desde a fundação, mas impossibilitados de funcionamento tanto, às vêzes, por uma razão de ordem financeira, como de conveniência, de oportunidade, — quem negará que temos realmente progredido, em aperfeiçoamento e irradiação de benefícios?

Na conferência que proferiu, por ocasião da instalação da Liga de Ensino, Henrique Castriciano, ao considerar que não faltavam à mulher brasileira disposições e virtudes de

trabalho, acentuava que o necessário, o indispensável era o seu aprimoramento intelectual e técnico. Expunha e perguntava, então, o Fundador: “Nação que começa, temos graves defeitos de caráter, a vontade inconsequente dos povos sem disciplina; e tais defeitos não podem ser eliminados por meio de reformas constitucionais, do ensino secundário e superior ou por meio de mudanças de regime eleitoral. Temos de começar pelo princípio, isto é, pela família, de onde sai para a escola e para a vida o homem de amanhã A’ m u l h e r cabe a tarefa principal nessa nova educação, mas como poderá ela concorrer eficazmente para o fim desejado sem a necessária cultura?”

A nossa Escola tem visado e visará sempre fornecer os elementos de resposta a essa pergunta, colocando em face da moça estudante os esquemas do seu destino, da sua vocação, da sua natureza, todos os problemas, em suma, mais inerente e diretamente ligados à sua missão, à sua responsabilidade na constituição do lar e da família, na preparação adequada, eficaz e consciente, dos homens e das mulheres do futuro que ainda crianças, ainda jovens, lhes cabe, em parte decisiva, modelar e orientar. Não importam a condição do regime, o grau de civilização, o nível de cultura, a riqueza ou a miséria de um povo: haverá sempre a irrecusável influência de uma mãe na sorte de cada filho; e os lares, que são a base indestrutível do equilíbrio social, da segurança coletiva, dependerão sempre da presença e da ação da mulher.

Nesse caminho e sob êsse influxos, é que marcha a Escola Doméstica de Natal, integrando-se cada vez mais no ambiente em que atua, através de iniciativas do mais relevante alcance, como o acôrdo firmado a 20 de julho de 1959, de que resultou ser considerada instituição complementar da Universidade do Rio Grande do Norte; o reconhecimento dos seus currículos pelo govêrno federal, a criação do seu curso pedagógico, — e o prosseguimento regular de sua escola maternal, de seu jardim de infância, de seu curso primário.

O ato público de homenagem e de gratidão que aqui realizamos, em memória do Fundador e em referência aos seus

companheiros de jornada, muitos já como êle mortos, outros ainda felizmente vivos, se reveste, assim, das mesmas características de um ato de confiança no futuro.

Qual o segrêdo da vitória da Liga?

Seu senso de realismo, sua identificação com o meio, articulando aspirações, captando simpatias e solidariedades, tornando-se expressão das nossas necessidades, dos nossos anseios de elevação e progresso. Os modelos estrangeiros que inspiraram a criação da Escola não objetivaram, aqui, uma obra artificial, um clima de estufa, uma ilha cultural suiça ou belga transplantada na paisagem ardente e áspera do nordeste brasileiro. Não há similitude entre as brancas montanhas do Tirol alpino e as verdes dunas do Tirol natalense. A imitação inicial superou-se em transfiguração.

A Escola cresceu e floresceu em ritmo, sabor, espírito, côr e aroma do Brasil, cercada sempre pela simpatia pública e pelo apoio oficial. Formam-se, aqui, caracteres, personalidades, mentalidades, aptidões, — mas segundo as tradições de nossa psicologia coletiva, sob padrões de disciplinas e idéias que tiram sua fôrça e seu poder de ação das correntes profundas da vida nacional, em seiva, calor, humanidade, — imanentes a condições históricas, étnicas, morais e sociais que são legítima e autenticamente nossas.

Em cinquenta anos, a Liga fez trabalho pioneiro e desbravador, sem dúvida, porém o que dêle ressalta é o equilíbrio, é a coerência, sobrepondo-se à improvisação, de um lado, ou ao preconceito, de outro.

Celebramos esta data auspiciosa com a convicção do dever cumprido: as promessas foram realizadas, o futuro está aberto a novas conquistas e a novas realizações.

Mons. José Paulino de Andrade

(Palestra proferida pelo confrade Mons. Alair Vilar, em reunião do Instituto Histórico do dia 25 de março de 1961).

Mons. José Paulino de Andrade nasceu em S. José de Mipibú, aos 16 de março de 1861. Seus pais foram o Capitão José Paulino de Andrade e D. Rita Bernardina da Silva. Aos 14 de abril do mesmo ano era batizado na Matriz de S. Joaquim e Sant'Ana, pelo Revmo. Cônego Gregorio Ferreira Lustosa, sendo padrinhos Antonio Sebastião da Silva e Antonia Rita dos Santos Gesteira. (cf. Livros de registros de batizados N.º 6, fls. 98, n.º 82, do arquivo da paróquia).

Foi educado no seio de família cristã e desde cedo recebeu exemplos típicos de nossos habitantes do interior, sempre guiados pelos princípios cristãos. As mães, sobretudo, desempenham um papel profundo na formação cristã dos filhos, já porque são mais piedosas; já porque têm um maior contato com êles. Facilmente lhes transmitem sua orientação religiosa. À mingua de testemunhas pessoais, podemos ver na orientação religiosa a vocação seguida pelo filho, as consequências dessa valorização dada pela família às coisas de Deus.

Com a insuficiência da instrução nas cidades do interior, a família imigrou para Natal onde havia facilidade de aprendizado nas escolas. Desde 3/2/1834 funcionava o Ateneu Norte-Riograndense que ministrava o ensino secundário à nossa juventude. Conseguiram aí os nossos moços, com os preparatórios, ultimar sua cultura pre-universitária, para, em seguida, dirigirem-se aos centros onde funcionavam as escolas superiores. O jovem José Paulino aspirava a medicina e, por isso, dedicou-se com todo o empenho ao estudo. Completando

o seu currículo secundário, dirigiu-se para o Rio de Janeiro onde matriculou-se na Academia de Medicina. Tinha por norma a seguinte máxima: “procuro e procurarei sempre, em toda a minha vida, aproximar-me dos bons, dos melhores que eu e daquêles que têm sabedoria e prudência”.

Felizmente, notabilizava-se na oratoria, então no Rio, o Pe. José Pereira da Silva Barros. Seus sermões atraíam grande número de ouvintes. Entre êles figurava o acadêmico José Paulino. Das conversas havidas entre ambos, surgiu uma amizade respeitosa que jamais se apagou. A 7/1/1881 a Santa Sé agradeceu o Pe. Barros com o título de Bispo de Olinda. Foi a oportunidade de que Deus se serviu para mudar a vocação do nosso doutorando. Resolveu abandonar a medicina e seguir a carreira eclesiástica. Combinando com o bispo eleito sua entrada no Seminário de Olinda, deixou o Rio e regressou ao norte. Em Olinda, recebeu de seu protetor todas as ordens menores e maiores, ordenando-se sacerdote aos 14 de março de 1886. Contava, então, com 25 anos de idade. Sua primeira nomeação foi para coadjutor de uma freguesia da capital pernambucana. Tornou-se logo afamado por seus magníficos dotes oratórios. Dois anos depois, em brilhante concurso, conseguiu sua transferência para vigário de Macaíba, mediante carta régia de 2/1/1888, sendo ali colado.

Exerceu um apostolado brilhante. O vigário não era homem para limitar suas atividades aos contornos de sua paróquia. Havia em toda a parte uma onda crescente de insatisfação. Os ideais republicanos arrebatavam a mocidade sempre ávida de acontecimentos novos. O vigário de Macaíba, antigo estudante de medicina, prestigioso, grande tribuno, temível polemista, não podia deixar de seduzir-se pelo espírito de agitação reinante. Nas suas viagens a Natal buscava trocar ideias com os grupos opositoristas. A política era o assunto do dia. Conservadores e liberais disputavam, em acirradas lutas, o poder. O grupo dos descontentes ia engrossando as fileiras dos republicanos. Aparecesse um chefe e ninguém poderia mais deter a marcha dos acontecimentos. Pedro Velho foi esse ide-

alista que incarnou em sua pessoa os princípios da revolução incipiente.

Aos 27/1/1889, às 12 horas, de acordo com as notas inéditas de Mestre Cascudo, em casa de João Avelino Pereira de Vasconcelos, reuniu-se célebre conclave republicano. Foi escolhido como secretário da assembléia o nosso Pe. José Paulino de Andrade. Deliberaram nessa oportunidade, entre outras coisas, a organização de uma Comissão Executiva Provisória, com 11 membros, e a Diretoria do Centro Republicano da Capital. De novo o vigário José Paulino de Andrade figura entre os 11 membros da Comissão Executiva ao lado de Pedro Velho, João Avelino, Hermógenes Tinoco, João de Albuquerque Maranhão e outros próceres. De Macaíba, o vigário trouxe para a reunião, além do seu irmão Enéas Paulino da Silva, 3 ou 4 amigos mais que assinaram a ata. Uma resolução também tomada no dia 27 de janeiro foi a criação de um jornal. Pedro Velho, podia ser considerado como o inventor da propaganda muito antes de Guebels, como observa Mestre Cascudo. O padre não podia deixar de ser considerado. Sua pena era brilhante e respeitável a sua cultura. Assim foi escolhido, juntamente com Augusto Severo, como colaborador do órgão que Pedro Velho desejou fundar: "A Republica". Seu 1.^o numero saiu a 1/7/1889. Como semanário, sairia às segundas-feiras.

Certamente os repórteres espalhavam-se pelos pontos de reunião política à cata de novas. O cantão das Gameleiras, actual praça Pe. João Maria, era o centro de reunião dos liberais situacionistas. A botica de José Gervasio de Amorim Garcia, na actual rua Chile, era o local predileto dos conservadores. Publicar artigos doutrinários, ouvir descontentes, semear discórdias e incompreensões, popularizar os novos ideais, preparar uma mentalidade republicana, era o obra dos redatores. O vigário José Paulino é incansável. Sua capacidade é toda dirigida para valorisar o movimento republicano em que via a salvação nacional. Entretanto, a 15/11/1889, pelo ato de revolta do Marechal Deodoro foi proclamada a republica. Pedro Velho recebeu um telegrama de José Leão Ferreira do Souto, comunicando a grande nova. Somente, à tarde, através de

uma proclamação, em boletim, anunciou ao povo a sensacional notícia. Como os liberais estavam no poder, Pedro Velho comunicou aos conservadores, guiados por Tarquínio de Souza, o acontecimento. Aristides Lobo, por meio de um telegrama, ordena a Pedro Velho que assuma o governo e proclame a República. O presidente em exercício, Antonio Basílio Ribeiro Dantas, deixou o palácio do governo seguindo para sua fazenda Sapé. Pedro Velho foi aclamado presidente e logo empossado.

Ocuparia o governo durante 20 dias. O regosijo dos republicanos foi muito grande.

Passadas as primeiras horas de entusiasmo, começam surgir as decepções e os desenganos. Uns, porque se julgavam com direito legítimo de ocupar cargos e posições. Outros, adesistas de ultima hora, são melhor sucedidos e bem galardoados. Em breve a situação é bem diversa dos primeiros entusiasmos. À frente de cada grupo surge um chefe que deseja monopolisar a opinião publica. A ocasião asada para a manifestação clara dessas divergências, é a arrigimentação das forças para a eleição dos constituintes. O Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo, sucessor de Pedro Velho, deixara a administração da Província passando o governo ao Dr. Jerônimo Américo Raposo da Camara, chefe de policia. Aproveitando o ensejo, a oposição entrou em ebulição. O desgosto, o descontentamento, a insatisfação, as decepções, os desencantos avolumavam-se. As críticas a Pedro Velho eram frequentes. Aproveitando a permanência de Pedro Velho no Rio, seu forte opositor, Amaro Bezerra tomou uma medida extrema. Consegue que a Comissão Executiva, que exercia no Estado as atribuições do directorio do partido republicano, convoque uma reunião cuja finalidade seria reorganizar o partido, nomear um diretório definitivo, enfim, dinamizar as forças republicanas. Interessante notar que, além do presidente da Comissão Executiva provisória Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, figura na convocação, a assinatura do Pe. José Paulino de Andrade. A reunião verificou-se no dia 16-3-1890, no teatro Santa Cruz (hoje Rádio Nordeste e), com a presença de mais 1000

participantes de todo o Estado, conforme notícia da Gazeta. Foi um sucesso. Quem era inimigo de Pedro Velho ingressou no Clube Republicano 15 de Novembro, fruto da reunião do teatro Santa Cruz. Crescia assim as hostes da opposição e estava melhor aparelhada para os embates.

Com a vinda de Xavier da Silveira, substituto legal do presidente ausente, o Estado se preparava para a grande luta eleitoral da Constituinte.

Pedro Velho, que acompanhou o novo presidente da Provincia, sente a dificuldade da situação política mas não desanima. Com habilidade consumada organiza a sua chapa assim constituida: Senadores: Oliveira Galvão, José Bernardo e Amaro Cavalcanti, Deputados: Pedro Velho, Antonio Amorim Garcia, Miguel Castro e Almino Alvares Afonso. Era uma chapa de guerra em que figuravam luminaries da provincia.

Que fez o Centro Republicano 15 de Novembro? Manifestou logo sua rebeldia publicando também uma chapa assim organizada: Senadores: Cel. Antonio da Rocha Bezerra Cavalcante, Dr. Amaro Bezerra e Dr. Hermógenes Tinoco. Deputados: Moreira Brandão, Oliveira Santos, Daniel Pedro Ferro Cardoso e Almino Afonso. Exquesito que existisse ainda com o título "Nossa Chapa" no Jornal Gazeta de Natal, órgão do Clube Republicano, uma nova lista com várias alterações e substituições da chapa anterior. Complicou-se mais ainda a situação com a proclamação de Olinto José Meira que, em boletim assinado, convidava o povo para, aos 31 de agosto, comparecer ao teatro Santa Cruz para uma conferência. É que surgia uma quarta força constituida por elementos que desejavam a formação de um partido denominado Partido Católico. Casco do, de quem nos temos valido sempre neste estudo transcreve um boletim conservado de Açú onde se diz a finalidade do partido e se anuncia a chapa recomendada que é a seguinte: Senadores: Drs. Olinto José Meira e Tarquino Braulio de Souza Amarante. Deputados: Dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos, Dr. Horácio Candido de Sales e Silva e Antônio Soares de Macedo. Além disso, como a chapa estava incompleta, ainda

recomendavam para senador Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanli e para deputado Dr. Manuel Porfirio de Oliveira Santos.

Este partido católico criado como uma divergência ideológica aos princípios positivistas da Republica, surgiu exatamente em S. José de Mipibu no dia 17/8/1890. Foi um grande acontecimento na vida católica da cidade.

Não precisa dizer-se que, elemento de pról e orador de primeira linha, figurava o filho de S. José de Mipibu e vigário colado de Macaiba, Pe. Pedro Paulino de Andrade. O diretor do partido, em S. José, tinha os seguintes membros: presidente: Dr. Horácio Candido de Sales e Silva, vice-presidente Cônego Gregório Ferreira Lustosa; 1.º secretário. Pe. José Paulino de Andrade; 2.º secretário: Antônio Xavier de Paiva

Logo foi fundado o jornal "A Patria". Luis Fernandes registrando esse jornal assim se expressa: "Era órgão do partido Católico, imprimia-se na tipografia da Gazeta do Natal e tinha seu escritório de redação à rua Cel. Bonifacio, n.º 24. Publicou seu primeiro numero no dia 29/8/1890, apresentando-se como "defensor do bem e da fé católica" e, afirmando não ter pactos nem alianças, promessas ou compromissos ocultos, diz ele: "aspiramos um fim nobre: a vitória da liberdade, — pugnamos em nome de Deus e da consciência pelo respeito à crença nacional, contra o dominio e implantação do ateismo no lar e nas instituições públicas". Mas infelizmente, apesar das aspirações tão prometedoras, viveu apenas 2 meses e dias desaparecendo com o seu 3.º numero em 12 de novembro".

Naturalmente essa fundação do partido Católico visava por em guarda as consciências cristãs contra as tendências positivista de que estavam eivados os mais influentes republicanos. A constituinte deveria marcar a nova era republicana e numerosos ataques eram feitos aos princípios católicos. Casa-mento civil, soldo do clero, secularização dos cemitérios, estado separado da Igreja, bens eclesiásticos, laicisação do ensino etc. etc. Dai o trabalho do Vigário José Paulino, sua ativi-

dade jornalística e todo o seu empenho na organização do partido.

Não se diria que houve omissão dos católicos numa hora de tamanha responsabilidade.

A eleição realizou-se no dia 15/9/1890. Inútil é dizer-se que a vitória de Pedro Velho estava assegurada, apesar de tudo. Enquanto havia coesão nas suas hostes, o inimigo fragmentára-se. Nada menos de 3 chapas lhe eram contrárias. Ora, dividir é governar. As urnas não desmentiram o refrão romano. A eleição de 15 de setembro foi mais uma confirmação. Felizmente que a influência do bispo martir D. Macedo Costa, apoiado neste despertar da consciência dos católicos, conseguiu sensível moderação na elaboração da constituição. Os partidos católicos de algum modo tinham cumprido a sua missão.

O vigário José Paulino se não ficou satisfeito com os resultados, ficou com a consciência tranquila pelo dever cumprido.

Durante os anos seguintes não encontramos muitas novidades sobre o nosso vigário. Felizmente, quebrando a monotonia das informações, os jornais, no ano de 1895, são fecundos em notícias sobre as atividades apostólicas e jornalísticas dele. Colhemos os dados no jornal do Prof. Elias Souto "O Nortista", da coleção existente neste Instituto. No número 152, daquele ano, encontramos uma vasta polémica entre ele e Wiliam C. Porter, pastor protestante que fundou um colégio aqui em Natal, onde exercia intenso proselitismo. O Vigário de Macaiba saiu à estacada, em defesa da Igreja, com vários artigos assinados que revelam sua cultura e sua capacidade arguta de resolver objeções. Os assuntos discutidos foram sobre a autenticidade dos ministros presbiterianos, sobre S. Pedro em Roma, Bíblia antes de Lutero, e ainda prometeu uma série de artigos "demonstrando o brilhante progresso do catolicismo na Alemanha, Inglaterra e América do Norte ocupando-se especialmente das conversões mais ilustres e célebres de protestantes que abandonaram a heresia lutera-

na e voltaram ao grêmio da Igreja Católica” (O Nortista, n.º 212).

Da repercussão na sociedade de então de seus artigos antiprotestantes, temos um depoimento assaz revelador. A notícia nos vem de “O Nortista” n.º 183: Falandô sobre as solenidades da Semana Santa, diz... “Ai em púlpito ricamente preparado o revmo. Pe. José Paulino de Andrade fez uma brilhantissima oração. Com revérberos de sua palavra eloquente e inspirada, aquele sacerdote, por vezes, chegou a emocionar vivamente o numeroso auditório que enchia a larga rua Visconde do Rio Branco. Foi um verdadeiro sucesso.” E continua “domingo” 7, no bairro Ribeira teve lugar uma solemne procissão do Senhor Bom Jesus das Dores... Ao recolher-se, subiu à tribuna o Pe. José Paulino de Andrade, — conquistando mais uma vez a fama de grande orador sagrado — proferindo um sermão importantissimo, sendo abraçado ao descer o púlpito por uma comissão de cavalheiros, notando-se entre elles alguns nossos colegas de o “Rio Grande do Norte”.

“Os dois discursos que referimos, do festejado orador Padre José Paulino, constituem de certo um verdadeiro triunfo das ideias católicas, e demonstra a superioridade do talentoso e ilustrado sacerdote sobre os inimigos da sua Igreja que, debalde, procuram leva-lo de vencida”.

O n.º 212 de O Nortista nos dá notícia de que o Pe. José Paulino adoecera de uma “febre renitente que não tem cedido ao emprego de bem aplicada medicina”. Para restabelecer-se “procurou os ares salubres de S. José de Mipibú”.

Não sabemos se devido a doença ou qual o motivo verdadeiro, o certo é, que em Agosto deste ano de 1895, o vigário José Paulino deixa seu estado natal para, mais uma vez, dirigir-se para o Sul do país. Obteve plena aquiescência de seu bispo D. Manuel dos Santos Pereira. Seu destino foi a Diocese de S. Paulo cujo bispo era D Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti que o acolheu muito bem nomeando-o vigário ecônomo da paróquia de Pouso Alegre, no Sul de Minas.

Em Pouso Alegre foi muito bem recebido. Teve como coadjutor Pe. José Maria Mendes. A paróquia era vastissima,

mas o novo vigário não se poupou. Deu novo impulso à vida religiosa, sugeriu medidas para o melhoramento da cidade, fundou um colégio e um seminário.

Diante das distâncias imensas que mediavam entre sua paróquia e a sede da diocese, entendeu que a medida mais urgente e importante seria a criação de uma diocese local. Não desanimou diante dos obstáculos. Campanha e Itajubá queriam para si a sede da Diocese. Como necessitava da aprovação do bispado de S. Paulo e da diocese de Mariana, para o desmembramento de paróquias de seu território, conseguiu facilmente a anuência dos respectivos titulares: D. Antonio Candido de Alvarenga e D. Silverio Gomes Pimenta. Deste, aliás, teve o Pe. Paulino um belo elogio com o seguinte depoimento: “O Pe. José Paulino, digno vigário de Pouso Alegre, sacerdote distinto, escritor mimoso, alma de fogo, trata, com heroico empenho, de obter para a sua cidade a sede do novo bispado que se projeta crear no Sul de Minas”.

Para entusiasmar o povo e obter os auxilios necessários, fundou em 10/1/1897 um jornal, homônimo do que fundara em S. José de Mipibu. Juntamente com o paroquiano Gabriel Barreto de Barros, percorreu toda a paróquia angariando donativos. A presença do vigário despertava generosidades. Houve cooperação geral e grande vibração popular com a ideia da diocese. Mons. João Evangelista Braga, em 1897, como visitador diocesano, esteve em Pouso Alegre e pôde ver a obra realizada pelo diligente vigário. “A PATRIA” registrou o acontecimento tecendo louvores ao visitador. O Núncio D. José Macchi em carta ao Pe. José Paulino assim se refere a sua atuação: “Deus Nosso Senhor pagará com usura a V. Rvma. os esforços que está fazendo pela criação da nova diocese de Pouso Alegre, e eu não posso senão louvar merecidamente o zelo que V. Rvma esta manifestando a esse respeito. Prossiga trabalhando com alacridade em tal empresa”.

É certo que nem todos estavam satisfeitos na zona sul mineira. Claro que muitos lugares disputavam o lugar de sede, como vimos e, por isso, esforçavam-se para empanar o trabalho do vigário José Paulino. Não foram, porém, bem suce-

didos. O vigário contava com o sólido apoio dos seus superiores. Tanto que o Vigário José Paulino a 10/5/ 1899 foi nomeado visitador diocesano do sul de Minas, na parte jurisdicionada por S. Paulo. Reconhecia-se mais uma vez o seu mérito indiscutível.

A 8/9/1899 o vigário José Paulino instalou o Seminário Menor local em chácara por êle adquirida. Pe. José Calazans Pinheiro, nosso conterraneo, foi o primeiro reitor. Logo a Matriz recebeu os reparos indispensáveis a uma futura catedral.

Finalmente em 4/8/1900, Leão XIII criou a nova diocese de Pouso Alegre, pelo decreto "Regio latissime patens", desmembrada do território de S. Paulo e Mariana.

Somente a 29/9/ chegou a Pouso Alegre a faustosa noticia . O vigário, na função de visitador, estava ausente. O coadjutor José Maria Mendes programou solenidades excepcionais para o dia 11/10/ quando chegaria o vigário Andrade. O programa previa tudo: recepção, comissões, músicas, flores missa, banquete e discursos. O que mais causou admiração e impressão ao povo foi a atitude do vigário que, por voto feito, colocou uma corda no pescoço amarrando-a no andor, durante a procissão. Apesar desse ato esquisito e penitente, a procissão foi um delírio. Emocionado, sentindo-se doente, o vigário Paulino não pôde agradecer pessoalmente os discursos da tarde. Suas lágrimas eram o atestado fiel de sua gratidão. O jornal "A Pátria", agora transformado em "O sul de Minas", transcreveu os sentimentos do vigário. "Não quero nem aspiro senão uma recompensa sobre a terra: desejo morrer na paz do Senhor "Era o seu canto de cisne no campo de atividades sulino. O padre estava gravemente enfermo. Com a mente perturbada em dezembro de 1900 foi para o Rio sendo internado na Casa de Saude Dr. Eiras. Pobre, teve seu tratamento custeado pelo generoso povo de Pouso Alegre. Dizem que ficou com uma psicose que se manifestava com a ideia de ser bispo. Nesse interim, foi designado o 1.º bispo de Pouso Alegre D. João Batista Corrêa Neri que tomou posse aos 21/7/1901, transferido da diocese de Espírito Santo. O novo bispo reservou, para o antigo vigário e benfeitor da diocese, o

lugar de cura da Cadetral. Este, porém, não pôde continuar no sul. Regressou ao norte em outubro. Em Recife, após alguns dias de descanso obtem de D. Luis Raimundo da Silva Brito sua nomeação para vigário de Nisia Floresta. “A República” de sexta feira 6/12/1901, n.º 24, diz o seguinte: Novembro dia 23, “Chegou nesta vila, pelas 5 horas da tarde, acompanhado por diversos cavalheiros, o reverendo Pe. José Paulino de Andrade, nomeado ultimamente vigário da freguesia, em substituição do Pe. Aderbal. S. Revma. foi recebido com repiques e uma girandola de foguetes. No dia seguinte, teve lugar a posse, fazendo uma bonita oração que deixou satisfeitos todos os seus paroquianos”.

Graças a dedicação do povo de Pouso Alegre, o Bispo Diocesano obteve de S.S. Leão XIII o titulo de Monsenhor Prelado Doméstico para o vigário José Paulino. Ficou contentissimo e sumamente grato. Neste mesmo mês de março foi transferido de Nisia Floresta para a freguezia de Touros. Em janeiro de 1904 foi a Pouso Alegre, pessoalmente, agradecer a distinção que lhe fora outorgada, sendo alvo de grandes homenagens.

Foi curta sua demora em Pouso Alegre. Mons. José Paulino tinha cumprido sua missão. A saude abalada não permitia que ocupasse mais cargos eclesiásticos. Deixou assim a parquia de Touros em fins de 1903. Fixou residencia em Natal, onde já se encontrava sua familia. Sua casa era onde hoje é a Praça 7 de Setembro numa rua que ficava bem no meio da praça e defronte da casa do falecido Dr. Nestor dos Santos Lima, segundo depoimento do Des. Antonio Soares.

Agravando-se os seu males, seguiu para Recife em busca de melhoras vindo ali a falecer aos 23 de setembro de 1907.

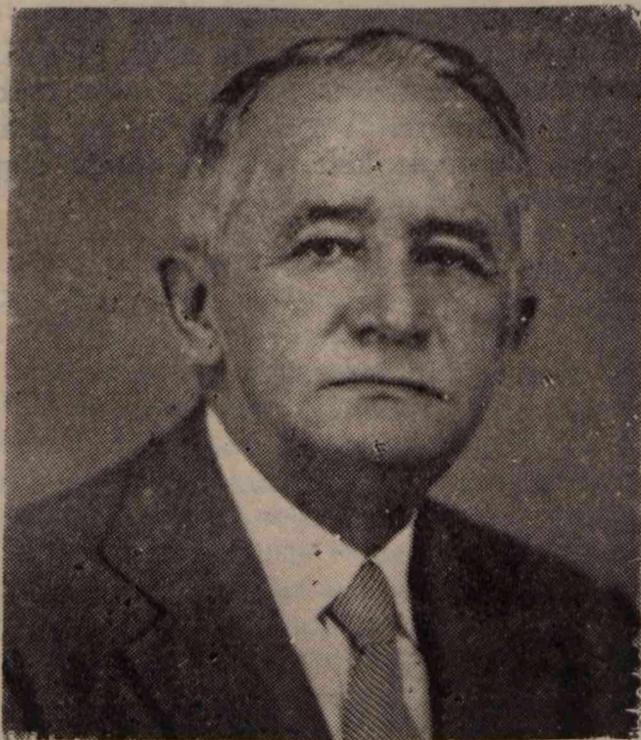
De maneira comovente o numero primeiro do mês de janeiro de 1908, pag. 153, da Revista deste Instituto Histórico registra seu falecimento, em Recife, e presta-lhe insigne homenagem transcrevendo o elogio funebre que lhe fez com muito destaque, o jornal “Oito de Setembro” do grande pe. João Maria.

É o reconhecimento mais profundo da Igreja por tudo quanto fez o insigne sacerdote. Na certidão de óbito figura

como causa mortis poliomielite. Foi sepultado no Cemitério de Santo Amaro.

A relevancia da personalidade do Mons. José Paulino de Andrade nosso confrade n.º 58 do livro de inscrições foi, em boa hora, destacada pela pena do Mons. Vitor Rodrigues de Assis, da Diocese de Pouso Alegre, que lhe dedicou um livro intitulado “Vida e Obras de Mons. José Paulino de Andrade”, “homenagem do clero e pòvo sul-mineiro na ocasião do centenário de seu nascimento”, e que nos serviu de guia, juntamente com os apontamentos de Luis da Camara Cascudo no seu livro inédito “História da Republica no Rio Grande do Norte”, para a elaboração deste trabalho, destituído, por isso, de qualquer mérito pessoal.

NECROLOGIA



DR. LUIZ ANTÔNIO FERREIRA SOUTO DOS SANTOS LIMA
(Sócio efetivo)

No dia 10 de abril de dêste ano, faleceu no Hospital Miguel Couto, nesta Capital, quando ali fôra no exercício de sua profissão de médico, vitimado por um derrame cerebral, o nosso prezado confrade dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Natural da cidade do Açu, dêste Estado, nasceu no dia 15 de setembro de 1890, sendo seus pais Galdino dos Santos Lima e dona Ana Souto Lima, falecidos de longa data.

Com sua genitora, iniciou os estudos primários nesta Capital, para onde passara a residir, desde os 9 anos de idade. Fez o curso de humanidades no velho Ateneu, e ainda moço ingressou no magistério ensinando no Grupo Modelo “Augusto Severo”, como professor interino. Diplomou-se a 4 de dezembro de 1910, fazendo parte da primeira turma de professorandos da Escola Normal de Natal, fundada pelo Dr. Pedro Velho.

Em 1919, formou-se em Farmácia pela Faculdade de Recife, e, em 1926, colava gráu em Medicina, pela Faculdade da Capital Federal.

Foi fundador e presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte; Diretor e professor da Escola Normal de Natal; Professor de História Natural do Ateneu Norteriograndense; Diretor do Departamento de Educação, em 1930; e professor e Diretor da Faculdade de Medicina de Natal, afastando-se deste cargo em face da idade compulsória.

Exerceu as funções de médico e diretor do Hospital Miguel Couto; dirigiu os Hospitais “Evandro Chagas” e do Cancer; tendo sido fundador e sócio da Sociedade de Assistência Hospitalar, da Liga Norte Riograndense contra o Cancer, da Cruz Vermelha desta cidade; e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte.

Pertenceu à Loja Maçônica “Filhos da Fé” e foi benemérito das Lojas “Evolução Segunda” e “21 de Março”, bem como à Academia Potiguar de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico, no qual sempre ocupou posição de destaque em sua diretoria, sendo, até o dia de sua morte, vice-orador.

Apaixonado e intransigente pela corrente política que abraçava, foi elemento ativo na campanha do então Partido Popular, no período de 1933-35. No pleito nacional para a Cons-

tituição de 1934, não obteve a votação necessária para eleger-se. Em 1945, por ocasião da reconstitucionalização do País, foi fundador e 1.^o secretário do Diretório Central da União Democrática Nacional, neste Estado, porém não mais disputou qualquer posto eletivo. Limitou-se em apoiar os candidatos de sua preferência.

Homem de pequena estatura, maneiras simples, de riso acolhedor, destacou-se, sobretudo, como professor e médico. Mestre brilhante pela exposição correta e erudita, austero e justo, foi educador de gerações de potiguares. E, mais ainda, um conferencista de convicções inabaláveis quando falava nas campanhas contra o álcool e analfabetismo que encetou. Médico, assistia com maior desvelo os seus clientes, possuindo o raro dom de inculcar-lhes otimismo e esperança de pronto restabelecimento. No exercício desta profissão, com acêrto disse dêle certo jornalista: "sua vida constituiu um exemplo de bondade e amor ao próximo, pois era um profissional devotado aos humildes e a caridade era sua maior preocupação".

Fôra casado, em primeiras núpcias, com a sua colega de Escola Normal, D. Ecila Cortês dos Santos Lima, de cuja união nasceram: Luiz Antônio dos Santos Lima Filho, oficial médico da FAB, falecido em 1945, num desastre aviatório; sr. Nestor dos Santos Lima Sobrinho, solteiro; e a professora Olindina dos Santos Lima Costa, Diretora do Colégio Estadual e esposa do professor Paulo Gomes da Costa. Do segundo matrimônio com D. Dila Pena Lima, que lhe sobrevive, deixa os filhos: Luiz Rodolfo Pena Lima, acadêmico de medicina da Faculdade de Recife; e senhorinha Anadila Pena Lima, aluna do Colégio da Imaculada Conceição.

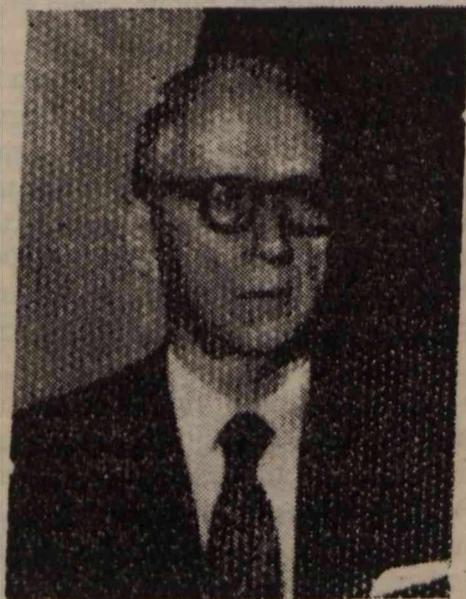
Foram seus irmãos: — Galdino dos Santos Lima, juiz de Direito do Apodi; poetisa Ana Lima Pimentel, primeira esposa do Professor Celestino Pimentel; Luzia dos Santos Silva, espôsa do sr. Augusto César da Silva; Deolindo dos Santos Lima, renomado poeta conterrâneo; Isabel dos Santos Lima, solteira; Olindina Lima Barbalho, casado com João Capistrano Barbalho, e Maria dos Santos Lima Serrano, casada com

Antônio Serrano. Todos são falecidos, restando da família a última irmã, senhorinha Idila dos Santos Lima.

O seu sepultamento realizou-se no dia seguinte ao do óbito, saindo o féretro de sua residência, à Avenida Campos Sales, 682, no Tirol, para o Cemitério do Alecrim, acompanhado de grande massa popular, de representantes de Instituições Sociais a que pertenceu, do Governador do Estado, Prefeito da Capital, membros dos Poderes Legislativos e Judiciário.

Na noite de 16 de maio, o nosso confrade Professor Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, em sessão especial do Instituto, à qual compareceram a família enlutada e pessoas gradas, fez o necrológio do dr. Luiz Antônio, particularizando, principalmente, sua vida de professor, de político e de médico.

* * *



DR. JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO SOBRINHO
(Sócio correspondente)

Perdeu o Rio Grande do Norte, no dia 28 de junho do ano em curso, mais um ilustre filho, com o falecimento do dr. José

Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, ocorrido no Rio de Janeiro, Capital do Estado da Guanabara.

Nasceu na povoação de Utinga, Município de São Gonçalo do Amarante, neste Estado, a 13 de novembro de 1888, sendo o quarto filho do primeiro consórcio do sr. Joaquim Manoel Teixeira de Moura com sua prima Dona Ana Corina Moreira Brandão. Era assim descendente direto do tradicional ramo dos Moreira-Brandão cujos antepassados se encontram na nobreza iusitana, a partir do século XV. Seu pai, Coronel Teixeira de Moura, foi professor de História e Geografia do Ateneu, Presidente da Intendência de Natal, por várias vezes; Deputado Estadual, Coronel da Guarda Nacional, chefe político de indiscutível prestígio e um dos sócios fundadores do nosso Instituto Histórico.

O Dr. Castelo Branco, como foi sempre conhecido, deveria ter em lugar de SOBRINHO acrescido o de NETO para diferenciar do nome do seu avô materno, porém, como êste já houvesse falecido, herdou-lhe o apelido por sugestão de sua genitora, enquanto os irmãos adotaram o do pai: — Teixeira de Moura.

A partir de 1893, residindo no “Alto do Morcêgo”, em Natal, iniciou os estudos primários na Escola Modelo, anexa ao Ateneu Norte-Riograndense. Depois, teve como mestra D. Isabel Gondim, na Ribeira. Em 1901, ingressou no Ateneu onde fez o curso de humanidades, para, em março de 1904, matricular-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, na qual colou gráu em Ciências Jurídicas e Sociais, em 22 de dezembro de 1908.

Deixando a antiga Capital Federal, iniciou sua vida pública no Território Federal do Acre, lá permanecendo cerca de 25 anos, quando exerceu as funções de juiz preparador e municipal do Alto Juruá e Cruzeiro (1909-1930). Foi Juiz de Direito em Sena Madureira (1931-33) e, em substituição, exerceu os cargos de desembargador do Tribunal de Justiça e Juiz do Tribunal Eleitoral (1915-19). Em dezembro de 1933, aposentou-se como juiz de Direito; tendo sido nomeado Interventor daquêle Território, em agosto de 1934, exonerou-se em fevereiro de 1935.

Maridou-se a 2 de dezembro de 1910, com sua prima Dinorah Brandão, filha do Sr. Teófilo Moreira Brandão, em Ma-

cáu, havendo da união sete filhos, dos quais três faleceram e os demais são domiciliados no Sul do País: — Diva Castelo Rymza, casada com Wenceslau Rymza, funcionário do IAPI; Dora Castelo Branco, funcionária do Tribunal Superior do Trabalho; Dione Castelo Branco, funcionária do Tribunal de Contas da União; e Dulce e Maria Dirce Castelo Branco, professoras.

Nascidos do primeiro matrimônio do seu pai, são seus irmãos: — Sr. Joaquim Manoel Teixeira de Moura Filho, falecido nesta Capital; Sr. Manoel Nazareno Teixeira de Moura, comerciante aposentado, casado com Dona Maria Amélia Galvão, residente nesta cidade; Dr. Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, casado com D. Jandyra Escobar, desembargador aposentado do Estado de Minas Gerais, ali residente; Paulo da Cruz Teixeira de Moura, também falecido; e D. Ana Dulce Teixeira de Moura Maranhão, casada com o dr. Ernesto Frederico de Albuquerque Maranhão, aposentado da Inspetoria dos Portos, domiciliado neste Estado. Do terceiro casamento do Cel. Teixeira de Moura com D. Maria Terceira Lyra, e também irmão do falecido o sr. Ernani Lyra Moura, alto funcionário federal, residente nesta Capital.

São cunhados do dr. Castelo Branco, residentes nesta cidade, D. Aline Moreira Brandão, solteira; sr. Tácito Brandão, comerciante; e D. Gisélia Moreira Brandão, esposa do industrial Luiz Veiga.

Em novembro de 1953, passou a fazer parte da Comissão de Defesa Cultural do Conselho Nacional de Geografia (IBGE); e, tendo sido eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1955, tomou posse no ano seguinte. Fazia parte da Sociedade Brasileira de Geografia e fôra sócio correspondente do nosso Instituto.

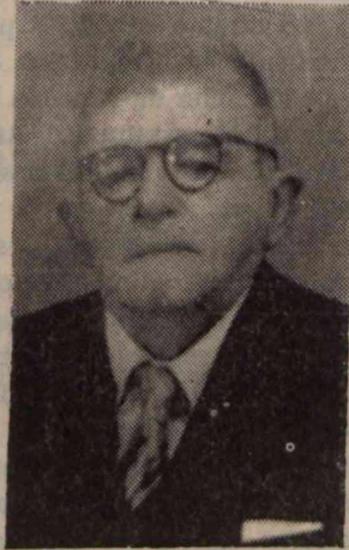
No desempenho da função judicante, revelou-se um magistrado íntegro e culto, inteligente intérprete da Lei e de sua justa aplicação. Modéstia, retraimento, serenidade, foram qualidades natas que o fizeram querido e respeitado pelos seus jurisdicionados e que influíram na sua investidura na Interventoria Federal do Acre.

Mas, quiçá, sentindo a vocação paterna de velho mestre de História e Geografia, teve por êstes dois ramos do conhecimento humano a sua maior preocupação de estudiosos. A êles dedicou uma vida inteira de investigações pacientes refletidas nos inúmeros trabalhos, monografias e obras publicadas nas Revistas dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e do Rio Grande do Norte.

Para saber-se a Geografia e a História das Instituições do Território do Acre, ninguém, com tanta precisão comprovada pela observação *in loco*, fez trabalho mais perfeito, enfeitado numa obra valiosa, do que aquela de Castelo Branco sobre o Território acreano. Ninguém, como êle, teve a ousadia serena de contestar a tradicional e aceita, até então, notícia da fundação de Natal por Jerônimo de Albuquerque, para, numa argumentação lógica, atribuir a João Rodrigues Colaço êste mérito no magistral estudo “QUEM FUNDOU NATAL, o qual está a merecer ainda dos estudiosos uma pública refutação ou aceitação de sua tése.

Seu maior esforço, entretanto, fruto de cansativas indagações de muitos anos, está espelhado no livro de sua autoria — “MOREIRA BRANDÃO”, publicado no ano de 1959, e que representa o maior e melhor documentário que se produziu sobre genealogia norte-riograndense. Todo aquêle que o compulsa, não sómente encontrará os ramos ascendentes dessa família, mergulhados na secular nobreza portugêsa, como os descendentes e colaterais espalhados pela terra potiguar e outras do Brasil; ficando surpreendido ante o farto registro de minúcias da vida particular e pública de suas figuras exponeciais, e, por certo, ante o valor das pesquisas existentes esclamará como Stendhal “— Estremecemos ao pensar no que foi preciso de buscas para chegar à verdade sobre o mais fútil pormenor”.

O nosso Instituto Histórico, pela palavra do presidente Prof. dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, em sessão do dia 9 de julho, reverenciou a memória do dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, fazendo consignar na ata dos seus trabalhos um voto de profundo pesar pelo seu falecimento.



DR. PEDRO SOARES DE ARAÚJO AMORIM

(Sócio efetivo)

No curto período de seis meses, o ano de 1961 viu desaparecer três médicos ilustres, filhos do município do Açú: Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima, Ernesto Emílio da Fonseca e PEDRO SOARES DE ARAUJO AMORIM, o primeiro e o último sócios efetivos do nosso Instituto Histórico.

O dr. Pedro Amorim nasceu a 26 de setembro de 1880 e era filho do dr. Pedro Soares de Amorim e D. Maria Francisca de Araújo Amorim.

Terminando o curso de humanidades no Ateneu Norteriograndense, ingressou na Faculdade de Medicina da Baía, formando-se em Farmácia em 1899 e em Medicina em 1903, defendendo a tese sob o título "Afeção Calcurose Vesical", sendo aprovada com distinção.

Retornando ao Estado, foi clinicar em Macáú, estendendo posteriormente suas atividades aos municípios de Moçoró e Areia Branca, onde deixou traços marcantes de suas atividades de médico humanitário.

Em 1911, transferiu residência para o Açu, ingressando em 1914 na política, chefiando o Partido Republicano Federal. Duas vezes eleito Presidente da Intendência do Açu e deputado estadual de 1918 a 1928, lider da bancada várias vezes.

Deputado à Constituição estadual de 1934 e de 1947. Na qualidade de Presidente da Assembléia, assinou a Constituição do Estado de 1947.

Em 1928 fundou, na cidade do Açu, o semanário “Jornal do Sertão”, suspenso em 1930, quando eclodiu o movimento revolucionário no país.

Publicou um opúsculo sôbre o município do Açu, apresentado, em 1929, ao Congresso Econômico do Estado, reunido, em Natal, no Governo Juvenal Lamartine.

Em 17 de juho de 1956, quando foi fundada a “Associação Norte-Riograndense de Astronomia”, foi aclamado Presidente de Honra da nova sociedade científica, justa homenagem ao mais antigo astrônomo amador do Estado.

O dr. Pedro Amorim, após prolongada enfermidade, faleceu às 0,35 horas do dia 6 de outubro do ano corrente, em sua residência, à rua Apodí, 247, nesta Capital. O sepultamento verificou-se à tarde do mesmo dia, presentes as mais altas autoridades dos três poderes e grande acompanhamento. Ao pé do túmulo, falaram o deputado Carlos Borges, em nome da Assembléia Legislativa, e o jornalista Francisco Amorim, em nome do município do Açu. Tocou, durante a cerimônia, a Banda de Música dos Escoteiros do Alecrim. O Instituto Histórico fez-se representar por uma Comissão constituída do Presidente Al^{do} Fernandes e dos consórcios Tarcísio Medeiros e Antonio Soares Filho.

Deixou viúva dona Maria Beatriz Montenegro de Amorim, com quem havia se consorciado em 29 de maio de 1909. Sobreviveram os seguintes irmãos: Desembargador Adalberto Soares de Araújo Amorim, Clara Natália de Amorim Joffili, casada com Vital Joffilli, e Ana Clarinda, solteira.

Atas das Sessões do Instituto Histórico 1960 - 1961

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA
EM 12 DE JUNHO DE 1960

Aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta, pelas quatorze horas e vinte minutos, em sua sede social, à rua da Conceição, n.º. 622, nesta cidade, capital do Estado do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo e o comparecimento dos consócios: Prof. Manoel Rodrigues de Melo, Des. Antônio Soares, Des. Odilon Coelho, Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros, Dr. Raimundo Nonato da Silva, Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, Dr. Américo de Oliveira Costa, Des. Silvino Bezerra Neto, Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão, Des. Adalberto Amorim, Monsenhor Alair Vilar, Prof. Luiz Soares de Araújo, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sessão ordinária para o fim de comemorar, naquela data, o cinquentenário da doação da estola de Frei Miguelinho a êste Instituto.

Assim sendo, como ato inicial da solenidade, pelo Presidente, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, foi descerado o pano que cobria a dita estola.

Em seguida, dada a palavra ao Des. Antônio Soares, em brilhante oração falou a respeito dêsse fato histórico, tecendo alguns comentários, inclusive sôbre a

magnífica atuação do Presidente desta Casa, sendo, pelos presentes, muito cumprimentado.

Após as palavras do Des. Antônio Soares, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo convidou a todos para que assinassem o livro de visitas que, há cinquenta anos, foi usado para a solenidade de doação da referida estola.

Por proposta do Dr. Raimundo Nonato da Silva, o Des. Antônio Soares foi o primeiro a assinar o livro.

E, finalmente, a convite do Prof. Luiz Soares, todos os presentes foram até a praça André de Albuquerque, onde se realizou uma homenagem a Frei Miguelinho — pelos Escoteiros do Alecrim e entidades outras — na qual falou o Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada devidamente.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1960

Aos dez (10) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta (1960), às dezenove horas e quarenta minutos (19,40hs.), em sua sede, à Rua da Conceição, nº. 622, realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, comparecendo os seguintes consócios: Drs. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Tarcisio da Natividade Medeiros, Raimundo Nonato da Silva, Manoel Varela de Albuquerque, Francisco Ivo Cavalcanti, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Profs. Manoel Rodrigues de Melo, Antônio Gomes da Rocha Fagundes e Des. Adalberto Soares de Amorim, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário dêste Instituto.

Abrindo os trabalhos, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo participou aos presentes das deliberações e providências abaixo relacionadas:

1) — Informou sobre a inclusão no orçamento do Governo Federal, para o ano de 1961, de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinados a este Instituto, por proposta do Deputado Tarcísio Maia, pedindo, ao mesmo tempo, um voto de louvor para o aludido Deputado, por essa magnífica iniciativa, com aprovação unânime.

2) — Comunicou aos colegas que havia recebido, na Delegacia Fiscal, a subvenção ordinária de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para este Instituto;

3) — Participou da resolução tomada pela presidência, no sentido de deixar aberta, todos os dias úteis, a Biblioteca desta Casa;

4) — Disse que, por telegrama, incumbiu os Drs. Cascudo Rodrigues e Vingt Un Rosado Maia para representarem o Instituto Histórico nas exéquias do ilustre conterrâneo Dr. Tércio Rosado Maia;

5) — Deu ciência aos consócios presentes dos benefícios que o Governador Dinarte de Medeiros Mariz prestou ao Instituto, com a limpeza e remodelações nêle feitas;

6) — Finalmente, apresentou aos senhores confrades a Revista do Instituto, enaltecendo o trabalho dos seus dirigentes.

Depois desses assuntos abordados pelo Sr. Presidente, usou da palavra o consócio Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros, que sugeriu aos colegas que se fizesse uma visita de agradecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pelos serviços prestados a esta Instituição de Cultura. Lamentou, ainda, a dificuldade que se ia arcar, referente à impressão de outras revistas do Instituto, tendo em vista o Centro de Imprensa não mais poder imprimí-las.

Com a palavra o dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, pelo mesmo foi dito que havia mantido um entendi-

mento com a Senhorita Ell Vilar, a fim de organizar o Museu dêste Instituto, em cooperação com o escritor Luiz da Câmara Cascudo, fazendo, inclusive, alusões sôbre a importância do registro de documentos históricos.

A seguir, o consócio Dr. Raimundo Nonato da Silva pediu que fôsse consignado, em ata, um voto de pesar pelo falecimento dos Drs. Elizeu Viana e Tércio Rosado Maia, sendo essa proposta aceita pelos presentes. Sugeriu, igualmente, que um voto de louvor se constasse também em ata pela realização do 5º. Congresso Geográfico, em Mossoró.

E como nada mais houve a tratar, o sr. Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte horas e dez minutos (20.10 hs.).

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que, após a sua leitura e aprovação, vai assinada pela Mesa.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO MONSENHOR JOSE' PAULINO DE ANDRADE, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1961.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e um, pelas dezesseis horas e vinte e cinco minutos, realizou-se mais uma sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sua sede social, à rua da Conceição, n.º. 622, em homenagem à memória do Monsenhor José Paulino de Andrade.

Presentes os consócios Drs. Aldo Fernandes Raposo de Melo e Enélio Lima Petrovich, respectivamente presidente e segundo secretário dêste Instituto, além do Mons. Walfredo Gurgel, Vice-Governador do Estado, Alunas da Escola Normal de Natal, seminaristas do Seminário de

São Pedro desta cidade, sacerdotes, Mons. José Alves Landim, Representante do Arcebispo Metropolitano, Mons. Alair Vilar, e outras pessoas convidadas.

Inicialmente, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo convidou para presidir a sessão o Vice-Governador do Estado, Mons. Walfredo Gurgel. Êste, após agradecer a honrosa incumbência, concedeu a palavra ao orador oficial da solenidade, Mons. Alair Vilar, que, em brilhante discurso, falou em tórno da vida do Mons. José Paulino de Andrade, pelo que foi bastante cumprimentado.

Em seguida, o Sr. Presidente, depois de tecer, também, ligeiros comentários acêrca do homenageado e parabenizar o orador da solenidade, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão, às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos.

E como nada mais houve a tratar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que, após a sua leitura e aprovação, vai assinada pela Mesa.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1961, SOB A PRESIDÊNCIA DO DR. ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO.

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e um, pelas dezesseis horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sua sede social à rua da Conceição, n.º. 622, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, comparecendo os seguintes consócios: Aldo Fernandes Raposo de Melo, Manoel Rodrigues de Melo, Silvino Bezerra Neto, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Antônio Soares Filho, Ulisses Celestino de Góis, Paulo Pinheiro de Viveiros, Américo de Oliveira Costa, João Epitácio Fernandes Pimenta, Adalberto Soares de Araújo Amorim, Francisco Ivo Cavalcanti, Tarcis-

sio da Natividade Medeiros, Luiz Correia Soares de Araújo, Boanerges Januário Soares de Araújo, Antônio Gomes da Rocha Fagundes, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário dêste Instituto.

De início, o Sr. Presidente, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, participou aos consócios presentes que a reunião havia sido convocada, entre outras finalidades, para que se processasse a eleição da nova diretoria do Instituto, no biênio 1961-1963.

Lida a ata da sessão anterior, pelo Segundo Secretário, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Em seguida, foram apresentadas várias propostas para **Sócios Efetivos** do Instituto dos seguintes homens de letras: Otto de Brito Guerra, Israel Nazareno de Souza, Francisco Bruno Pereira e Ademar Medeiros; e na categoria de **Sócio Correspondente** o Dr. Marciano Freire. Por sugestão do confrade Raimundo Nonato da Silva, após a aprovação dos nomes indicados, dispensou-se o interstício, unanimemente.

Prosseguindo os trabalhos, pelo Sr. Presidente, para processamento da eleição, o Segundo Secretário, Dr. Enélio Lima Petrovich, através de uma chapa organizada, propôs que se elegeisse, por aclamação, e cada qual de per si, os membros da nova diretoria desta casa de cultura, para o biênio 1961-1963, assim constituída:

Presidente: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo;

1º. Vice: - Desembargador Antônio Soares de Araújo;

2º. Vice: - Desembargador Silvino Bezerra Neto;

1º. Secretário: - Prof. Manoel Rodrigues de Melo;

2º. Secretário: - Dr. Enélio Lima Petrovich;

Adjunto do 2º. Secretário: — Dr. Rômulo Chaves Wanderley;

Orador: - Escritor Luís da Câmara Cascudo;

Vice-orador: - Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros;

Tesoureiro: - Dr. Manoel Varela de Albuquerque;

Adjunto de Tesoureiro: - Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo;

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: - Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta;

Adjunto do Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: - Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão;

Comissão de Fazenda e Orçamento: Des. Luiz Tavares de Lira; Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho; e Des. João Vicente da Costa;

Comissão de Revista: Dr. Luís da Câmara Cascudo; Dr. Raimundo Nonato da Silva e Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros.

Após os discursos de praxe, todos os membros da chapa em aprêço foram eleitos e, na mesma sessão, empossados nos respectivos cargos, por unanimidade, abstenendo-se, porém, cada um dos componentes da diretoria eleita, de votar nos seus próprios nomes.

A seguir, o confrade Raimundo Nonato da Silva lembrou a homenagem que o Instituto iria prestar juntamente com a Academia Norte-Riograndense de Letras, ao historiador Francisco Fausto, pela passagem de seu centenário de nascimento, a 19 de maio próximo, tendo o Sr. Presidente, na oportunidade, designado o mesmo confrade para falar em nome do Instituto, no dia da homenagem aludida.

Ainda o consócio Raimundo Nonato da Silva sugeriu aos colegas presentes que se telegrafasse à Sociedade Brasileira do Folclore, no transcurso do seu 1º aniversário de fundação, apresentando, também, uma mensagem de pesar pelo falecimento do eminente republicano Borges de Medeiros, recentemente ocorrido. Ambas as propostas foram aceitas.

Em continuação aos trabalhos o consócio Manoel Varela de Albuquerque apresentou o movimento financeiro do Instituto durante os anos de 1959 e 1960, pelo que o sr. Presidente felicitou-o. Foi o mesmo aprovado sem discrepância de votos.

Depois, em ligeiros comentários, o confrade Tarcísio da Natividade Medeiros referiu-se à necessidade de

uma atualização nos nossos Estatutos, tendo o Sr. Presidente, de imediato, feito a indicação dos seguintes confrades para o fim em causa: Drs. Antônio Soares Filho, Tarcisio da Natividade Medeiros, Américo de Oliveira Costa e Alvamar Furtado de Mendonça.

Obtendo a palavra, o Segundo Secretário aventou a possibilidade de trazer logo para êste instituto a Biblioteca do eminente consócio falecido, Dr Nestor dos Santos Lima, por êle doado, através de testamento, ao próprio Instituto. Sobre o assunto, o Sr. Presidente incumbiu os consócios Francisco Ivo Cavalcanti e Hélio Mamede de Freitas Galvão para tomarem as devidas providências neste sentido.

Ainda o Sr. Presidente, face à morte do Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, sócio efetivo dêste Instituto, marcou o dia 16 de maio próximo, para que, naquela data, fôsse realizada uma sessão solene em homenagem ao ilustre desaparecido, designando o confrade Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros para pronunciar a oração oficial da homenagem em referência, o que foi aprovado pelos presentes.

E como nada mais houve a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos.

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que após a sua leitura e aprovação, vai assinada pela Mesa.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO CONSÓCIO DR. LUIZ ANTÔNIO FERREIRA SOUTO DOS SANTOS LIMA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1961.

Aos dezesseis dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, às vinte horas, teve lugar a sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

do Norte em memória do consócio Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Presentes os consócios: Drs. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Manoel Varela de Albuquerque, Otto de Brito Guerra, Francisco Ivo Cavalcanti, Paulo Pinheiro de Viveiros, Raimundo Nonato da Silva, Eider Furtado de Mendonça e Menezes, Des. Silvino Bezerra Neto, comigo Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, além de grande número de pessoas amigas, admiradores, viúva, filhos, irmã e parentes do ilustre homenageado.

De início, o Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo deu como empossados na categoria de Sócios Efetivos deste Instituto o Dr. Otto de Brito Guerra e Ademair Medeiros.

Logo depois, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao consócio Paulo Pinheiro de Viveiros, o qual, previamente designado, pronunciou o discurso de praxe, fazendo o necrológio do Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, tendo sido bastante aplaudido e cumprimentado.

A seguir, o Sr. Presidente facultou a palavra quando na oportunidade, dela fez uso, o acadêmico de medicina, Luiz Rodólfo Pena Lima, que, visivelmente comovido, agradeceu em nome da família a homenagem prestada pelo Instituto ao seu inesquecível progenitor.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata que vai, após a sua leitura e aprovação, assinada pela Mesa.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO HISTORIADOR FRANCISCO FAUSTO, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1961

Aos dezenove dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, pelas vinte horas, em sua sede

social, à rua da Conceição, n^o. 622, nesta capital, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, contando com o comparecimento de grande número de sócios e convidados, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sessão conjunta com a Academia Norte-Riograndense de Letras, para o fim de comemorar o cinquentenário de nascimento do historiador Francisco Fausto.

De início, o sr. Presidente concedeu a palavra ao Dr. Raimundo Nonato da Silva, o qual em nome do Instituto Histórico, pronunciou eloquente discurso, enaltecendo a vida do ilustre homenageado.

Em seguida, não havendo comparecido à sessão o Dr. Rômulo Chaves Wanderley, orador designado pela Academia Norte-Riograndense de Letras, usou da palavra o Acadêmico Manoel Rodrigues de Melo, presidente da referida Academia, preenchendo aquela lacuna.

Facultada a palavra aos presentes, falou o Des. Silvino Bezerra Neto, que, bastante emocionado, teceu algumas considerações em tórno de Francisco Fausto, relembrando vários aspectos de sua personalidade^e

E como nada mais houve a tratar, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos.

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata que, após a sua leitura e aprovação, vai assinada devidamente.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 1961

Aos nove dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e um, pelas quinze horas, na sua sede social, à rua da Conceição, n^o. 622, realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, comparecendo os seguintes consócios: — Des. Silvino Bezerra Neto, Drs. Raimundo Nonato da Silva, Moacir de Góis, Marciano Freire, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Tarcísio da Natividade Medeiros, Francisco Bruno Pereira, Manoel Varela de Albuquerque, Boanerges Januário Soares de Araújo, Acadêmico Manoel Rodrigues de Melo, comigo Enélio Lima Pema Petrovihc, segundo Secretário.

Abertos os trabalhos, o sr. Presidente, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, comunicou aos confrades haver convidado o dr. Poty Medeiros, para vir ao Rio Grande do Norte, e, neste Instituto, pronunciar conferência sobre a vida dos norte-riograndenses radicados no Rio Grande do Sul. Participou, ainda, o desaparecimento do dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, sócio correspondente do Instituto e pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Após tecer considerações a respeito da vida e obra do dr. Castelo Branco, como homem público e dedicado aos estudos da nossa história regional, propoz que se consignasse na ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo seu falecimento; o que foi aprovado por unanimidade.

Por outro lado, ainda o presidente, registrou a presença dos consócios dr. Bruno Pereira e Marciano Freire. Sobre êste enalteceu a sua operosa atuação frente ao Centro Norte-Riograndense, no Rio de Janeiro, do qual foi seu presidente por longos anos.

Em seguida, através de proposta escrita, foi aceita por unanimidade, com dispensa do interstício, a indicação do Dr. Poty Medeiros, na categoria de **Sócio Correspondente** desta casa de cultura. Por sua vez, foi aprovada a transferência da categoria de **Sócio Correspondente** para **Efetivo** o sócio Cristóvão Dantas, aqui residente.

Obtendo a palavra, o Dr. Raimundo Nonato da Silva deu ciência aos presentes da realização, em Moçoró, do Segundo Congresso de Paleontologia, e também do

transcurso do 1º. Centenário de nascimento de Jerônimo Rosado Maia, neste ano. O Des. Silvino Bezerra Neto, de viva voz, solidarizou-se com o Dr. Raimundo Nonato.

Em prosseguimento à sessão, o consócio Enélio Lima Petrovich, sugeriu a possibilidade de trazer, sem demora, para êste Instituto, a biblioteca do Dr. Nestor dos Santos Lima, a qual, foi doada em testamento, pelo que o Sr. Presidente prometeu manter um entendimento neste sentido com o advogado da inventariante, além de tomar outras medidas cabíveis.

E como nada mais houve a tratar, foi encerrada a sessão às quinze horas e trinta minutos.

Para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que, após a sua leitura e aprovação vai assinada pela Mesa.

REVISTA

— DO —

Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Norte

VOLUME—LIV—1961

ÍNDICE

	Pág.
O Padrinho da Serra do Lima — Luís da Câmara Cascudo.....	5
Almino Afonso — José Augusto	12
O Colégio Santo Antônio - (Reminiscências) - Antônio Fagundes	20
Fontes de Uma Pesquisa — Raimundo Nonato da Silva	38
A Propósito de Pilão — M. Rodrigues de Melo	61
Amaro Cavalcanti — O Homem e o Jurista — Desembargador Floriano Cavalcanti	66
Os Pais do Padre João Francisco — J. Epitácio Fernandes Pimenta	74
A Propósito de Influências — M. Rodrigues de Melo	87
Fragor duma Queda — Ivo Filho	93
Francisco Fausto de Souza — Raimundo Nonato da Silva	97
A Música e a Escola Natalense — Américo de Oliveira Costa	104
A Avaria do “São Sebastião” Fez Natal Hospedar Caxias — Tarcísio Medeiros	119
Augusto Leopoldo, Líder de Oposição — Antônio Soares Filho....	128
Cinquenta Anos da Liga de Ensino — Américo de Oliveira Costa	152
Mons. José Paulino de Andrade — Mons. Alair Vilar	158
NECROLOGIA — Redação	
Dr. Luiz Antônio Ferreira Scuto dos Santos Lima	170
Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho	173
Dr. Pedro Soares de Araújo Amorim	177
Atas 2as Sessões do Instituto Histórico — Redação	179